

Estudos clássicos e filológicos

Adílio Junior de Souza
Organizador



Estudios clásicos e filológicos

Adílio Junior de Souza
Organizador

Estudos clássicos e filológicos

Araraquara
Letraria
2021

Estudos clássicos e filológicos

PROJETO EDITORIAL
Letraria

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Letraria

CAPA
Letraria

REVISÃO
Letraria

SOUZA, Adílio Junior de. (org.). **Estudos clássicos e filológicos**. Araraquara: Letraria, 2021.

ISBN: 978-65-86562-69-9

1. Estudos clássicos. 2. Estudos filológicos. 3. Filologia.

CDD: 410 – Linguística

Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e do organizador.

Esta obra ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio, sem autorização escrita dos autores e do organizador.

Conselho editorial

Francisco Gomes de Freitas (URCA)

Juliana Santana de Almeida (UFT)

Patrícia de Oliveira Batista (UESPI)

Dedicatória

Ao amigo, professor e mentor, Prof. Dr. Alberto Miranda Poza. Seus ensinamentos abriram-me a mente para o despertar dos estudos clássicos/filológicos.

Sumário

Prefácio	8
Apresentação	10
I ESTUDOS CLÁSSICOS	12
<i>Hipólito</i> de Eurípides e <i>Fedra</i> de Sêneca: um breve exame da virtude da temperança Vanessa Silva Almeida	13
A intervenção divina na configuração do herói na <i>Odisseia</i> Cícero Émerson do Nascimento Cardoso	25
A tradição latina do ensino da <i>Ars Grammatica</i> : a influência de Quintiliano na educação latina medieval Yuri Sampaio	45
II ESTUDOS FILOLÓGICOS	60
Arcaísmos no português popular do nordeste brasileiro à luz da filologia portuguesa Josenir Alcântara de Oliveira, Mayara Arruda Martins e Demartone Oliveira Botelho	61
O português (não) veio do latim: um problema filológico Adílio Junior de Souza	84
Sobre o organizador	98
Sobre os autores	100

Prefácio

Por que estudar os clássicos? Para que filologia?

Este livro não é para quem tem essas dúvidas, pois sua pretensão não é responder a elas. Este livro é, na verdade, para quem não faz essas perguntas, porque quem se interessa em ler um livro que se intitula *Estudos clássicos e filológicos* é costumeiramente do time das Letras e das Humanidades, isto é, de um grupo a quem não soa estranha aquela canção que diz “A gente não quer só comida / A gente quer comida, diversão e arte...”, porque compreende que a vida humana não é feita apenas de coisas que nos são úteis por nos fazerem sobreviver, mas é feita também de coisas que nos são caras por nos fazerem viver e viver não apenas num sentido meio hedonista próximo daquele pincelado num famoso epigrama de Marcial – *Balnea, vina, Venus corrumpunt corpora nostra / Sed vitam faciunt balnea, vina, Venus* –, mas um viver sensível mais próximo daquilo que sentimos ao ler, entre tantos outros, este magistral verso de Ovídio – *di facerent, possem nunc meus esse liber!* –, isto é, um viver que não é só corpóreo, mas, sobretudo, sentimental, intelectual e espiritual.

Um *animi cibus* com que os amantes das Letras e das humanidades podem se deliciar neste livro tem o tempero de Eurípides e de Sêneca em um estudo que examina a “virtude da temperança nas peças *Hipólito* e *Fedra*, verificando o modo como a noção dessa virtude é articulada na construção de um discurso favorável ao incentivo do domínio das paixões”, como diz sua autora, Vanessa Silva Almeida.

Um *mentis cibus* que também é encontrado neste livro é um estudo sobre a intervenção divina na configuração de *Odisseu* na sua jornada registrada naquele livro que vem desde a antiguidade helênica até nosso presente, influenciando nossa cultura ocidental, como aponta seu autor, Cícero Émerson do Nascimento Cardoso.

Uma boa pedida nesse livro é também o *eruditorum cibus* ideal para quem deseja “entender a transmissão cultural do mundo antigo através da educação latina medieval, a fim de entender o espírito do mundo ocidental”, como destaca o autor do estudo, Yuri Sampaio.

Um *cibus* que certamente agradará ao gosto dos *philologi* é o estudo sobre arcaísmos no português popular do nordeste brasileiro à luz da filologia portuguesa, que, entre tantas outras lições, nos ensina “que a região do interior do nordeste brasileiro é uma área frutífera para os estudos da filologia portuguesa, da história da língua portuguesa e da linguística histórica”, no dizer dos seus autores, Josenir Alcântara de Oliveira, Mayara Arruda Martins e Demartone Oliveira Botelho.

Como arremate, temos um *cibus intellectualis* na forma de um estudo que problematiza se a língua portuguesa veio do latim ou do galego, de autoria do organizador deste livro, Adílio Junior de Souza, sem sombra de dúvidas – dentre aqueles que, mesmo depois de passado tanto tempo, ainda me chamam de *magister* –, o que mais se dedica aos estudos do latim e da filologia românica.

Enfim, parafraseando o *lecturis salutem* com que os copistas dos códices costumavam iniciar seus trabalhos, digo *cibaturis animos salutem!*

Ab imo pectore!

Prof. Dr. Francisco Gomes de Freitas Leite
Universidade Regional do Cariri - URCA
Crato, 22 de junho de 2021.

Apresentação

A obra que ora apresento é um dos resultados do projeto de pós-doutoramento “Tópicos avançados de linguística românica: o uso do latim como fonte para a linguística histórica”, realizado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (PPGL/UFPE-2021-2022), supervisionado pelo prof. Dr. José Alberto Miranda Poza.

Com o intuito de subsidiar disciplinas de *Linguística Românica*, *Linguística Histórica* e, especialmente, *Estudos Clássicos*, este livro sintetiza uma parte importante das pesquisas desenvolvidas no âmbito do ensino superior, integrando estudos de pesquisadores oriundos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Regional do Cariri (URCA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Ceará (UFC), Secretaria de Educação (SEDUC-CE) e Instituto Federal do Ceará (IFCE).

A obra se divide em duas partes: na primeira, se concentram pesquisas em *estudos clássicos*, mais especificamente sobre a literatura grega, literatura latina e bases epistemológicas da educação latina medieval. Na segunda parte, encontram-se estudos de natureza filológica, com destaque para estudos sobre a língua latina e a língua portuguesa.

I ESTUDOS CLÁSSICOS

No primeiro capítulo, cujo título é “*Hipólito* de Eurípides e *Fedra* de Sêneca: um breve exame da virtude da temperança”, Vanessa Silva Almeida investiga a temperança em *Hipólito*, do poeta trágico grego, demonstrando a construção de um discurso em defesa do domínio das paixões. No estudo, a autora também pretende verificar o modo como o escritor romano Sêneca, em *Fedra*, examina a tradição, renova a estrutura da tragédia e revela o que em Eurípides é velado: a crítica à intemperança.

No segundo capítulo, intitulado “A intervenção divina na configuração do herói na *Odisseia*”, Cícero Émerson do Nascimento Cardoso desenvolve estudo acerca da construção do herói épico Odisseus, isto é, ele analisa de que maneira os deuses intervêm nas ações e na construção do perfil desse herói.

Em “A tradição latina do ensino da *Ars Grammatica*: a influência de Quintiliano na educação latina medieval”, Yuri Sampaio descreve como se deu o ensino de gramática no período pós-queda do Império Romano do Ocidente. O estudo busca esclarecer como era o ensino da língua e literatura através do *curriculum* escolar das *artes liberales*. O autor traça o histórico desse ensino que remonta até os gregos. Em seguida, mostra como a Idade Média Latina preservou o mesmo método de ensino e um respeito à língua latina, constituindo-se, até nesse aspecto, como herdeira da mentalidade romana.

II ESTUDOS FILOLÓGICOS

Em “Arcaísmos no português popular do nordeste brasileiro à luz da filologia portuguesa”, Josenir Alcântara de Oliveira, Mayara Arruda Martins e Demartone Oliveira Botelho rastreiam alguns arcaísmos do português popular do interior nordestino brasileiro. Para tal, os autores utilizaram métodos filológicos (histórico-comparativo, geografia linguística e linguística espacial), bem como teorias linguísticas, sociológicas e historiográficas. O estudo evidencia um fio cultural que permeia desde o latim até o português popular do interior nordestino brasileiro.

E, por último, encerrando esta obra, em “O português (não) veio do latim: um problema filológico”, Adílio Junior de Souza reflete acerca das noções de *línguas vivas* e *mortas* com base em estudos do séc. XIX: um de 1837, de autoria de Luiz Saraiva e outro de 1843, de Campos, bem como a partir de estudos recentes. Nesse estudo de cunho filológico-bibliográfico, o autor problematiza a origem da língua portuguesa sob duas perspectivas, a de que o português veio do *latim vulgar* e a que nega sua filiação à língua dos romanos.

Prof. Dr. Adílio Junior de Souza
Universidade Federal de Pernambuco
Recife, 20 de junho de 2021.

I ESTUDOS CLÁSSICOS

Hipólito de Eurípides e *Fedra* de Sêneca: um breve exame da virtude da temperança

Vanessa Silva Almeida
Instituto Federal do Ceará – IFCE

Introdução

Temperança (*sophrosýne*) é, inegavelmente, uma palavra-chave em *Hipólito*, de Eurípides. O culto do personagem-título à deusa Ártemis, em contraposição à sua repulsa aos domínios de Afrodite, coloca este conceito no centro de inúmeras interpretações sobre a peça. Por outro lado, formando um contraponto com a noção de *sophrosýne*, há o *páthos* amoroso/sexual de Fedra. Tais conceitos, entretanto, não são apenas relacionados aos âmbitos sexuais, mas a outros vícios e virtudes humanos. Este capítulo pretende investigar esses conceitos nas atitudes dos principais personagens da peça – Hipólito e Fedra – a fim de demonstrar a construção de um discurso, ainda que sutil em Eurípides, em defesa do domínio das paixões. Além disso, pretende-se também verificar o modo como Sêneca, em sua peça *Fedra*, examina a tradição fazendo uso da influência de Eurípides, renovando a estrutura da tragédia e revelando o que no tragediógrafo grego é velado: a crítica ao favorecimento dos vícios em detrimento das virtudes, que encontra bastante espaço no estoicismo do filósofo romano. Tais análises são feitas a partir da comparação entre os personagens de ambas as peças, não deixando de lado a linguagem e o estilo próprios de cada tragediógrafo, o contexto de produção das obras, bem como outras influências.

Para introduzirmos o assunto, podemos afirmar que o domínio das paixões humanas, especialmente das paixões sexuais, ocupa certo papel de destaque na discussão sobre a condição humana desde a Antiguidade. Em *Górgias* (493a), por exemplo, aludindo ao mito das Danaides, Platão diz que o corpo (*sôma*) é como um tonel furado que, ao ser enchido com água, faz com que ela escorra pelos furos, e logo vem a necessidade de enchê-lo novamente, num ciclo sem fim. Para o filósofo, o corpo é inferior à alma e por isso mesmo o homem não deve buscar satisfazê-lo, mas visar ao que ele considera melhor: o aperfeiçoamento da alma.

Tal colocação de Platão nos leva à reflexão sobre a temperança, que, a julgar da obra do filósofo grego, foi-lhe um tema muito caro. Cabe, assim, examinar como o conceito de temperança foi visto na Antiguidade e refletido em peças como *Hipólito* de Eurípides e, alguns séculos mais tarde, em *Fedra*, de Sêneca.

O presente capítulo é fruto de anotações e leituras feitas para a elaboração do nosso projeto de pesquisa de doutorado que, por sua vez, surgiu a partir da leitura da peça latina *Fedra*. Esta leitura nos levou, pela inevitável comparação, à releitura da peça euripídiana *Hipólito*. Uma primeira interpretação da peça de Sêneca nos fez perceber uma reflexão crítica acerca das consequências na vida do homem quando este não é capaz de dominar as paixões, fruto, naturalmente, da concepção estoica do filósofo romano. Porém, apesar de haver uma questão estoica presente na tragédia de Sêneca, perguntamo-nos, já que se tratava do mesmo mito, se

tal crítica não poderia já estar presente também na peça de Eurípides, a fim de verificar algo mais profundo entre as duas obras, que não fosse apenas a utilização do mesmo mito como tema. Tais questões nos levaram ao exame do conceito da *sophrosýne*.

A partir do exame mencionado, verificamos as noções de temperança em ambas as peças no desenvolver das ações dos personagens. Partimos do pressuposto de que essas noções constituem a essência da peça euripidiana, e estão também essencialmente presentes na peça de Sêneca, não apenas devido ao estoicismo, escola filosófica a qual Sêneca era ligado, mas também devido à influência de Eurípides em sua obra trágica.

O estudo será realizado em dois eixos principais, a saber: o primeiro trata de uma investigação do modo como os conceitos de *sophrosýne* (temperança) e, relacionado a este, o de *páthos* (paixão, afetação) se articulam nas ações dos personagens na peça de Eurípides; o segundo verifica o modo como tal articulação em Eurípides é reestruturada por Sêneca em sua tragédia *Fedra*, levando em consideração a influência de *Hipólito* na composição da peça do filósofo romano.

A partir dos dois eixos mencionados, o texto apresenta o cerne do estudo que intentamos: demonstrar a construção de um discurso crítico em favor do domínio das paixões que, embora seja subjacente em Eurípides, não deixa de estar presente, e encontra solo fértil para se concretizar no contexto estoico em que Sêneca produziu a sua peça.

1 Relevância do tema e sua abordagem em alguns estudos importantes

Como mencionado, o intento deste capítulo é esboçar um breve exame da virtude da temperança nas peças *Hipólito* e *Fedra*, verificando o modo como a noção dessa virtude é articulada na construção de um discurso favorável ao incentivo do domínio das paixões.

Para este estudo, a abordagem do tema se fez relevante para nós por duas razões: a primeira é que grande parte da interpretação que tem sido feita até hoje sobre as paixões humanas, de modo geral, é muito mais filosófica/teológica do que literária, e para isso, inclusive, o estoicismo de Sêneca contribuiu sobremaneira. Observemos, por exemplo, a recorrência do tema nas obras de Platão, Aristóteles, do próprio Sêneca, em toda a teologia cristã/católica, com Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e vários outros, que não mencionamos aqui para não irmos além do limite a que nos propomos. Nesse sentido, acreditamos que uma interpretação literária a partir de um tema tão complexo possa contribuir para a construção de um novo entendimento tanto da peça de Eurípides quanto mesmo da de Sêneca, uma vez que muitos estudos sobre ambas as peças, quando abordam o assunto, ou fazem-no muito sutilmente, sem desmistificar certa confusão entre os termos “temperança”, “castidade” e “contenção

sexual”, por exemplo, ou, em se tratando de Sêneca, detêm-se quase exclusivamente em uma interpretação estoica. Ressaltamos, entretanto, que não é nosso intuito dissociar a filosofia de Sêneca de sua obra dramática, o que seria, a nosso ver, um equívoco. O que pretendemos é abordar de uma forma literária a temática da temperança, buscando o que possivelmente chamou a atenção de Sêneca no texto de Eurípides e que se encaixou nos seus propósitos literários na composição de *Fedra*, especificamente.

A segunda razão é que diante de certa fuga de alguns estudiosos e de certo preconceito, no puro sentido da palavra, em tratar do tema da temperança, associando-o muitas vezes apenas à contenção sexual, o tema acaba por ser minorado do ponto de vista literário. Além disso, por não ser algo tão debatido na cultura grega como foi na cultura latina, os estudos acabam por se esquivar do tema em relação às obras gregas.

Como exemplo de trabalhos realizados sobre o tema nas supracitadas peças, mencionamos os importantes artigos “Amor Erótico e Castidade no *Hipólito* de Eurípides”, de Flávio Ribeiro de Oliveira, publicado em 2011, e “*Fedra* de Sêneca: que pode a razão perante o triunfo das paixões?”, de Mariana Montalvão Horta e Costa Matias. O primeiro muito contribuiu para o desenvolvimento das ideias que norteiam este capítulo, mas, seu propósito é apresentar uma discussão sobre a peça no que tange à questão sexual, sem levar em conta a abrangência da ideia de temperança dentro da peça euripidiana; o segundo, também muito relevante para nosso trabalho, aborda muito bem o assunto na peça de Sêneca, mas o faz apenas pelo viés filosófico do estoicismo, deixando um pouco à parte as características mais inerentes ao discurso literário. Outro trabalho importante que aborda a temática em questão é a dissertação de Fernando Crespim Zorrer da Silva, intitulada *A Paixão Proibida no Hipólito, de Eurípides e em Fedra de Sêneca*, defendida em 2001, que toca em muitos pontos interessantes para a nossa pesquisa, mas não tem o propósito de considerar, na peça de Eurípides, a característica da temperança propriamente dita, conduzindo as discussões para uma ideia mais sentimental da paixão.

Nossa perspectiva coaduna com a de Dupont (2011), de que as tragédias de Sêneca, independentemente do teor estoico, carregam características literárias dignas de atenção. A pesquisa que intentamos empreender segue justamente por essa via, discutindo o modo como esse tema se desenvolveu na literatura, e como tanto Eurípides quanto Sêneca lidaram com ele a partir do contexto de produção de suas obras e a partir de noções filosóficas.

2 Pressupostos metodológicos

Este capítulo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, pois os textos, literários e teóricos, são “fontes dos temas a serem pesquisados” (SEVERINO, 2007, p. 122). Por se

tratar de um estudo calcado na Literatura Comparada, isto é, um estudo intertextual entre as tragédias *Hipólito* e *Fedra*, partimos dos conceitos de Kristeva (*apud* CARVALHAL, 2006, p. 50), que diz que “todo texto é absorção e transformação de outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, se instala a de intertextualidade, e a linguagem poética se lê, pelo menos, como duplo”.

O primeiro passo tomado para a realização da pesquisa foi a releitura completa tanto das duas tragédias em questão: *Hipólito* e *Fedra* em seus idiomas originais, anotando e destacando os momentos em que as questões a serem discutidas nesta pesquisa se revelam nas falas e nas ações dos personagens. Além disso, recorreremos a uma leitura geral do teatro de Eurípides e do de Sêneca, bem como de eventuais obras críticas que ampararam o estudo e serão mencionadas ao longo do trabalho.

Também fizemos um breve levantamento bibliográfico sobre *Hipólito*, de Eurípides, a fim de filtrarmos aquelas que abordaram a peça a partir da temática por nós aqui discutida. Em seguida, para o recorte metodológico, selecionamos aquelas que julgamos dar um melhor suporte para a nossa abordagem. O mesmo procedimento foi adotado para a análise da peça de Sêneca.

O estudo das obras foi feito em três partes, a saber: a primeira foi dedicada à análise das personagens euripidianas seguindo os pressupostos apresentados neste capítulo; a segunda parte deteve-se na análise da personagem Fedra, na peça de Sêneca, também de acordo com o tema que se coloca aqui (paixão e temperança); e, por fim, a terceira parte analisou a influência de *Hipólito* de Eurípides na composição de *Fedra* de Sêneca. Essas partes, embora metodologicamente separadas, estão diluídas na escrita do texto, como poderá ser verificado nas seções e subseções que se seguem.

3 Pressupostos teóricos

3.1 Algumas considerações sobre a temperança na Antiguidade

A discussão sobre a temperança e o domínio das paixões na Antiguidade é abordada de forma recorrente na filosofia de Platão. Diálogos como *Cármides*, *Protágoras*, *Górgias*, *República*, *Banquete* e *Leis* têm a temperança como um objeto de discussão e, de acordo com Vasconcelos (2017), o tema na obra do filósofo grego reelabora o conceito a partir da tradição, e põe em jogo as suas várias acepções. No entanto, Platão lutou contra seu tempo, pois, no contexto em que viveu – o da Guerra do Peloponeso – o mundo grego atravessava um período crítico de profunda crise moral, que fazia com que a temperança, “[...] uma vez louvada como

fundamento da vida em comunidade, [fosse], durante esse período atacada como obstáculo desnecessário que privava os homens da fruição dos prazeres, além de ser, eventualmente, identificada com a covardia e a frouxidão.” (VASCONCELOS, 2017, p. 18).

O período clássico, em especial, marca uma drástica mudança no comportamento político de Atenas que antes, diferenciando-se do inimigo persa (*hýbristes*) pela temperança, agora cometia atitudes tirânicas: note-se o episódio da violenta punição dos cidadãos de Melos, que, de acordo com Tucídides (*Hist.* 5. 84-113), se retiraram da aliança que tinham com Atenas durante a guerra. Em tal contexto político, natural é que, no caso de Atenas, o teatro conceba peças como o *Hipólito*, de Eurípides, e traga à cena a ruína de uma casa pela falta da temperança nas ações.

No contexto da peça euripidiana, a palavra *sophrosýne* está fortemente relacionada ao que concebemos por castidade. Isso pode ser verificado no discurso do próprio personagem-título, quando diz que no “intacto prado” colha apenas quem é puro (v. 80). Contudo, a *sophrosýne* de Hipólito, ou o que o personagem concebe como tal, é, na verdade, uma espécie de desmesura, algo contrário à temperança, como pretendemos demonstrar, pois o exagero com que o personagem se devota ao culto de Ártemis faz com que ele confunda o significado da verdadeira *sophrosýne*, e acabe caindo em desgraça, morrendo tragicamente. Por outro lado, há o estado afetado (*páthos*) de Fedra que, por não ser capaz de dominar o seu desejo sexual – pois Ihe é infundido por Afrodite – encontra no suicídio a “melhor decisão” (v. 402).

Se, por um lado, na peça de Eurípides há uma espécie de exagero na prática da temperança, por outro, no contexto da peça de Sêneca, *Fedra*, o que é mais evidente é justamente a falta dessa virtude nas ações dos personagens, principalmente nas da personagem-título. Em outras palavras, podemos dizer que enquanto na peça euripidiana há o excesso, na peça de Sêneca, por seu turno, há a ausência, e tal ausência é justamente a causa das trágicas consequências para os personagens.

3.2 As possíveis influências de Sêneca para a composição de *Fedra*

No conjunto da obra de Eurípides, é em *Hipólito* que podemos observar uma das primeiras reflexões sobre o poder das paixões humanas. De acordo com Segal (1993), é a primeira peça remanescente a trazer para o palco as graves consequências da falta, ou da incompreensão da temperança. E a partir de *Hipólito*, passando pela tradição filosófica grega, o tema pareceu ter se desenvolvido de modo a chamar a atenção de Sêneca e levá-lo a compor *Fedra*. De acordo com Silva (2015), Sêneca certamente se apropriou de várias obras com o tema do mito de Hipólito e Fedra, entre as quais o autor destaca as duas versões de *Hipólito*, de Eurípides (*Hipólito Velado*, da qual restaram apenas fragmentos, e *Hipólito Porta-Coroa*, que é a versão

que nos chegou), *Heroidum Epistulae IV*, de Ovídio, além de um texto de Lícofron, que não chegou até nós. Estas suposições são levantadas por Silva (2015) que, por sua vez, ampara-se em Grimal (1963) e Raij (1992), que acreditam que a gama de textos com o tema do mito de Hipólito e Fedra com os quais Sêneca teve contato é bem maior do que o que se pode supor.

3.3 Hipólito de Eurípides

Na peça euripidiana, Hipólito é um modelo de castidade por excelência. De acordo com Franciscato (2006), ele sintetiza em si todo o léxico da tragédia relacionado à pureza. De acordo com a autora, é de fato uma escolha de Hipólito viver para honrar Ártemis através de sua castidade. No verso 87, o jovem deixa claro que quer terminar sua vida dedicada à deusa assim como começou: “Seja meu fim de vida como o início” (Eur., *Hipp.*, 87).

No entanto, o conflito de Hipólito começa a ser delineado, e em lugar de um jovem apenas puro, vemos um jovem desmedido em relação à sua repulsa ao sexo, bem como em sua veneração à deusa, que, nas palavras de Fialho (2012, p. 39), “tem aspectos próximos da contemplação mística”, o que podemos observar na seguinte fala do personagem dirigida à deusa Ártemis: “Só eu dentre os mortais tenho esta honra:/ vivo junto de ti, falo contigo/ e ouço a tua voz, se não te vejo o rosto” (Eur. *Hipp.* 84-86).

O que se depreende da veneração desmedida de Hipólito é a iminência da tragédia: todos os personagens da literatura grega que cometeram a desmedida (*hýbris*) foram cruelmente punidos pelos deuses, e nesse sentido, a punição de Hipólito decorre de dois polos diametralmente opostos: o demasiado distanciamento de Afrodite, e a aproximação igualmente demasiada de Ártemis. Não há como negar, pela leitura da peça, que Ártemis corresponde à afeição de Hipólito, pois fala com ele, como mencionado nos versos transcritos anteriormente. No entanto, como observa Vernant (2008, p. 282), “o poeta toma cuidado em sublinhar o que comporta de estranho e insólito nesse tipo de relações com o divino”. É vedado ao mortal uma aproximação de intimidade com o plano divino, pois conforme Santos (1988, p. 132), “o ser humano, quando se aproxima da divindade, sofre uma espécie de sanção. A aproximação é considerada como um excesso (*hýbris*)”.

O que percebemos, pois, como resultado de tal aproximação, é que quanto mais Hipólito avança para ocupar um lugar inapropriado para ele junto à Ártemis, mais ele se distancia de Afrodite e, em se distanciando desta, mais se aproxima de sua própria ruína. Aí reside sua falta de temperança: não saber ponderar o equilíbrio entre as duas deusas.

Em relação à Fedra, uma discussão interessante em torno do *páthos* que ela sofre é a ideia de *nósos* (doença). A palavra é mencionada no prólogo feito por Afrodite na primeira vez em que se refere ao amor de Fedra: “nenhum dos seus conhece o morbo” (Eur. *Hipp.*, 40). E em

vários outros momentos da peça, pode-se confirmar a interpretação de que a personagem se encontra doente (v. 131; 136-7; 175). Além disso, sua serva percebe que o que ela diz não faz sentido, o que a leva a pensar em uma espécie de loucura, demência (*manía*), que perturba também a mente de sua ama: “Filha, o que gritas?! Não profiras diante do povo/falas que demência transporta!” (Eur. *Hipp.*, 212-214).

Nos versos 293-296, a serva, após dizer que já tentara de tudo para aliviar os sintomas de sua senhora, diz que é necessário revelar o problema aos médicos:

Se os males de que sofres são nefandos,
há mulheres aqui para calmá-los;
mas, se o caso pode expor aos homens,
fala, para que seja dito a médicos.
(Eur., *Hipp.*, 293-296).

Os versos euripidianos atestam que a tragédia também estava considerando a paixão amorosa como uma doença. No entanto, como observa Oliveira (2011), Fedra não sofre de uma paixão amorosa no sentido de ternura ou afeição, mas sim de um violento desejo sexual, que ela mesma tenta reprimir inicialmente, como podemos observar em sua fala nos versos 403-427, quando ela faz um discurso de elogio às virtudes morais e crítica aos vícios da carne, enfatizando que é bom para todos na vida ter um caráter justo e bom. O que Eurípides estaria a insinuar aqui senão um discurso moral?

Como afirma Oliveira (2011), as razões de Fedra são de natureza moral: ela não quer trazer a vergonha para sua casa, desonrar seu marido (v. 420), nem prejudicar o prestígio dos filhos (v. 421). Porém, o que inibe Fedra de ir adiante em seu desejo não é mais forte do que sua *nósos*, isto é, sua “doença”, fazendo dela uma vítima, um instrumento da vingança de Afrodite.

A consideração de Fedra como uma vítima é discutida por vários autores. Oliveira (2011), por exemplo, a coloca assim, e isso nos faria vê-la como inocente da desgraça da família, um mero joguete dos deuses. Lauriola (2015), por sua vez, não isenta Fedra totalmente de culpa. A autora, embora também a veja como uma vítima da *nósos* afrodisíaca, afirma que os versos 398-399 nos quais a personagem diz “depois dispus-me a defrontar a insânia/ e derrotá-la pela temperança” são dignos de nota. Para a autora, Fedra, plenamente consciente, desenvolveu inicialmente uma disposição para o exercício da temperança, mas, falhando pela incontrolável paixão, decide suicidar-se. Para Lauriola (2015), o que Eurípides intenta com isso é revelar a fraqueza humana, que coloca nos deuses toda a responsabilidade de seus erros. A interpretação da autora é bastante inovadora ao sugerir que Fedra teria a opção de resistir à *nósos*. No entanto, tal leitura ofusca em certa medida a forte presença e as claras falas de Afrodite sobre sua vingança contra o jovem Hipólito.

3.4 Fedra, de Sêneca

Assim como Eurípides em sua época, que enfrentou uma crise moral na sociedade ateniense durante um período de guerra, também Sêneca enfrentou um contexto difícil, tirânico e sanguinário. Viu a sociedade romana sob o jugo de Nero se submeter às paixões e aos vícios, completamente submersa numa gravíssima crise de valores morais. De acordo com Matias (2012), o estoicismo encontra solo fértil nesse cenário para uma atividade de combate às paixões.

Se por um lado, na peça de Eurípides, as deusas representam uma força motora dentro da peça, na peça de Sêneca, os homens estão à mercê das próprias decisões. “O mundo dos deuses fica distante, num segundo plano. Por outro lado, ficam evidenciadas as paixões humanas” (SANTOS, 1988, p. 137). Na reestruturação que o filósofo romano faz do mito dentro de sua tragédia, Fedra se torna a protagonista, e há significativas diferenças entre a personagem da tragédia grega e a personagem da tragédia latina.

De acordo com Santos (1988), Sêneca deu um novo tratamento ao mito, incorporou elementos, modificou as sequências das ações, mas cuidou para que o efeito de sua peça continuasse trágico. Silva (2015) corrobora com Santos (1988), e acrescenta que o exame do filósofo romano à tradição contribuiu sobremaneira para essa reestruturação.

Como mencionado, não há deusas na peça de Sêneca, e a tentativa de resistência da Fedra euripidiana em nome da temperança cede lugar a uma personagem possuída de um amor cheio de furor, ensandecida, sem tentativa nenhuma à resistência. No seu teatro – cheio de estoicismo – vemos um desfile de personagens que, na sua essência tão miseravelmente humana, sofrem, lutam, duvidam e, inevitavelmente, acabam por tomar decisões. Confundidas por conflitos interiores que as dilaceram, estas figuras debatem-se entre a paixão e a razão, o furor e a *bona mens* (boa razão, bom conselho), e cada personagem assume o papel de *exemplum*, sobretudo através da demonstração de comportamentos reprováveis e criminosos, como é o caso de Fedra na peça de Sêneca. De acordo com Matias (2012), na peça latina ela é o exemplo a não ser seguido devido à fraqueza moral e espiritual e à intemperança.

Eurípides não chegou a criar personagens-exemplos, embora intente fazer, pela encenação da peça, com que o público tome uma lição. Sêneca, por sua vez, inspirado nos vários mitos e, sobretudo, em Eurípides, a quem considerava o tragediógrafo por excelência e “com quem partilhava o interesse pela psicologia humana, pela especulação filosófica, pelas descrições pictóricas e pelo patético” (MATIAS, 2012, p. 46), apropriou-se de temas, motivos e tradições mitológicas, um legado coletivo que soube reformular com originalidade. Criou então um teatro inédito, claramente motivado, não apenas pelos pressupostos filosóficos, políticos e sociais, mas sobretudo literários (DUPONT, 2011).

Como podemos ver, Eurípides está bastante presente na obra de Sêneca, e esta influência é fundamental no percurso de desenvolvimento do presente artigo, pois é através dela que buscamos revelar a construção discursiva subjacente em *Hipólito*, voltando, em seguida, a *Fedra*, e verificando o modo como Sêneca rearticula o mito, as estruturas trágicas, bem como a abordagem do tema da temperança, que parece lhe ter sido muito caro a julgar pelo contexto político e social em que viveu e produziu suas obras.

Conclusão

Empreender uma pesquisa sobre um tema complexo como é o da temperança dentro da brevidade de um texto não é tarefa das mais fáceis. Por outro lado, a necessidade de uma síntese colabora para que possamos ver ainda melhor a complexidade do tema e as lacunas que inevitavelmente são deixadas para serem preenchidas em outras oportunidades. Como este trabalho é fruto de um projeto maior, isto é, de uma pesquisa de doutorado, podemos levar adiante inúmeras outras questões, discutindo-as com mais detalhes e mais profundidade.

No entanto, a partir desta breve pesquisa, o que depreendemos, ao menos inicialmente, é que entre Eurípides e Sêneca o tema da temperança traçou um caminho e se estabeleceu fortemente na tradição filosófico-literária da Antiguidade. O apelo ao tema em determinados contextos (a guerra, no caso de Eurípides, e a tirania dos governantes, no caso de Sêneca) foi fruto da reflexão e da observação aguçada de autores sobre os comportamentos humanos, bem como do chamado deles ao exercício dessa virtude.

Intentamos demonstrar ao longo do trabalho que a mensagem de Sêneca em sua peça carrega essencialmente uma crítica ao não domínio das paixões, isto é, à intemperança, e que tal crítica estaria enraizada na tradição filosófico-literária anterior a ele, mas especialmente em Eurípides, em quem o filósofo romano buscou o tema específico de sua tragédia *Fedra* e por quem foi fortemente influenciado.

Demonstramos através de algumas passagens de *Hipólito* que, ainda que de um modo velado, Eurípides toca de uma maneira muito profunda no tema da temperança em sua peça, tanto pelo exame da piedade grega, que exigia do homem o culto a todos os deuses, a violação dos limites humanos, as tentativas de resistência ao erro, no caso da personagem Fedra, sua fraqueza, bem como a atuação dos deuses na vida humana.

Em suma, é possível verificar que todos os elementos citados concorrem coerentemente para o cumprimento da função do teatro antigo, que tinha por finalidade, senão moralizar, mas ensinar, ou mesmo exortar o homem à prática da virtude para o bom funcionamento da sociedade, criticando os erros e as más atitudes, principalmente em contextos difíceis, como aqueles vivenciados tanto por Eurípides em Atenas, como por Sêneca em Roma.

Referências

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura Comparada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

DUPONT, Florence. **Les Montres de Sénèque**: Pour une dramaturgie de la tragédie romaine. Paris: Belin, 2011.

EURÍPIDES. **Hipólito**. Tradução de Flávio Ribeiro de Oliveira. São Paulo: Odysseus, 2010.

FIALHO, Maria do Céu. Hipólito em Eurípides: construção de um protagonista. *In*: JESUS, Carlos A. Martins de; CASTRO FILHO, Cláudio; FERREIRA, José Ribeiro. **Hipólito e Fedra nos caminhos de um mito**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2012. p. 25-30.

FRANCISCATO, Maria Rodrigues da Silva. **Τύχη e caráter no Hipólito, Eurípides**. 2006. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-22112007-152514/publico/TESE_MARIA_CRISTINA__R_S_FRANCISCATO.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.

GRIMAL, Pierre. L'originalité de Sénèque dans la tragédie de Phèdre. **Revue des Études Latines**, Paris, v. 41, p. 297-314, 1963.

LAURIOLA, Rosanna. Hippolytus. *In*: LAURIOLA, Rosanna; DEMETRIOUS, Kyriakos (ed.). **Brill's Compendium to Euripides Reception**. Boston: Brill, 2015.

MATIAS, Mariana Montalvão Horta e Costa. Fedra de Séneca: que pode a razão perante o triunfo das paixões? *In*: JESUS, Carlos A. Martins de; CASTRO FILHO, Cláudio; FERREIRA, José Ribeiro. **Hipólito e Fedra nos caminhos de um mito**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2012. p. 25-30.

OLIVEIRA, Flávio Ribeiro de. Amor erótico e castidade no *Hipólito* de Eurípides. **Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 51-59, jan./jun. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/nuntius_antiquus/article/download/17238/14022/. Acesso em: 01 out. 2020.

PLATÃO. **Protágoras, Górgias e Fedão**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2002.

RAIJ, Cleonice Furtado de Mendonça Van. **Fedra de Sêneca**: discurso literário e perspectivas para um estudo filosófico. 1992. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SANTOS, Fernando Brandão dos. O *Hipólito* de Sêneca: um breve estudo sobre a tragédia latina. **Revista de letras**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 129-138, fev. 1988.

SÊNECA. **Fedra**. Tradução de Daniel Peluci Carrara e Fernanda Messeder Moura. São Paulo: Editora Peixoto, 2007.

SEGAL, Charles. **Eurípides and The Poetic of Sorrow: Art, Gender and Commemoration in *Alkestis, Hippolytus and Hecuba***. London: Duke University Press, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fernando Crespim Zorrer da. **A paixão proibida no *Hipólito* de Eurípides e em *Fedra de Sêneca***. 2001. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1615/000304159.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 set. 2020.

SILVA, Fernando Crespim Zorrer da. A releitura do mito de Fedra e Hipólito por Eurípides e Sêneca: interseções. **Hélade**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 18-23, dez. 2015. Dossiê Literatura Antiga, Tempo e Tradição. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/helade/article/view/10540/7340>. Acesso em: 29 set. 2020.

VASCONCELOS, Bernardo César Diniz Athayde. A temperança em diálogo no *Cármides* de Platão. **Contextura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10, p. 17-31, ago. 2017.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Tradução de Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

A intervenção divina na configuração do herói na *Odisseia*

Cícero Émerson do Nascimento Cardoso
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Vede bem como os mortais acusam os deuses! / De nós (dizem) provêm as desgraças,
quando são eles, / pela sua loucura, que sofrem mais do que deviam.
(*Odisseia*, Canto I, v. 32–34)

Introdução

Aristóteles (*Poética*, XXIV, 151) afirma que a epopeia apresenta as mesmas características da tragédia, isto é, pode ser simples, complexa, de caracteres e catastrófica. Na epopeia são exigidas, também, peripécias, catástrofes e reconhecimentos. Ao remeter-se às epopeias homéricas, ele diz que a *Ilíada*, por exemplo, é episódica e catastrófica; já a *Odisseia* é complexa, toda de reconhecimentos e de caracteres”.

Odisseia, segundo Bernardo Knox (2011, p. 07), é um termo comum a várias línguas, com suas respectivas variações e significa “uma longa jornada cheia de aventuras e eventos inesperados”. Quanto à data de composição da *Odisseia*, Knox (2011, p. 29) afirma que ela foi composta “um pouco mais tarde dentro do mesmo intervalo” no qual a *Ilíada* foi produzida. O autor propõe que a data mais provável “para composição da *Ilíada* são os cinquenta anos que se situam entre 725 a.C. a 675 a.C.”.

Carlos Alberto Nunes (2001, p. 08), ao comparar a estrutura narrativa da *Ilíada* à da *Odisseia*, afirma que:

O traçado da *Odisseia* é de mais fácil apreensão, e, digamos, artisticamente de melhor planejamento, pela disposição concêntrica, em que o próprio herói do poema relata suas aventuras durante os dez anos de peregrinação, no empenho de retornar para a pátria, depois de conquistada, saqueada e destruída Troia, e de terem sido massacrados ou vendidos como escravos seus moradores.

Nunes prende-se, em seu comentário, ao modo como a narrativa se desenvolve em relação à enredística, no entanto, não aprofunda a discussão restringindo-se a apontar o fascínio que a obra exerce para o leitor. Desse modo, ele chega a dizer que a *Odisseia* é “puro romance, de enredo bem arquitetado”, sem apresentar um detalhamento acerca do que ele considera ser esse “enredo bem arquitetado”.

Milton Marques Júnior (2008, p. 130), em ensaio no qual discorre sobre a tipologia do herói épico clássico a partir dos temas *honra*, *glória*, *destino* e *piedade*, aprofunda essa discussão. Para o autor, a *Odisseia* é uma narrativa “que trata da volta do herói, depois de destruída Troia”, e centra-se na figura de Odisseus em sua luta contra o esquecimento do lar, uma vez que ele é um “herói em busca da glória doméstica”.

Marques Júnior (2008, p. 131-132) propõe, em discussão mais atenta à estruturação da *Odisseia*, uma notável divisão dessa obra. Segundo o autor, ela pode ser dividida em seis momentos:

I. Telemaquia (Cantos I–IV): Viagem iniciativa de Telêmaco em busca do pai, fazendo do poema uma narrativa cíclica, confirmando a condição de herói e varão de Telêmaco. Cumprindo seu rito de iniciação, Telêmaco sai da *Telemaquia* inicial para a *Andromaquia* final.

II. Nostalgia Material (Cantos V–VIII): É o momento da dor da volta, a nostalgia, mas da volta material, do regresso. Viagem de Odisseus de Ogígia à Feácia. Perseguido por Posídon, o herói chega náufrago e só, na Feácia, sendo recebido pelo rei Alcínoo. Aqui se dá o final das provações, em terra e no mar, fora de casa. Cumpre-se o rito de passagem de Odisseus, que permite ao herói retomar o domínio de seu reino, tendo adquirido a Têmpera necessária.

III. Nostalgia Psíquica (Cantos IX–XII): Volta interna a partir do *flashback* de Odisseus, narrando suas aventuras aos Feácios. Nesse momento, caracterizam-se os reconhecimentos da memória e da astúcia (Canto IX, episódio dos Ciclopes). Eloquentemente e envolvente, Odisseus é visto pelo rei Alcínoo como um aedo. A memória faz-se importante, no momento das narrativas de Odisseus aos Feácios e, sobretudo, durante o episódio dos Lotófagos, cujo perigo para Odisseus e para os seus companheiros é o maior dos perigos por que eles passam, por causa da possibilidade de perder a memória.

IV. Chegada à Ítaca (Canto XIII–XVI): *Anagnórisis* da prevenção (Canto XVI), momento em que, chegando à Ítaca, disfarçado de mendigo, Odisseus revela-se apenas ao filho Telêmaco, em casa do porqueiro Eumeu. Ao mesmo tempo inicia-se a educação de Telêmaco pelo pai: é preciso continência e temperança para vencer o inimigo.

V. Preparação para a Retomada (Cantos XVII–XX): Odisseus se prepara para retomar o reino com a ajuda de Telêmaco e dos servos fiéis, Eumeu e Filétios. Há uma nova *anagnórisis* de prevenção (Canto XIX), quando a sua criada Euricleia o reconhece pela cicatriz na perna, no momento em que o banha, na condição de hóspede, a mando de Penélope, que ignora que o mendigo em seu palácio é, na realidade, seu marido.

VI. Andromaquia (Canto XXI–XXIV): Odisseus retoma seu reino, matando os pretendentes e restabelecendo a paz. Novas *anagnórisis* acontecem: a *anagnórisis* guerreira (Canto XXII), o que Aristóteles chamaria de reconhecimento com peripécia, a mais complexa e melhor para o poema, pois muda-se completamente o efeito esperado (*Poética*, 1452 a, 32-33): o mendigo ultrajado, agredido e motivo da chacota de todos revela-se como o terrível guerreiro Odisseus; *anagnórisis* dupla de prevenção (Canto XXIII), quando Penélope astuciosamente faz Odisseus contar o segredo da construção da cama do casal, antes de admitir que aquele que está à sua frente é o seu marido, que voltou depois de vinte anos de ausência; *anagnórisis* dramática (Canto XXIV), quando Odisseus se dá, em um momento dos mais tocantes, a conhecer ao velho pai Laertes, nomeando as fruteiras que ele havia plantado quando o herói era criança.

Neste esquema que Marques Júnior apresenta, encontramos os principais acontecimentos que ocorrem na enredística da *Odisseia*. Percebamos nele que apenas o deus Posídon é

mencionado (no ponto *II. Nostalgia Material*), mas a presença dos deuses, e suas intervenções divinas para o bem e para o mal de Odisseus, é constante.

Já no Canto I da *Odisseia*, desde o *Proêmio*, até o momento em que somos informados de que Odisseus está retido pela deusa Calipso, a presença dos deuses se faz notar. São os deuses que decidem, em assembleia que consta no Canto I, sobre o retorno de Odisseus para Ítaca, onde lhe esperam o filho Telêmaco e a esposa Penélope. Enquanto Posídon impede que o herói faça esse retorno, por ele ter cegado seu filho, o ciclope Polifemo, os deuses, aproveitando-se da ausência de Posídon, deliberam sobre o retorno de Odisseus ao lar.

Na última parte da *Odisseia*, no Canto XXIV, após as aventuras e desventuras do herói, ainda os deuses se fazem notar e determinam sua existência. A obra termina com juramentos proferidos pela deusa Atena, a deusa “de olhos esverdeados”, que prestou pronto auxílio a Telêmaco e a Odisseus, como percebemos ao longo da obra, e na ocasião dá ordens ao herói de Ítaca para que ele cesse com uma batalha que se daria contra familiares dos pretendentes que ele havia assassinado, ao que ele obedece.

Segundo Knox (2011, p. 63), os deuses têm três modelos de diplomacia olímpica, isto é: “Os deuses podem proteger um herói ou uma cidade, mas, se essa proteção ameaça gerar uma ruptura entre os grandes poderes, um deles pode bater em retirada”. Podem, também, fazer acordos, que pressupõem negociações que beneficiem ou não as partes envolvidas, ou podem, ainda, trapacear.

Knox (2011, p. 63) afirma que: “Todos esses três modelos de diplomacia olímpica reaparecem na *Odisseia*”. Ele exemplifica esses modelos com três passagens: 1) *um deus bate em retirada*: quando Odisseus encontra Atena em Ítaca e pergunta-lhe onde ela estava durante seu conflituoso retorno, a deusa lhe diz que “não quis lutar contra Posêidon” (Canto XIII, v. 341); 2) *os deuses negociam*: Posídon reclama a Zeus que, com a ida de Odisseus à Ítaca, auxiliado pelos Feácios, ele foi desonrado e Zeus permite-lhe punir os Feácios com a transformação da tripulação em rocha, assim que esta chega ao porto (Canto XIII, v. 146–152); 3) *um deus é trapaceado*: Posídon está na terra dos etíopes, ocasião em que recebe uma homenagem, exatamente quando há a assembleia que delibera sobre o retorno de Odisseus para o lar, o deus se dá conta de que foi enganado quando o vê chegar à costa da Esquéria em sua jangada (Canto V, v. 282–290).

Após essa explanação, recorramos à *Odisseia* de modo a analisarmos como a intervenção positiva (no caso de Atena) ou negativa (no caso de Posídon) dos deuses pode influenciar na configuração do herói Odisseus.

1 A intervenção divina e a configuração do herói odisséus

A respeito da *Odisseia*, Frederico Lourenço (2011, p. 95) diz que esse é, “depois da Bíblia, o livro que mais influência exerceu ao longo dos tempos no imaginário ocidental”. Ao longo de 12 mil versos, e 24 cantos, segundo Lourenço (2011, p. 96), Odisseus é “o elemento que ao mesmo tempo articula e secundaria tudo com o que, além dele, nos deparamos no poema”.

Trata-se, em suma, do retorno de Odisseus, que enfrenta diversas dificuldades para chegar à sua pátria, onde sua esposa Penélope e seu filho Telêmaco o aguardam. Esse retorno se daria após os dez anos da Guerra de Troia, mas Odisseus não consegue, após a guerra, ir imediatamente para seu lar. As aventuras que ele vivencia em sua jornada de retorno constituem o complexo enredo da *Odisseia*.

Recorremos novamente a Marques Júnior (2008) em seu estudo acerca do perfil dos heróis da épica clássica. Nele, são apresentados quatro heróis: 1) *Zeus, o deus herói*, 2) *Aquiles, o herói em busca da glória imperecível*, 3) *Odisseus, o herói em busca da glória doméstica*, e 4) *Eneias, o herói piedoso*. Em se tratando de Odisseus, o texto o retoma a partir de algumas analogias em relação a Aquiles, herói da *Ilíada*.

Odisseus é o herói, como propõe Marques Júnior (2008, p. 130), “na luta contra o esquecimento do lar, um herói em busca da glória doméstica”. Ele está empenhado com a ideia de retomar sua vida ao lado da esposa Penélope. Enquanto o espera, ela tenta enganar os homens que, por pensarem que Odisseus está morto, permanecem em seu encalço com a intenção de desposá-la.

Os epítetos que o caracterizam possibilitam-nos compreender seu perfil de herói. Desse modo, temos, conforme Marques Júnior (2008, p. 131) aponta, os seguintes epítetos: 1) “homem de mil voltas”, 2) “o muito astucioso”, 3) “o que tem alma corajosa, aquele cujo espírito é capaz de suportar” e 4) “o que muito sofre”.

Knox (2011, p. 38) afirma que Odisseus “deseja, acima de tudo, encontrar o caminho de casa e nela permanecer”. Ele dispõe de auxílios (KNOX, 2011, p. 46), pois o herói conta “com a bondade de estranhos, com sua generosidade como hospedeiros” (Éolo e os Feácios, por exemplo), embora em outros casos ele se torne vítima de seres que ameaçam sua vida (como é o caso de Polifemo), ou o impedem de prosseguir em sua viagem (como a deusa Calipso).

Nossa discussão, como prenunciamos, está pautada no modo como o herói Odisseus é configurado em sua relação com os deuses que intervêm, frequentemente, em suas ações.

Quanto à presença dos deuses na *Odisseia*, podemos perceber que há a menção a muitos deles: Zeus, Aurora, Atena, Hermes, Hipérion, Posídon, Calipso, Circe, Afrodite, Ares, dentre outros.

A propósito, segundo Knox (2011, p. 70), os deuses “decidem o destino dos mortais e suas cidades com escassa consideração para com as concepções humanas da justiça divina, sempre que aquilo que está em risco é o interesse ou o prestígio de um deus importante”. Na *Odisseia*, há inúmeros eventos que confirmam essa assertiva.

Na assembleia dos deuses, no Canto I, por exemplo, percebemos o quanto a interferência divina pode ser determinante para a existência do herói. Antes da assembleia, porém, temos o *Proêmio* e nele há invocação à Musa, uma das nove filhas de Zeus com Mnemósine. Façamos a leitura do *Proêmio*:

Fala-me, Musa, do homem astuto que tanto vagueou
depois que de Troia destruiu a cidadela sagrada.
Muitos foram os povos cujas cidades observou,
cujos espíritos conheceu; e foram muitos no mar
os sofrimentos por que passou para salvar a vida,
para conseguir o retorno dos companheiros a suas casas.
Mas a eles, embora o quisesse, não logrou salvar.
Não, pereceram devido à sua loucura,
insensatos, que devoraram o gado sagrado de Hipérion,
o Sol — e assim lhes negou o deus o dia do retorno.
Destas coisas fala-nos agora, ó deusa, filha de Zeus.
(Canto I, v. 01–10)

São apresentados, de modo sucinto, os acontecimentos que giram em torno de Odisseus, o herói que deseja preservar a memória do lar. Temos, ainda, a menção a um dos seus principais caracteres: ele é apresentado como um “homem astuto”. Nos versos seguintes, ficamos sabendo que ele “vagueou” após a destruição de Troia, esteve em diversas cidades e conheceu muitos povos. Também é dito que ele passou por várias aventuras e sofrimentos “para salvar a vida” e que, embora tivesse tentado, não pôde salvar os companheiros. Eles devoraram “o gado sagrado de Hipérion, o Sol”, por isso foram punidos e não puderam retornar para seus lares.

O narrador épico conclui o *Proêmio* com a invocação à Musa, ocasião em que ele lhe pede inspiração para discorrer, pormenorizadamente, sobre os acontecimentos vinculados ao herói que “tanto vagueou” com a intenção de reencontrar a paz em seu lar, preservado em sua memória como espaço no qual poderia restaurar, enfim, sua harmonia perdida em decorrência da guerra.

Em seguida, temos a assembleia e a deliberação sobre a vida de Odisseus. Ele está impedido de retornar ao lar, retido pela deusa Calipso, em Ogígia. É chegado o momento em que Odisseus deve retornar à sua pátria, como percebemos no trecho seguinte:

Nesse tempo, já todos quantos fugiram à morte escarpada
se encontravam em casa, salvos da guerra e do mar.
Só àquele, que tanto desejava regressar à mulher,
Calipso, ninfa divina entre as deusas, retinha
em côncavas grutas, ansiosa que se tornasse seu marido.
Mas quando chegou o ano (depois de passados muitos outros)
no qual decretaram os deuses que ele a Ítaca regressasse,
nem aí, mesmo entre o seu povo, afastou as provações.
E todos os deuses se compadeceram dele,
todos menos Posêidon: e até que sua terra alcançasse,
o deus não domou a ira contra o divino Ulisses.
(Canto I, v. 11–21)

Tendo iniciado *in medias res*, como é típico da epopeia, percebemos que Odisseus está sob a imposição de Calipso há anos e, com exceção de Posídon, os deuses decretam que o herói deve regressar à sua terra. Somos antecipados, ainda, por meio de prolepse, que mesmo em Ítaca ele ainda deveria passar por provações. Os pretendentes de sua esposa, considerando-o morto, vivem em seu palácio, desrespeitam a Lei da Hospitalidade, desprezam a presença de seu filho e saqueiam suas riquezas.

Com a ausência de Posídon, os deuses reúnem-se no Olimpo. Zeus é o primeiro a falar, ainda com a lembrança de que Egisto havia sido assassinado por Orestes. Em seu discurso, ele afirma (Canto I, v. 32–34): “Vede bem como os mortais acusam os deuses! / De nós (dizem) provêm as desgraças, quando são eles, / pela sua loucura, que sofrem mais do que deviam!”.

A segunda deusa a falar é Atena, “a deusa de olhos esverdeados”. Ela dirige-se a Zeus e diz (Canto I, v. 45–47): “Pai de todos nós, mais excelso dos soberanos, / é verdade que esse homem teve a sorte que merecia: / e que pereça qualquer outro que igual coisa fizer”. Em seguida, ela apresenta o pesar que sente pela situação de Odisseus (Canto I, v. 48–50): “Mas arde-me o espírito pelo feroso Ulisses, / esse desgraçado, que longe dos amigos se atormenta / numa ilha frondosa, onde tem sua morada a deusa”.

Atena recorre a um discurso contundente para convencer seu pai a olhar com compaixão para seu protegido. Referindo-se, inicialmente, à deusa Calipso, ela diz o seguinte:

Sua filha retém aquele homem desgraçado,
e sempre com palavras implorantes e suaves
o encanta, para que Ítaca olvide: mas Ulisses desejoso

de no horizonte ver subir o fumo da sua terra
tem vontade de morrer — e o teu coração
não se comove, Olimpo! Não foi Ulisses
quem junto às naus dos Argivos na vasta Troia
sacrifícios te ofereceu? Contra ele te encolerizas, Zeus?
(Canto I, v. 55–62)

Muito do perfil heroico de Odisseus fica em evidência na resposta do deus do Olimpo. Ele menciona que o herói tem um espírito que “supera o de qualquer outro homem” e que ele nunca deixou de honrar os deuses com sacrifícios. Zeus faz a seguinte ressalva (Canto I, v. 68–70): “Mas Posêidon, que cerca a terra, sem tréguas se lhe opõe, / por causa do Ciclope a quem Ulisses cegou a vista / — ao divino Polifemo, que mais força tem entre todos os Ciclopes”.

Apesar disso, Zeus afirma (Canto I, v. 76–75): “Mas nós aqui presentes acordemos o seu regresso; / e Posêidon deixará a sua ira: contra todos os imortais, / à sua revelia, só, contra todos, lutar não conseguiria”. Com a decisão do deus do Olimpo, Atena sugere que Hermes, o mensageiro, vá à ilha de Ogígia anunciar à Calipso que Odisseus deve regressar ao seu lar por ordem dos deuses.

Ao mesmo tempo em que Hermes anuncia à Calipso a decisão do Olimpo, acerca do regresso de Odisseus, Atena decide ir à Ítaca preparar Telêmaco para sua viagem à Esparta. Percebemos que, assim como Atena e Posídon são determinantes, respectivamente, para o bem e para o mal de Odisseus, o deus Hermes é o portador da notícia tão almejada por ele e o auxilia com relação à deusa Circe.

No Canto I estão presentes os deuses cujas intervenções divinas são determinantes para que Odisseus possa concretizar seu retorno, também os deuses cujas intervenções representam empecilhos para essa realização. Na sequência de nosso trabalho nos remetemos a três deuses dentre os muitos que transitam na enredística da *Odisseia*. Consideramos que esses deuses intervêm significativamente nas ações de Odisseus: 1) Atena (a deusa da astúcia e da sabedoria), 2) Hermes (o mensageiro dos deuses) e 3) Posídon (o deus dos mares).

2 A intervenção de Atena

Atena¹, “a deusa de olhos esverdeados”, é protetora dos Argivos na *Ilíada* e torna-se, na *Odisseia*, personagem significativa pelas intervenções que realiza no sentido de auxiliar Odisseus na realização de sua jornada.

1 No endereço eletrônico *Mitologia e Arte*, Atena é apresentada como uma deusa que concentra em si muitas “artes, ofícios e técnicas (militares, políticas e domésticas)”, também é domadora e adestradora “de cavalos, interessa-se por navios e carruagens”. Geralmente, Atena é representada na arte com seus “atributos de deusa guerreira: elmo, lança e escudo (a égide, onde se vê a cabeça de Medusa)”. Deusa da sabedoria e da astúcia, Atena é associada, simbolicamente, à coruja, à serpente e à oliveira. ATENA – deusa da sabedoria. *Mitologia e Arte*. 2020. Disponível em: <https://www.mitologiaearte.com/mitologia-grega/deusas-gregas-nomes/atenadeusa-da-sabedoria/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

De acordo com Pierre Grimal (2009), Atena faz parte da “segunda geração” de deuses Olímpicos, que são deuses oriundos de Zeus. Seu nascimento é uma das imagens mais intrigantes da mitologia. Assim Grimal (2009, p. 31) o descreve:

Nos primeiros tempos de seu reinado, Zeus desposara a oceânica Métis (cujo nome significa *Prudência*, mas também *Perfídia*) e a engravidara. Geia e Urano revelaram-lhe então que, mesmo que Métis tivesse uma filha, ela daria em seguida à luz um menino que iria se tornar o senhor do mundo. Assim desejavam os Destinos. Zeus, sem hesitar, e para garantir seu poderio, engoliu Métis. Quando chegou a hora do parto, ele ordenou a Hefesto que lhe abrisse a cabeça com uma machadada. Do seu crânio saltou uma filha inteiramente armada. Era a deusa Atena. O local do nascimento foi às margens do lago Tritônio, na Líbia.

Quando Zeus engoliu Métis, de acordo com Brandão (1986, p. 162), ele “tornou-se o detentor da *sabedoria* e da *prudência*”. Atena, “que lhe saiu das meninges”, traz em si, também, os mesmos predicativos do pai. Ela figura como a deusa guerreira, dotada de astúcia, prudência e estratégias de guerra. Ela, porém, não traz em si somente essas características, ela é também uma “deusa da paz”, conforme Grimal (2009, p. 33) assinala. Além disso, o autor diz que ela é “habilidosa; protege os fiadores, os tecelões, as bordadeiras”. Ela representa, para o autor, “o Espírito e a Razão que concedem a plena eficácia aos esforços de coragem”.

Quanto aos heróis que Atena auxilia, de acordo com Lilian Amadei Sais (2010, p. 122), ela costuma proteger quem se compraz com a busca pelo que é sábio e prudente. De acordo com a autora: “Atena protege aqueles que são, essencialmente, iguais a ela. A deusa não protegeria um herói extremamente impulsivo e arrojado, mas sim um herói que demonstrasse ponderação e prudência”.

Grimal (2009, p. 33) diz, a esse respeito, que: “Na *Odisseia*, ela intervém todo o tempo a favor de Ulisses, inspirando-lhe as decisões mais prudentes e mais sábias”. De fato, Atena encontra em Odisseus os predicativos que ela exige de um herói a quem ela protegeria. No recorte que fazemos para este trabalho, apontamos três momentos nos quais ela age no sentido de auxiliá-lo em seu retorno ao lar.

No primeiro momento, como já apontamos, é Atena quem, no Canto I, propõe a Zeus, na assembleia dos deuses, a necessidade de libertar Odisseus do domínio de Calipso. Ela convence seu pai a apiedar-se dele e auxiliá-lo, sugere que Hermes seja enviado à Ogígia, ilha na qual Calipso vive, para libertá-lo. Dispõe-se a ir para Ítaca, pessoalmente, com a intenção de auxiliar Telêmaco a fazer viagem para obter informações sobre o pai, mas, em verdade, ela vai para conduzi-lo a “uma nobre glória” que será obtida com essa viagem — nela, ele se tornará também um herói.

Quanto à relação de Atena com Zeus, Brandão (1986, p. 136) afirma que Atena:

Nascida sem mãe, das meninges do deus, é, já se mostrou, a filha querida, cujos desejos e rogos, mais cedo ou mais tarde, são sempre atendidos e cujas rebeldias sempre entristecem, “pois estas lhes são tanto mais penosas quanto mais querida é a filha”. O Canto VIII da *Ilíada* está aí para mostrar o quanto Atená (*sic*), a deusa da inteligência, é a preferida e a mimada pelo senhor do Olimpo.

No segundo momento, Atena protege Odisseus, nos Cantos V e VI, por ocasião do naufrágio que o leva à terra dos Feácios. Primeiramente, com sua jangada destrocada, ele poderia ter sido destruído se não fosse a ajuda da deusa, como podemos depreender dos trechos:

Enquanto pensava estas coisas no coração,
uma grande onda atirou-o contra a costa rochosa.
Teria ficado com a pele esfolada e os ossos partidos,
se isto não lhe tivesse posto na mente Atena de olhos esverdeados:
ao ser violentamente arrastado, agarrou-se com as mãos
a uma rocha e aí ficou, gemendo, enquanto recuou a onda.
(Canto V, v. 424–429)

Embora a jangada construída por ele tenha se destruído e, com ela, ele quase ter morrido, Odisseus consegue, sempre subsidiado pelos conselhos de Atena, chegar à terra firme, que depois ele descobre ser a terra dos Feácios. Ele sobrevive ao naufrágio, encontra um lugar para descansar e consegue, finalmente, dormir, pois Atena (Canto V, v. 491–493) “derramou / sobre os seus olhos o sono para depressa o aliviar da fadiga / de tantos esforços, cobrindo-lhe as pálpebras completamente”.

Atena encarrega-se, ainda, de salvaguardá-lo na terra dos Feácios, como podemos constatar no início do Canto VI:

Ali ficou a dormir o sofredor e divino Ulisses,
vencido pelo sono e pelo cansaço. Mas Atena
foi à cidade populosa dos Feácios, que antes
tinham habitado na espaçosa Hipereia, perto
dos Ciclopes, homens de terrível insolência,
que continuamente os pilhavam por serem mais fortes.
(Canto VI, v. 01–05)

Estando na cidade, Atena entra no palácio e prepara o regresso de Odisseus através de conselhos que ela dá a Nausica, filha do rei Alcino, enquanto a moça dorme. Nausica encontra-se com Odisseus, o ajuda doando-lhe vestimentas dignas e aconselhando-o quanto ao que deveria fazer quando chegasse ao palácio de seu pai — ele deveria dirigir-se, primeiramente, à rainha Arete, somente depois ao rei Alcino.

Estando no jardim a ela consagrado, Odisseus faz oração à deusa Atena que, mais uma vez, o ajuda. Ela aparece para ele na forma de uma virgem que segura um cântaro e o conduz ao palácio do rei Alcino. Ela sugere que o herói permaneça em silêncio durante o trajeto e derrama sobre ele “um nevoeiro sobrenatural” que o impede de ser visto.

Tudo acontece favoravelmente a Odisseus na terra dos Feácios e o herói consegue, com a ajuda deles, que são exímios navegantes, retornar para sua ambicionada pátria. Atena esforça-se para tornar esse retorno possível.

No terceiro momento, quando Odisseus está em Ítaca, mais uma vez Atena atua incansavelmente para auxiliá-lo. É ela quem transforma Odisseus no mendigo que, astuciosamente, vai para Ítaca sondar como está o seu palácio, sua esposa e seus servos.

Atena interfere, também, no comportamento dos pretendentes quando ela (Canto XX, v. 284–286) “não permitiu de modo algum que os arrogantes / pretendentes se abstivessem de comportamentos ultrajantes, / para que a dor penetrasse mais fundo no coração de Ulisses”. Ela interfere, ainda, no comportamento de Penélope (Canto XXI, v. 01–04): “Ora no espírito da filha de Icário, a sensata Penélope, / lançou esta ideia Atena, a deusa de olhos esverdeados: / pôr diante dos pretendentes o arco e o ferro cinzento / no palácio de Ulisses, como contenda e origem da chacina”.

Durante a luta contra os pretendentes, no Canto XXII, materializada como Mentor, Atena põe à prova “a força e a coragem / de Ulisses e de seu filho glorioso” ao mesmo tempo em que combate, ao lado deles, e protege Odisseus algumas vezes (Canto XXII, v. 255–256), pois os pretendentes atiraram contra o herói suas lanças e Atena “fez que tudo fosse em vão”. Em seguida, ela novamente interfere no sentido de proteger Odisseus (Canto XXII, v. 272–273), já que “atiraram os pretendentes as suas lanças / com afinco; mas Atena fez com que quase todas fossem em vão”. Odisseus, Telêmaco e seus servos fiéis vencem, com sua ajuda, a batalha.

Mortos os pretendentes, em cenário dos mais violentos da literatura ocidental, seus familiares pretendem guerrear contra Odisseus. É Atena, outra vez, quem consegue impedir a batalha que se daria entre ele e os familiares dos pretendentes assassinados. Ela interpela Zeus acerca do combate e o deus lhe responde:

Minha filha, por que me perguntas tal coisa?
Não foste tu que tomaste a deliberação de que Ulisses
se vingaria dos pretendentes à sua chegada?
Faz como tu quiseses, mas dir-te-ei o que é devido.
Agora que dos pretendentes se vingou o divino Ulisses,
que todos jurem com solenidade que será sempre ele o rei.

Da nossa parte, traremos o esquecimento do assassínio dos filhos e irmãos. Que voltem todos a estimar-se, como antes; e que a abundância e a paz imperem. (Canto XXIV, v. 478–486)

Atena volta para Ítaca e impede que a batalha, aparentemente inevitável, aconteça. Ela ordena que Odisseus cesse “o conflito desta guerra” que se torna, para ela, desnecessária. Quanto a Odisseus, diante da ordem dada por sua protetora, ele “obedeceu, alegrando-se seu coração”.

3 A intervenção de Hermes

Outro deus que aparece na *Odisseia* e intervém significativamente no destino de Odisseus é Hermes. Embora o deus não seja quase “onipresente” na *Odisseia*, como Atena, em diversos momentos sua intervenção é determinante para que Odisseus alcance seu objetivo de retornar para Ítaca.

Hermes, assim como Atena, integra a “segunda geração” de deuses Olímpicos provenientes de Zeus. Ele nasce de uma das muitas relações vivenciadas pelo deus do Olimpo, desta feita com a plêiade Maia. De acordo com Grimal (2009, p. 32):

Hermes, irmão caçula de Atena, é filho de Zeus e de Maia, que é a mais jovem das Plêiades. Ele nasceu na Arcádia, dentro de uma caverna no monte Cileno. [...] Mensageiro dos deuses, Hermes é dotado de sandálias aladas que o transportam pelos ares. Sua função mais específica é acompanhar aos Infernos as almas dos mortos. [...] Hermes é sobretudo célebre por suas artimanhas. [...] Viajante e habilidoso em se apropriar dos bens dos outros, Hermes não podia deixar de ser considerado o deus do comércio.

Discorreremos sobre o aparecimento de Hermes na *Odisseia*, igualmente, em três momentos da narrativa. Começemos por observar que, no Canto I, na assembleia dos deuses, Atena sugere a Zeus que Hermes dirija-se à Ogígia. No Canto V, no entanto, Hermes já está em Ogígia para cumprir sua missão. Ao deparar-se com Calipso, a deusa o interpela sobre sua presença na ilha em que ela habita, como percebemos no trecho:

Depois de no coração ter se maravilhado com tudo,
entrou em seguida na gruta espaçosa. Ao contemplá-lo,
não pôde Calipso, divina entre as deusas, deixar de reconhecê-lo:
pois não é hábito dos deuses imortais serem desconhecidos
uns dos outros, apesar de apartadas as suas moradas.
Porém Hermes não encontrou na gruta o magnânimo Ulisses:
na praia estava ele sentado, a chorar no lugar de costume,
torturando o coração com lágrimas, tristezas e lamentos.

E com os olhos cheios de lágrimas fitava o mar nunca cultivado.
A Hermes assim falou Calipso, divina entre as deusas,
depois que o sentara num trono resplandecente:
“Diz-me, ó Hermes da vara dourada, por que razão aqui vieste
como hóspede honrado? Antes não eram frequentes as tuas visitas.
Exprime a tua intenção, pois manda-me o coração cumpri-la
(se for susceptível de cumprimento e cumpri-la eu puder).
Mas chega-te mais à frente, para saciar a fome e a sede”.
(Canto V, v. 76–87)

Após ser alimentado com ambrosia e néctar servidos por Calipso, Hermes não hesita em dizer o que o conduz à ilha da deusa. Ele menciona o quanto o desagradou ter que realizar viagem a lugar tão distante, para cumprir uma ordem de Zeus, mas afirma que ela resguarda Odisseus em sua ilha e o senhor do Olimpo lhe ordena que ele volte para sua terra. Hermes assim exprime sua mensagem:

Diz ele que tens aqui o mais infeliz de todos os homens
que em torno da cidadela de Príamo combateram
durante nove anos e, no décimo ano, a saquearam,
partindo em seguida para casa. Mas no mar ofenderam
Atena, que lhes mandou maus ventos e ondas ingentes.
Pereceram então todos os outros valentes companheiros;
mas ele foi para aqui trazido pelas ondas e pelo vento.
Zeus quer que rapidamente te despeças desse homem.
Pois não é seu destino aqui perecer longe de quem o ama;
determinam os fados que ele reveja parentes e amigos
e que regresse a seu alto palácio e à sua terra pátria.
(Canto V, v. 105–115)

Está dada a ordem a que Calipso obedece a contragosto. Ela propõe a Odisseus, por exemplo, que se ele permanecer ao seu lado lhe dará juventude e imortalidade. Ele, porém, recusa a oferta e termina por construir, sob orientação da própria deusa, uma jangada com a qual parte da ilha levando oferendas que ela lhe propicia.

A segunda intervenção do deus Hermes na narrativa ocorre no momento em que Odisseus chega à ilha de Eeia, que é a terra na qual habita a deusa Circe. Com seus feitiços, Circe transforma os companheiros dele em porcos. Odisseus assim descreve sua chegada (Canto X, v. 135–137): “Aportamos à ilha Eeia, onde vivia / Circe de belas tranças, terrível deusa de fala humana, / irmã de Eetes de pernicioso pensamento”.

Antes que Odisseus mantenha contato com Circe, Hermes vai ao encontro dele e lhe revela o perigo que seus companheiros e ele correm, como observamos no trecho:

Quando entre os sagrados arvoredos estava prestes a chegar
ao grande palácio de Circe das muitas poções mágicas,
veio ao meu encontro Hermes da vara dourada,
semelhante a um jovem com a primeira barba a despontar,
altura em que a juventude tem mais encanto.
Apertando-me a mão, dirigiu-me a palavra:

‘Aonde, ó infeliz, vais só por estes montes, sem conheceres
o lugar? Os teus companheiros estão encurralados
como porcos em casa de Circe, em pocilgas escondidas.
Será que vieste para soltá-los? Digo-te que não regressarás,
mas ficarás também tu, onde estão os outros.
Mas eu te libertarei das desgraças. Salvar-te-ei.
Leva esta droga potente para o palácio de Circe:
afastará da tua cabeça o dia da desgraça’.
(Canto X, v. 275–288)

Percebemos como é determinante o auxílio de Hermes para que Odisseus sobreviva aos feitiços de Circe. Hermes orienta o herói a utilizar uma “droga potente” na comida que ela lhe oferecer e desembainhar a espada, lançando-se contra ela, assim que a deusa tentar conduzi-lo “com a sua vara comprida”. Assim foi feito e, por um ano, ele conseguiu permanecer ao lado dela, mas, posteriormente, sob insistência dos companheiros, ele pede a Circe que o permita ir. A deusa aceita que ele vá, todavia ela impõe (Canto X, v. 490–493): “Mas tendes primeiro que cumprir outra viagem / e descer à morada de Hades e da temível Perséfone, / para consultardes a alma do tebano Tirésias, / o cego adivinho, cuja mente se mantém firme”.

Ao deparar-se com Tirésias, Odisseus obtém dele presságios auspiciosos, embora o adivinho mencione que ele ainda deverá passar por muitos sofrimentos antes de chegar em sua terra. Dentre outros pontos, Tirésias menciona que na casa do herói os pretendentes de sua esposa regalavam-se em “festins” dissipando suas posses. Cumpre-se o que Tirésias menciona acerca dos sofrimentos de Odisseus, mas como ele preservou o gado de Hipérion, diferentemente dos seus companheiros, e contou com o auxílio de Atena, lhe foi possível retornar, finalmente, à Ítaca.

Estando em seu palácio, Odisseus conta com o auxílio do filho, Telêmaco, e de dois servos, o porqueiro Eumeu e o boieiro Filécio, para matar os pretendentes e os dez servos infiéis. Após a chacina, novamente Hermes reaparece na *Odisseia*. Desta feita, surge com outra função. Grimal (2009, p. 16) afirma, sobre Hermes, que: “Sua função mais específica é acompanhar aos Infernos as almas dos mortos”. É exatamente essa função que ele exerce no Canto XXIV, como notamos no trecho:

As almas dos pretendentes foram chamadas por Hermes,
deus de Cilene, que segurava nas mãos a bela vara
de ouro, com que enfeitiça os olhos dos homens
a quem quer adormecer; ou então outros acorda do sono.
Com esta vara acordou as almas, que o seguiram, guinchando.
(Canto XXIV, v. 01–05)

Sobre Hermes, Brandão (1986, p. 72–73) afirma: “Possuidor de um bastão mágico, o caduceu², com que tangia as almas para a outra vida, tornou-se o deus psicopompo, quer dizer, condutor de almas”. Uma condição *sine qua non* para que a alma de uma pessoa chegasse à eternidade, e tivesse possibilidade de ser feliz, era ser conduzida pelo deus psicopompo até os domínios do barqueiro Caronte.

Brandão (1986, p. 73) menciona, ainda, ao discorrer sobre Hermes, que ele “transformou-se no mensageiro dos deuses do Olimpo, em deus psicopompo e em deus das ciências ocultas”. Com a função de deus psicopompo, Hermes encerra sua intervenção na *Odisseia*. Ele é um deus cujas intervenções são significativas para a construção da narrativa, ora como portador de notícias não agradáveis para Calipso, mas auspiciosas para Odisseus; ora como deus que trama contra Circe, estando a favor de Odisseus. Por fim, Hermes termina por exercer sua função de psicopompo, ainda em auxílio a Odisseus, uma vez que carrega, para longe do herói e de sua terra, a alma de seus inimigos.

4 A intervenção de Posídon

Na *Odisseia* não existem apenas intervenções divinas que conduzem Odisseus à realização de seu objetivo. É o caso de Posídon, deus dos mares, que intervém na vida do herói com empecilhos que dificultam, como temos apontado, seu retorno ao lar. Sobre as origens de Posídon, Grimal (2009, p. 26) aponta que: “A revolução celeste provocada por Zeus instalou no poder a geração dos Cronidas, filhos de Crono, e o novo mestre ficou sendo o mais jovem dentre eles. Os três primeiros da linhagem foram três filhas: Héstitia, Deméter e Hera; depois vieram os três filhos: Hades, Posídon e Zeus”.

Posídon detém, com seu tridente em mãos, o domínio dos mares. No Canto I da *Odisseia*, quando ocorre a assembleia dos deuses, Posídon está ausente. Sua ausência é determinante para o desenvolvimento do enredo, pois sua presença poderia atrapalhar a tentativa de Atena de convencer Zeus a permitir que seu protegido retornasse ao lar. O deus dos mares intervém na vida de Odisseus, portanto, por estar ausente da assembleia que delibera sobre o destino do herói.

² O *caduceu* corresponde a uma espécie de bastão que possui duas cobras que se entrelaçam com asas.

É dito, ainda na assembleia, que os deuses tiveram compaixão de Odisseus, com exceção de um deles: Posídon. O “Sacudidor da Terra”, que é um de seus epítetos, não hesitou em atirar contra o herói seu rancor, como percebemos no trecho:

E todos os deuses se compadeceram dele,
todos menos Posêidon: e até que sua terra alcançasse,
o deus não domou a ira contra o divino Ulisses.
Mas para longe se afastara Posêidon, para junto dos Etíopes,
desses Etíopes divididos, mais remotos dentre os homens:
uns encontram-se onde nasce, outros onde se põe o Sol.
Para lá se afastara Posêidon, para deles receber
uma hecatombe de carneiros e de touros;
e aí se deleitou no festim. Quanto aos outros deuses,
no palácio de Zeus Olímpico se encontravam reunidos.
(Canto I, v. 19–27)

Na ausência de Posídon, Atena persuade Zeus a enviar Hermes à Ogígia. Está estabelecido que Odisseus poderá prosseguir em sua jornada. O motivo pelo qual Posídon persegue o herói é apresentado já nos primeiros momentos do enredo através do diálogo desenvolvido entre Zeus e Atena. Ele afirma que (Canto I, v. 68–70) Posídon “sem tréguas se lhe opõe, / por causa do Ciclope a quem Ulisses cegou a vista — / ao divino Polifemo, que mais força tem entre todos os Ciclopes”.

Somos informados, em seguida, que Odisseus está a vaguear, o que nos remete a um de seus epítetos (“o herói de mil voltas”). Ele se encontra nessa condição porque cegou Polifemo, filho de Posídon com a ninfa Toosa. O rancor do deus “Sacudidor da Terra” tem, portanto, um motivo presumível.

Odisseus relata sua passagem pela terra dos Ciclopes no Canto IX, quando narra em primeira pessoa suas aventuras ao rei Alcino. Tendo sido mal recebido por Polifemo, que não atendia à Lei da Hospitalidade, Odisseus precisou recorrer a seus “mil ardis” para conseguir libertar-se da gruta em que o ciclope o mantinha preso com seus companheiros. Odisseus oferece vinho a Polifemo, que o aceita e deleita-se com a oferenda. Ao perguntar o nome do herói, ele responde (Canto IX, v. 366–367): “Ninguém é como me chamo. Ninguém chamam-me / a minha mãe, o meu pai, e todos os meus companheiros”.

Como presente de hospitalidade, Polifemo, nada amistoso, afirma que Odisseus será o último a ser comido. Embriagado com o vinho, o ciclope adormece e o herói prepara no fogo um “tronco de oliveira”³ com o qual, com ajuda dos companheiros, o cega. Ao ouvir seus gritos

³ Aqui, cabe-nos uma ressalva: a oliveira é a árvore consagrada à deusa Atena. É curioso o fato de que Odisseus, um protegido de Atena, cega Polifemo exatamente com o tronco da árvore consagrada à deusa.

lancinantes, os demais ciclopes perguntam (Canto IX, v. 403–405): “Que passa, Polifemo, para gritares desse modo / na noite imortal, tirando-nos assim o sono? / Será que algum homem mortal te leva os rebanhos, / ou te mata pelo dolo e pela violência?”. A resposta dele, imediata, é (Canto IX, v. 407–408): “Ó amigos, Ninguém me mata pelo dolo e pela violência!” Os demais ciclopes, desse modo, consideram essa resposta suficiente para deixá-lo em sua gruta, sozinho, e sugerem que ele reze pedindo o auxílio de seu pai Posídon.

Após conseguir fugir da terra dos ciclopes, com alguns dos companheiros, Odisseus instiga Polifemo a odiá-lo mais intensamente, mesmo quando é advertido pelos companheiros a não agir dessa maneira. Polifemo termina por saber quem é, de fato, o homem que se passava por “Ninguém”, porquanto Odisseus, por vaidade, faz questão de dizer-lhe seu nome:

‘Ó Ciclope, se algum homem mortal te perguntar quem foi que vergonhosamente te cegou o olho, diz que foi Ulisses, saqueador de cidades, filho de Laertes, que em Ítaca tem seu palácio’.
(Canto IX, v. 502–505)

De posse da informação sobre o nome de seu algoz, Polifemo recorda-se de um presságio que o advertira sobre o perigo que um homem cujo nome era Odisseus poderia lhe oferecer. O ciclope, cego e indignado, levanta as mãos em direção ao céu e invoca Posídon, seu pai, através de uma prece:

‘Ouve-me, Posêidon de cabelos azuis, Sacudidor da Terra!
Se na verdade sou teu filho, e se declaras ser meu pai,
concede-me que nunca chegue a sua casa Ulisses,
saqueador de cidades, filho de Laertes, que em Ítaca habita.
Mas se for seu destino rever a família e regressar
ao bem construído palácio e à terra pátria, que chegue tarde
e em apuros, tendo perdido todos os companheiros,
na nau de outrem, e que em casa encontre muitas desgraças’.
(Canto V, v. 526–535)

Posídon atende ao pedido do filho prontamente. Embora não pudesse tirar a vida do herói, porque estava em seu destino o retorno ao lar, Posídon intervém negativamente em relação ao objetivo do herói e retarda sua volta conferindo-lhe dores e sofrimentos. Odisseus chega à sua terra tardiamente, em apuros, perde todos os companheiros e, em seu palácio, depara-se com os arrogantes pretendentes de sua esposa. Tudo ocorre conforme Polifemo pedira a Posídon.

Odisseus reencontra o lar, mas antes passa por diversas aventuras e perigos. Ao chegar à terra dos Feácios, no entanto, ele consegue que a Lei da Hospitalidade seja aplicada. Os

Feácios eram exímios navegantes e o rei Alcino lhe possibilita ir para Ítaca em uma embarcação segura.

Posídon, entretanto, fica indignado com o fato de que Odisseus regressa para seu lar e reclama a Zeus que poderá nunca mais ser honrado entre os deuses por não ter se cumprido sua promessa de que Odisseus iria sofrer, excessivamente, até que conseguisse pisar em sua terra. Zeus permite que Posídon puna os Feácios, mas diante do desejo de seu irmão de destruir a nau, e rodear a cidade com uma montanha imensa, sugere o seguinte:

“Caro irmão, o que me parece melhor é isto:
quando na cidade estiverem todos a fitar a nau
no seu percurso, transforma-a em pedra perto da praia,
em pedra semelhante a uma nau veloz, para que todos se espantem:
e rodeia-lhes a cidade com uma montanha enorme e circundante”.
(Canto XIII, v. 154–158)

Posídon cumpriu à risca a sugestão de Zeus: os Feácios sofreram as consequências por auxiliar o hóspede em seu retorno ao lar, o que parece incoerente se considerarmos que a Lei da Hospitalidade corresponde a um dos modos de honrar a figura de Zeus. Pela excelência do tratamento despendido a Odisseus, os Feácios deveriam ser reconhecidos, e não punidos, pelo cumprimento de uma lei divina.

Knox (2011, p. 63) assinala, como já mencionamos, que a *negociação entre os deuses* é um dos “modelos de diplomacia olímpica” na *Odisseia*. A negociação se dá, desse modo, a partir do seguinte: Posídon reclama a Zeus que, com a chegada de Odisseus à Ítaca, auxiliado pelos Feácios, ele foi desonrado. O deus pai, portador da égide, por sua vez, permite-lhe punir os Feácios com a transformação da tripulação em uma pedra, quando ela chega ao porto. Há uma nítida negociação entre eles: o “Sacudidor da Terra” fica aparentemente satisfeito com a punição aplicada aos Feácios e o deus “que comanda as nuvens” permanece em harmonia com seu irmão e, ao mesmo tempo, garante que os desejos de Atena, sua filha amada, sejam realizados.

Odisseus, portanto, consegue, não sem dor e sofrimento, reencontrar seu filho Telêmaco, sua esposa Penélope e seu pai Laertes. Seu final bem-sucedido não seria possível, devemos enfatizar, sem a intervenção dos deuses.

Considerações finais

Na epopeia de Homero, os deuses são implacáveis em suas decisões. Seja para proteger, seja para punir, eles decidem o destino dos homens. Com isso, os heróis estão à mercê do

que lhes reservam as divindades. Na *Odisseia*, isso é perceptível em vários aspectos, como apontamos em nossa análise.

Há intervenção de diversos deuses nas ações de Odisseus, mas nos detivemos, de modo pormenorizado, à apresentação de três divindades cujas decisões imperam sobre ele: 1) Atena, a deusa cuja intervenção se mostra mais frequente no sentido de conduzir Odisseus à realização de sua meta, 2) Hermes, cuja participação altera em vários pontos a vida do herói, e 3) Posídon, que interfere na vida de Odisseus negando-lhe a possibilidade de retornar para casa sem dores e sem perigos.

Sobre esse último ponto, ressaltamos que a vaidade de Odisseus o conduz às problemáticas enfrentadas em seu retorno. Bastaria, para livrar-se do deus dos mares, não revelar seu nome a Polifemo (a quem cegou), mas por vaidade ele não hesita em revelar-se. Desse modo, ele comete uma *hybris* (descomedimento, imprudência e presunção)⁴ contra o filho de um deus. Ele não poderia cometer essa falha sem sofrer alguma punição.

A propósito, no mundo que a epopeia constrói não há espaço para um sujeito capaz de tomar suas próprias decisões. Os deuses estão de tal modo imbricados nas ações do herói épico que não podemos considerá-lo, senão, a partir de uma relação profunda com o universo fechado que constitui, na concepção de György Lukács (2000), a cultura grega. Esse filósofo desenvolve um profícuo estudo sobre a forma épica em analogia à forma romanesca. Para ele, a epopeia é um mundo amplamente fechado que tem na figura dos deuses e dos heróis uma espécie de relação indissociável.

O herói épico representa, para Lukács, um ser integrado com a comunidade a que pertence. Ele pode sair para realizar aventuras, mas quem lhe determina o destino são os deuses. Nada foge do controle divino.

Ainda na linha de reflexão de Lukács (2000, p. 26–27), há uma totalidade à qual o herói pertence, isto é, ele está integrado em um mundo harmônico no qual: “Ser e destino, aventura e perfeição, vida e essência são então conceitos idênticos”. A cultura fechada é uma espécie de círculo que aponta para dois aspectos: se, por um lado, o herói está envolto na ampla intervenção e, por vezes, proteção dos deuses; por outro lado, esse herói também está limitado às experiências que os deuses lhe permitem.

Por fim, Odisseus, o herói que busca e alcança a glória doméstica depois de mil voltas, não pode ser pensado, enquanto herói épico, sem que em seu derredor estejam os deuses sempre deliberando a respeito do que ele pode ou não vivenciar: os deuses gregos são implacáveis, como dissemos, ao proteger ou punir os homens.

⁴ A *hybris* é um descomedimento direcionado a algum deus. É um ato, portanto, que deve ser punido implacavelmente.

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Baby Abrão. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega** – Volume I. Vozes: Petrópolis, 1986.

GRIMAL, Pierre. **Mitologia grega**. Tradução de Rejane Janowitz. Porto Alegre: L&PM, 2009.

HOMERO. **Odisseia**. Tradução e prefácio de Frederico Lourenço; introdução e notas de Bernardo Knox. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

KNOX, Bernardo. Introdução. *In*: HOMERO. **Odisseia**. Tradução e prefácio de Frederico Lourenço; introdução e notas de Bernardo Knox. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

LOURENÇO, Frederico. Prefácio. *In*: HOMERO. **Odisseia**. Tradução e prefácio de Frederico Lourenço; introdução e notas de Bernardo Knox. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

MARQUES JÚNIOR, Milton. Honra, glória, destino e piedade: introdução à épica clássica. *In*: SCHNEIDER, Liane; REBELO, Lucia Sá. (org.). **Construções literárias e discursivas da modernidade**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

NUNES, Carlos Alberto. Prefácio. *In*: HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SAIS, Lilian Amadei. Humano versus Divino: o destino de Reso, por Atena. **ARGOS**, Buenos Aires, v. 33, p. 111–121, 2010.

A tradição latina do ensino da *Ars Grammatica*: a influência de Quintiliano na educação latina medieval

Yuri Sampaio

Rede Estadual do Estado do Ceará – SEDUC-CE

“[...] neque concipere aut edere partum mens potest nisi ingenti flumine litterarum inundata.”⁵
(Petrônio, c.118)

Introdução

A educação é um tema muito complexo, porque não é apenas uma questão de técnica. Antes de falar de educação, é sempre necessário trazer uma série de questões preliminares que culminam com os próprios anseios de uma civilização. Educar é questão civilizacional. Quando se educa, não se está simplesmente aplicando uma forma de melhorar o aprendizado, como querem ensinar alguns pedagogos mais tecnicistas, ou reparando alguma injustiça social, como fala Paulo Freire, mas se está formando o indivíduo nos moldes do homem ideal da civilização da qual ele faz parte. Educar vem de *ex ducere* (*e-ducere*), tirar de dentro, fazer desabrochar no estudante os valores humanos necessários para a excelência.

Toda virtude tem como plano de fundo a sociedade que a cultiva, por isso é tão importante entender que essa tarefa de formação está ligada diretamente com a mentalidade de um povo. Menciona Jaeger (2001, p. 1) que os gregos “estavam convencidos de que a educação e a cultura não constituem uma arte formal ou uma teoria abstrata, distintas da estrutura histórica objetiva da vida espiritual de uma nação”. O educador deve solidificar no aluno, através da explicação e do próprio exemplo, os valores latentes na mentalidade de sua sociedade.

O espírito de um povo é formado por um conjunto de valores cuja essência abarca a cosmovisão, sua concepção de homem e os problemas morais que se impõem. É chamada também por mentalidade ou, como alude Jaeger, *Paideia*, e pode ser apreendido, sobretudo em sua literatura e cultura superior (JAEGER, 2001), pois é nestas manifestações que se torna concreto, aos contemporâneos e aos que estão ainda por vir, o acervo abstrato dos princípios pelos quais um povo vive. *Tradição, cultura, literatura e educação* são, grosso modo, nomes diferentes para a mesma obra humana. Podemos ver uma aporia na utilização destes nomes em virtude da sua limitação a algum aspecto específico do todo que compõem, porém, em alguns momentos, é válido utilizá-los para não ficar apenas no terreno etéreo dos conceitos.

É por este motivo que não é conveniente ficar só na caracterização do ensino da *Litteratura* na Idade Média, mas compreender o espírito da mentalidade latina medieval, que a gerou. Não é tarefa das mais tranquilas, porque o tema no Brasil é pouco conhecido e ainda atrai certos olhares desconfiados e preconceituosos. Muitos professores, sobretudo no ensino médio,

5 “A mente do homem não pode pensar nem absorver as lições sem estar inundada pelo ingente rio da literatura.”.

munidos de materiais didáticos terríveis, insistem em levar seus alunos ao mesmo desprezo que nutrem pelo período⁶, inculcando-lhes a ideia de que a Idade Média é um bloco monolítico de 1000 anos, inalterável desde seu início. Neste período, teriam sido abandonadas as glórias da antiguidade para dar lugar a uma nova época, então rural e fragmentária. Por outro lado, o conhecimento teria ficado recluso aos mais nobres e aos membros da Igreja. Pior, na visão corrente, a Idade Média é um novo regime que não apresenta continuidade com o anterior e nada tem que ver com ele. Por isso, é uma obrigação de qualquer professor sério eliminar esses enganos e definir a essência do período da *Idade Média Latina*.

Ainda encontra muita aceitação o pensamento de que o mundo romano caiu em 476 d.C. e todos os seus princípios e valores foram solapados em prol de uma mentalidade nova, como um rio que encontra uma barragem e não consegue mais levar suas águas além daquele ponto, dali em diante, tudo seca e se torna árido. Isto vai no sentido oposto do que esclarece Pirenne (2010): nada muda no Império Romano do Ocidente desde sua tomada pelos bárbaros, pelo menos não nos aspectos essenciais, tudo permanece praticamente o mesmo. Alguns chefes germânicos queriam até restaurar Roma através da força gótica, é o caso de Ataulfo⁷:

Desejei inicialmente, com ardor, apagar o nome dos romanos e transformar o Império Romano em império gótico. A România, como dizem vulgarmente, teria se tornado Gothia. [...]. Ora, sem leis não existe Estado [*respublica*]. Portanto, tomei o partido de aspirar à glória de restaurar em sua integridade e fazer crescer o nome romano graças à força gótica. (OSÓRIO, 1882, p. 560 *apud* PIRENNE, 2010, p. 25).

A România era o nome dado informalmente à região do Império que assimilou os costumes latinos e sua língua (CURTIUS, 1957). Nessas localidades, o latim passou por mudanças e se tornou depois as línguas românicas: o Português, o Espanhol, o Francês, o Italiano e o Romeno, além do surgimento de outros dialetos em certos locais. Nesta região, a substância espiritual latina, mesmo após as invasões, permaneceu tanto na organização social e política como na educação e cultura, vejamos: 1) O mediterrâneo ainda se constitui como sustentáculo econômico da sociedade⁸; 2) As relações sociais eram praticamente as mesmas de antes,

6 Sobre este tema, Ricardo da Costa, professor do Departamento de Teoria da Arte e Música (DTAM) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), trata em diversas palestras e artigos. Recomendo àquele que estiver interessado em escutar de um professor medievalista o quanto ainda vigora de preconceito sobre o tema no Brasil a palestra *O Mito da Idade Média* (COSTA, 2013); e um prefácio: *A vida no texto, o texto na vida, o texto da vida: Régine Pernoud e sua bela Idade média* (COSTA, 2016).

7 Ataulfo foi rei dos visigodos e sucedeu a Alarico I (370-410 d.C.), o primeiro invasor de Roma, levando sua tribo até a Hispânia e morrendo lá em 415 d.C.

8 A costa do Mar Mediterrâneo era o eixo em que se encontravam a cultura latina ocidental e a filosofia grega oriental, além disso, estabelecia-se como o mantenedor econômico da parte ocidental por causa do intenso comércio que se realiza através dela, por isso não existe civilização romana sem o mediterrâneo, o *mare nostrum*. Pirenne (2010, p.17) observa que ele foi o único elo que manteve a unidade das duas partes do império e fez que elas não dessem lugar a dois impérios distintos.

preservando-se as grandes estruturas fundiárias e as *villae*⁹; 3) A língua latina vigorava como a língua oficial, e a filosofia grega era ainda a finalidade da educação dos jovens (PIRENNE, 2010); 4) Por fim, o último legado do império, a Igreja Católica Romana, foi também adotado pelos bárbaros ao se converterem ao cristianismo e universalizado entre todos os estratos sociais (PIRENNE, 2010).

Os invasores germânicos, sobretudo os ostrogodos na Itália, os visigodos na Hispânia, os Francos na Gália e os Vândalos no norte da África, todos eles, ao se defrontarem com a cultura latina, notam a sua superioridade e querem fazer parte dela. Portanto, é uma deformação a crença do desaparecimento de Roma da história do Ocidente: “Nada animava os germanos contra o império, nem motivos religiosos, nem ódio de raça, menos ainda considerações políticas. Em vez de odiá-lo, eles o admiravam. Tudo o que desejavam era restabelecer-se ali e desfrutar dele. Seus reis aspiravam às dignidades romanas.” (PIRENNE, 2010, p. 21).

Há aqui o perfeito vislumbre de como a tradição funciona. Os germânicos, sem nada contrapor à cultura do vencido, se deixam tomar por sua cultura e a transmitem aos séculos vindouros (CURTIUS, 1957). O que eles fizeram não foi um resgate artificial de uma cultura morta, mas simplesmente continuar a civilização que receberam, tentando fazê-la pujante novamente.

Em suma, toda essa confluência de fatores, a saber, a língua latina, a filosofia grega e o trabalho missionário da Igreja Romana, que não deixava de se acercar dos autores clássicos para transmitir a fé e converter os povos germânicos, gerou a própria Civilização Ocidental, que estava em seu desenvolvimento nesse período entre 476 a.C. e o século XIV. A Idade Média Latina não é só uma época histórica delimitada, mas a formadora da mentalidade do próprio Ocidente, por isso deve ser investigada até chegar ao espírito de suas manifestações intelectuais.

Dado o seu caráter de origem de uma civilização, é preciso direcionar luzes sobre ela e compreender como se dava a transmissão da cultura latino-cristã. Como falado ao início, a educação tem esse papel primordial. Nesta época, vigorava o sistema de ensino das artes liberais. Neste sistema, a Literatura se apresenta como a primeira entre todas as disciplinas por causa do seu caráter de transmissão cultural. Por isso, é necessário observar de que forma, a partir das bases da *Ars Grammatical* ou Gramática, fornecidas por Quintiliano (35-95 d.C.), ela foi recebida por esse período de transição, no século V, por Cassiodoro, autor que foi tomado como referência na matéria ao longo do período, até mesmo no século XIII, auge intelectual e político da Cristandade Ocidental. O objetivo final do nosso trabalho é analisar a transmissão

⁹ A organização social rural permanece a mesma na Romênia, o máximo que acontece é a substituição de um senhor por outro. Isto pode ser visto nas *villae* e demais terras, onde a hierarquia social, o escravismo, o sistema de *tenures* e até mesmo os impostos conservam as mesmas características, conforme atesta Pirenne (2010, p. 72).

cultural do mundo antigo através da educação latina medieval, a fim de entender o espírito do mundo ocidental.

1 O sistema das artes liberais

Na Grécia, no período após a revolução de Sócrates na filosofia, houve uma querela sobre o valor da poesia na formação do homem. Platão era severo com esta manifestação, sobretudo com Homero, por causa do potencial da poesia de influenciar os jovens a não respeitarem as leis e a se tornarem desordenados (PLATÃO, 2014, p. 101-108). Para ele, a desordem da *pólis* vinha da desordem interior das próprias pessoas que a compunham, para as quais a influência da literatura poderia ser danosa. A cidade exterior era precedida pela cidade interior da alma humana, e o governo dos reis filósofos deveria se ocupar das duas.

É evidente que, nessa concepção, a poesia não tinha um papel de simples deleite, mas era como que moldadora da própria alma dos jovens. Homero era educador de toda hélade (PLATÃO, 2014, p. 101-108). Servia de base à educação de todo jovem grego tanto nos aspectos religiosos quanto morais, por isso não era de pouca monta a preocupação com as produções literárias. Um sistema eficiente de ensino que não desprezasse esse duplo caráter da literatura e voltasse atenção ao espírito humano, a fim de torná-lo livre, tornou-se uma necessidade. Nesse contexto, Hípias (460-400 a.C.), sofista grego, idealiza uma estrutura curricular, baseada nas artes liberais, chamada *Educação Comum Cotidiana* (CURTIUS, 1957, p. 39). Chamavam-se artes liberais porque tinham como objetivo libertar o espírito humano e levá-lo à excelência. “Arte” está numa acepção mais primitiva da palavra cujo sentido pode ser traduzido por “conhecimento necessário para dominar uma técnica”. Este método é composto por aqueles conhecimentos que devem vir primeiro e servem para dominar a técnica da escrita, leitura, fala e pensamento. As *artes liberales* ou *studia liberalia* são um sistema bem acabado de ensino voltado à prática das atividades de escrita e discurso, contudo, apesar de já aparecer pronto para o usufruto dos mestres, é precedido por um século de discussão sobre a validade da arte literária na formação dos jovens.

Dentro deste método, a *Litteratura* ou *Grammatica*¹⁰ figura como a primeira das disciplinas e eleva o jovem, através dos textos primordiais do mundo helênico, à excelência necessária para se viver na *pólis*. É uma primeira resposta à preocupação de Platão. A crítica à poesia como desagregadora do tecido social foi até um pouco mais longe no tempo devido à própria influência do filósofo, o que fez que se aperfeiçoasse o método, acrescentando a busca de elevação moral à aquisição de cultura letrada. A resposta a que se chega para o dilema dos poetas não

10 São só dois nomes para o mesmo objeto, a primeira das artes liberais. *Grammatica* era o nome grego, e *Litteratura*, sua tradução em latim. Ambas vêm de “letra” (em grego, “gramma”, em latim, “littera”) e se constitui como “ciência das letras”.

é o seu desaparecimento em detrimento da filosofia, mas o estabelecimento da literatura como alicerce de um edifício cujo cume é a própria filosofia. Chega-se a um consenso de que as artes liberais são uma propedêutica a ela, havendo aí uma relação de mútua dependência, na qual nenhuma arte deve ser buscada por si mesma nem se pode aceder à filosofia sem todo o edifício preparatório das artes. Antes de chegar à sabedoria, é conveniente a preparação do intelecto para desfrutar da vida do espírito, inerente a todo homem.

Pois bem, saltando um pouco no tempo, vemos que as artes liberais permaneceram ao longo da história e se aportaram na *Idade Média Latina*. Por causa da nova espiritualidade cristã, receberam um olhar diferenciado, afinal, um caminho à santidade pode ser empreendido através da compreensão do mundo. Explico: o mundo é uma criação de Deus, por isso deve ser conhecido e amado, pois reflete as próprias perfeições do criador¹¹. Para isto, é necessário um intelecto livre que saia da materialidade das coisas e alcance a própria ideia com que Deus as criou. Ora, esta ideia nada mais é do que o *Verbo Divino*, o próprio *Filho de Deus*, Cristo. Através d'Ele, no início, tudo passou a existir, como é descrito no prólogo do evangelho de João¹². Em virtude desta ordenação divina do mundo, as artes liberais não são só uma via de desenvolvimento intelectual, mas também um meio de ascese e purificação da alma, por isso foram adotadas tão largamente.

Ao longo do período medieval, o método foi dividido em duas partes: as três artes que transmitem a linguagem e ordenam a inteligência, o *Trivium*, a saber, Gramática, Dialética e Retórica; e o *Quadrivium*, formado por quatro matérias que se debruçam sobre o mundo natural e suas leis, a saber, Aritmética, Música, Geometria e Astronomia. São sete as vias – como os próprios nomes *Trivium* e *Quadrivium* sugerem – pelas quais o estudante ascende à sabedoria invisível de Deus.

Desde sua fundação, este sistema foi incorporado entre os gregos e posteriormente entre os latinos, a tal ponto que, na época de Sêneca, já se fazia crítica dele por não desenvolver mais nos alunos as virtudes do bom homem. No final da antiguidade, já se observa sua decadência ao ponto de o filósofo estoico reforçar os princípios do método pedagógico, os quais, porém, já não eram respeitados. É frequente ver que o usam para obter riquezas e fama, por isso deve ser substituído por algo realmente eficaz para a elevação humana, a sabedoria:

Queres saber o que eu penso das 'artes liberais': não admiro nem incluo entre os bens autênticos um estudo que tenha por fim o lucro. [...]. Somente devemos deter-nos na sua prática enquanto o nosso espírito não for capaz de tarefa mais alta; [...]. Compreendes por que razão se lhes chama 'estudos liberais': porque são dignos de um homem livre. No entanto, o único estudo

11 "Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas." (Rm I, 20).

12 "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez." (Jo I, 1-3).

verdadeiramente liberal é aquele que *torna* [sic.] um homem livre; e esse é o estudo – elevado, enérgico, magnânimo – da sabedoria; os outros são brincadeira de criança. (SÉNECA, 2014, p. 415).

Percebe-se o quão difundido estava, no século I d.C., o método das artes liberais, cuja finalidade era de conhecimento de todos. Sua banalidade era tal que já se o tinha como critério de distinção entre os que eram dignos de serem considerados “livres” e os que não o eram, a despeito do que Sêneca o desmistifica e pede a seu discípulo Lucílio buscar o bem autêntico e puro da sabedoria. O que se estuda no método são apenas bens relativos, cuja validade só se dá em virtude de outro bem superior, a ser alcançado. Em si o conhecimento das letras não leva a lugar algum se não for ordenado à busca das virtudes:

A gramática ocupa-se do estudo da linguagem; se pretender espriar-se mais longe ocupar-se-á da explicação de textos, e se chegar aos seus extremos limites abordará a poética. Em que estes assuntos aplanam a via para a virtude? [...] – em que isso contribui para nos livrar do medo, nos libertar do desejo, nos refrear as paixões? (SÉNECA, 2014, p. 416).

Em toda obra humana, é normal que, no início, aplique-se com eficiência e observem-se bem seus princípios, contudo, à medida que se torna banal seu uso ou se distancie da época em que foi fundada, a força inicial desaparece e se torna mais mecânica. Com as artes liberais não podia ser diferente, concebeu-se para sistematizar o próprio ensino das letras em prol da excelência do indivíduo, no entanto, em algumas localidades ou em virtude de algum professor relapso¹³, o sistema foi perdendo sua força e, por fim, caducou.

Mesmo com todo esse cenário de decadência, as artes liberais continuaram sendo a base do ensino escolar na antiguidade e depois na idade média. Na Idade Média Latina, ganhou nova vitalidade. Não poucos autores dos dois períodos, tanto da Idade Média quanto do Império Romano, acreditavam em sua eficiência no ensino das letras. Deixaremos para um momento posterior a apreciação das outras artes do *Trivium*. Nosso trabalho aqui se direciona à *Ars Grammatica* por causa do seu caráter de predecessora das outras artes e da importância da literatura na transmissão do espírito clássico.

Nesta arte, dentre todos, o autor mais emblemático é Quintiliano. Sua obra *De Institutione Oratoria* (1823) não deixa de ser a base do trabalho dos mestres contemporâneos ou posteriores, tampouco perde a validade nas definições dos aspectos da língua e dos gêneros poéticos. Ademais, a preocupação moral do autor acerca dos livros que deviam ser lidos foi recebida de forma muito animadora pelos autores medievais, entre eles, Cassiodoro e Isidoro de Sevilha.

¹³ Sêneca cita os maus professores para desmerecer todo o método: “Ou julgas tu que há algo de bom em matérias que vês serem professadas pelos mais indignos e prejudiciais dos mestres?” (SÉNECA, 2014, p. 415). A preocupação do estoico é muito mais com a virtude que com o ensino das letras, razão pela qual ele despreza esta em detrimento daquela. Por outro lado, as artes liberais não nasceram para transmitir um conhecimento meramente intelectual (CURTIUS, 1957).

Este caráter de autor gramatical basilar só foi ameaçado séculos mais tarde por estes dois autores, um deles era um pedagogo, Cassiodoro, o outro, um enciclopedista *avant la lettre*, Isidoro de Sevilha.

2 A Ars Grammatica

O mundo clássico é construído sobre livros. Um exemplo claro disso é a própria Grécia, em cujas bases estão alicerçados os poemas de Homero. Através de suas histórias, que contam como núcleo a fúria de Aquiles e o retorno de Odisseu, o poeta refunda o mundo grego sobre as bases do princípio de autoridade. Ao contar a história de uma guerra que se passou há uns três séculos, conclama as pessoas a seguirem o exemplo daqueles heróis e recriarem aquele mundo fantástico. Daí se vê a importância das letras na sociedade clássica (JAEGER, 2001). Em Roma, não deixa de ser diferente: os autores clássicos como Horácio, Virgílio, Ovídio e Cícero também têm importância na fixação dos princípios sobre os quais se quer construir a *respublica*, o Estado Romano, embora sua mentalidade seja bem mais prática e menos contemplativa que a de seu precursor.

No século V a.C., a criança era ensinada pelo pedagogo, o escravo encarregado deste trabalho, a ler e entender as letras. Já que a essência do mundo onde ela vivia era transmitida através dos escritos, que solidificam a mentalidade do povo, os mais nobres deveriam dominar a literatura antes de ficarem hábeis em outras artes teóricas e práticas. A primeira disciplina a que eles tinham acesso era a Gramática, cujo nome já nos dá uma ideia da ordem como o conhecimento era apresentado. Dever-se-ia primeiro aprender as letras do alfabeto e juntá-las em palavras. Posteriormente, tendo sido bem alfabetizada, era conduzida ao estágio avançado da disciplina, a compreensão dos autores. Portanto, basicamente a arte da gramática se dividia em dois níveis: 1) O aprendizado da língua e das regras da boa escrita e o estudo das classes gramaticais; e 2) A compreensão dos autores e análise das obras primordiais, isto é, filologia, além da poética e dos aspectos universais do estilo e composição dos versos.

Ao longo do período, esta disciplina se modificou um pouco, aliás, ganhou mais sofisticação, sobretudo dividindo o segundo estágio num terceiro ao invés de se condensarem em um só, tendo aquele um caráter mais filológico e este, um direcionamento à filosofia da arte ou especulação acerca dos gêneros literários. Posteriormente, a disciplina *Grammatica* ganhou o nome, em latim, *Litteratura* ou o grego *Philologia*, “amor ao texto e à língua” (CURTIUS, 1957, p. 44).

É interessante perceber que o primeiro nível da arte apresentou, ao longo do tempo, poucos acréscimos em sua complexidade devido ao fato de que a própria língua possui categorias fixas, em cuja essência só acontecem mudanças de forma pontual. Por exemplo, a categoria

do substantivo, ou do adjetivo ou mesmo do verbo se alteraram pouco em si mesmas desde o início da existência da língua. Por outro lado, a tendência da filologia é ter, à medida que novos leitores vão surgindo, novas interpretações. Ademais o interesse de filósofos pela natureza da criação poética só aumentou ao longo da antiguidade clássica, por isso a filologia se tornou mais complexa à medida que novas descobertas filosóficas apareceram.

De acordo com essa constatação, percebe-se uma evolução na ciência da literatura desde suas bases fixadas por Quintiliano até o período em que o Latim deixou de ser uma língua atuante no Ocidente, por volta do século XVIII. Na idade média, a exigência com um estudante era a mesma de antes, no período romano: dominar a língua em seu uso oral e escrito e conhecer os grandes autores. Não houve perda da força da língua latina durante estes séculos. As bases medievais da disciplina foram lançadas em Quintiliano e continuava em voga através de outros autores: “O estudante de latim da Idade Média devia ser levado não somente a ler a língua de Roma, como a dominar seu uso oral e escrito. [...] liam-se, naturalmente, os capítulos gramaticais da *Institutione Oratoria* de Quintiliano.” (CURTIUS, 1957, p. 45). Vejamos, com mais detalhes, a importância do autor.

3 Quintiliano

Quintiliano (1823) foi autor da obra basilar *De Institutione Oratoria*, que versa sobre como educar um jovem em vista de tornar-se um orador. Roma do século I d.C. já não era mais a república do século anterior, de um Cícero, um Catão e um Horácio, cujos discursos eram dispostos a arrancar do público toda verve necessária à melhora da convivência civil, porém a importância do discursar em público e da argumentar juridicamente ainda permanecia na cultura romana. Dentro deste mundo político, a obra deste autor fornece as bases da educação literária dos jovens que quisessem aspirar à vida pública. O homem bem formado devia ser homem político e ter virtude para influenciar outros através do discurso. Era uma educação voltada à retórica ao mesmo tempo que às virtudes, sobretudo cívicas.

Na área da gramática, sua obra deitou influências por todo período medieval, sendo ele considerado uma espécie de mestre universal da primeira das artes liberais. Foi ele quem traduziu *grammatica*, do grego, para *literatura* em latim e a dividiu em duas partes: *recte loquendi scientia et poetarum enarratio* (a ciência do bem falar e a história dos poetas) dando a ela este duplo caráter que conservou durante os séculos vindouros. Ademais, sua obra não busca apenas formar intelectuais, mas o homem ideal (CURTIUS, 1957). O orador deveria ser o mais virtuoso e digno dos homens, porque nada melhor os deuses deram a ele do que

o poder da linguagem¹⁴. É isto que o eleva acima dos animais e o faz transcender no tempo e no espaço, tornando presente para a posteridade todas as coisas que se encontram ausentes.

Apesar de ter resumido o ensino da *ars grammatica* em apenas dois pontos, arte do bem falar e explicação dos poetas, nestas mesmas divisões, observam-se, por sua vez, subdivisões, como a arte da boa escrita, que levaria ao domínio da composição literária, e, além da história dos poetas, que seria hoje chamada *história da literatura*, há uma explanação sobre a *lectio poetarum*, um esforço de leitura e análise dos autores mais importantes. Fixam-se na gramática, então, a categoria da estilística e o aprendizado escolar da composição literária, mostrando que, na tradição latina, o escrever com beleza e forma vem da escola nos primeiros anos de ensino. Ademais, a leitura dos poemas deve ser feita com profundidade, buscando seu conteúdo moral para formar-se como homem. Quintiliano até tiraria alguns poetas do currículo escolar, como Horácio, devido ao conteúdo erótico de algumas produções (CURTIUS, 1957). Não se admira que os medievais, com sua preocupação espiritual, tenham abraçado tanto o autor.

Enquanto ele desabilita alguns autores, reabilita outros, como Virgílio. É a tentativa, dentro do contexto escolar, da formulação de um cânone de obras importantes, no qual Homero e Virgílio estão no centro para a formação intelectual e humana do discípulo. As bases materiais do ensino estão aí, e a finalidade é a mais adequada ao contexto da Idade Média Latina. Os grandes autores são como mestres de vida e escrita dos homens e devem fazer parte do convívio cotidiano do orador.

Em sua obra, este acostumar-se com estar em conversação com os grandes autores leva ao hábito da escrita organizada e criativa, que em si toca a terceira das artes liberais, a retórica. A habilidade em falar e escrever, *per se*, sem tangenciar especulações acerca da poética, é o objeto da retórica. Por isso, para Quintiliano, o *Trivium* alia retórica à gramática para dar matéria ao aluno tanto no plano moral quanto na construção de um repertório mental de grandes autores que devem ser usados constantemente.

No período posterior, vemos que esse tipo de organização da disciplina e sua finalidade em formar homens virtuosos influenciou muitos autores em suas obras escolares, como Prisciano, Cassiodoro e Isidoro de Sevilha. Na perspectiva de cada um deles, há diferenças pontuais, porém a essência da gramática continua a mesma disposta por Quintiliano. É interessante notar em Cassiodoro a continuidade deste trabalho em conformidade com as novas exigências espirituais cristãs.

14 "Ipsam igitur orandi maiestatem, qua nihil dii immortales melius homini dederunt et qua remota muta sunt omnia et luce praesenti ac memoria posteritatis, toto animo petamos. [Peçamos, portanto, de todo coração, o poder mesmo da linguagem, nada melhor que isso deram os deuses aos homens, sem a qual todas as coisas distantes ficam mudas e carecem de luz presente e memória da posteridade.]" (XII, 11, 30 *apud* CURTIUS, 1957, p. 459, tradução nossa).

4 A tradição latina na obra de Cassiodoro

O espírito de universalidade dos romanos impregnou a Idade Média de tal forma que mesmo seus autores mais cristãos não puderam deixar de apresentar o pensamento prático dos antigos habitantes do Lácio, seja no ensino, na literatura ou até mesmo na Regra de São Bento¹⁵. Todo este espraiamento do espírito romano é coerente com a própria crença deste povo de presidir outros povos. Até mesmo antes de Virgílio, crê-se na “lenda de um futuro imperial” que levaria a “um porvir extraordinário”¹⁶. Neste porvir, a *pietas* romana, dada por Júpiter¹⁷ concedia-lhes o encargo de governar política e espiritualmente outros povos (BOUCHET, 1984; CURTIUS, 1957). Este governo político e espiritual só teve pleno estabelecimento com o fortalecimento da Igreja Romana Medieval, que emprestou a unidade espiritual católica¹⁸ à unidade cultural da România. Por isso, a difusão da cultura latina se deu de um modo tão universal, sobretudo nos territórios desta região, muito mais que no restante da parte ocidental do Império, mormente o norte da Europa e a Inglaterra, que são apenas frutos da irradiação cultural das terras românicas¹⁹.

Os autores escolares medievais são, assim como a mencionada regra do grande santo, a perfeita síntese da essência romana com a espiritualidade cristã. São como também difusores da cultura latina, como os afluentes de um rio caudaloso que levam a cultura a outras regiões. Eles tanto receberam o espírito romano através principalmente dos poetas latinos, como a mesma estrutura de ensino gramatical de Quintiliano é observada nas obras magnas da matéria. Baseiam-se neste autor para dar destaque ao conteúdo moral além das habilidades literárias dos poetas, de tal modo que autores escolares medievais eram chamados também *ethici*, isto é, mestres em ética e moral:

Recordamos que os poetas também foram recomendados como leitura escolar por causa de seu efeito edificante. Somando-se tudo isso, compreendemos que o ensino da gramática e da literatura na escola medieval era considerado ao mesmo tempo um curso de moral. Quando essa concepção chegou a ser expressa, os autores escolares puderam ser denominados *ethici*. (CURTIUS, 1957, p. 461).

15 A Regra de São Bento é um exemplo bem acabado de como a mentalidade romana se adequou ao cristianismo de forma perfeita. Aquele espírito austero e simples e o respeito pelo princípio de autoridade, frutos do mundo romano, aliado à busca de elevação espiritual cristã encontram na *Regra* sua perfeita síntese. Carpeaux (2011, p. 141) explica essa mistura entre organização e estética clássica, típica dos romanos: “Sobrevive o espírito romano na regra da ordem de São Bento, na convivência de duro trabalho manual e estudo das letras clássicas; [...]”.

16 “Antes que nasciera Virgilio la leyenda de un futuro imperial inspiró a los romanos la convicción de un porvenir fuera de série.” (BOUCHET, 1984, p. 7, tradução nossa).

17 Júpiter é o chefe dos deuses romanos, o equivalente ao Zeus da Grécia. Ele era tão importante politicamente que foi construído em honra dele o primeiro templo após um período de guerra contra os Sabinos. Encomendado por Tarquínio Prisco para simbolizar a paz conquistada, este templo representa o governo de Júpiter exercido do alto do monte Capitólio (Lív., *Libr. I*, 55).

18 *Católico* é uma palavra de origem grega, que significa universal. Nada mais sugestivo que um nome da Igreja Romana tenha relação com o próprio espírito de universalidade deste povo.

19 “Da România e de suas irradiações recebeu o Ocidente o ensinamento latino” (CURTIUS, 1957, p. 37).

Um dos autores escolares mais lidos à época merovíngia²⁰ é Cassiodoro (~477 – 581 d.C.). Na corte, Cassiodoro teve diversas participações políticas, desde questor até cônsul, porém foi quando ele se apartou dela e entrou no mosteiro de Vivarium que se estabeleceu como restaurador da cultura clássica na Igreja franca (PIRENNE, 2010, p. 111). Na sua obra *Expositio in Psalterium*, ele demonstra que o saber sagrado das escrituras precede o profano, e que todos os gêneros literários estavam em germe nas *Sagradas Escrituras* (CURTIUS, 1957, p. 473). Eles são divididos por Quintiliano em *poéticos, filosóficos e historiográficos* (CURTIUS, 1957, p. 460), ficando os poéticos no âmbito da pura literatura, os filosóficos possuem escritos em verso ou em prosa, e os historiográficos, somente em prosa. Cassiodoro observa que estes gêneros de escrita não foram os gregos que descobriram, mas os autores sagrados já os conheciam antes, por isso as letras seculares, como ele chamava, deviam ser estudadas para entender as letras sagradas (CURTIUS, 1957).

Porém, é em seu livro *Institutiones divinarum et saecularium litterarum* que ele expõe essa tese a partir da caracterologia literária de Quintiliano. Trata-se de uma introdução à literatura que abarca tanto a salvação da alma quanto o conhecimento profano, tanto os escritores clássicos quanto os escritores sagrados. Estes escritores são categorizados também, assim como fez o autor do século I, de acordo com sua época e estilo.

Cassiodoro também se deixa influenciar por Quintiliano quanto a sua definição de gramática, *bene dicendi scientia in civilibus questionibus*²¹, e ainda o cita como referência em gramática e retórica. Fornece aos seus alunos um verdadeiro cânone de literatura pagã e cristã, escolhendo os autores pelo ponto de vista moral em perspectiva da Bíblia. Tornou-se depois o compêndio de literatura da Idade Média Latina e uma influência aos autores de todo o período: “Breve a obra de Cassiodoro se espalhará além dos limites do estreito círculo daqueles para os quais foi escrita, tornando-se um livro básico da cultura medieval.” (CURTIUS, 1957, p. 476).

Considerações finais

O primeiro aspecto a se considerar quando se estudam os textos de uma época é a mentalidade ou espírito de um povo. Ele se torna concreto através das manifestações culturais, sendo a mais perfeita delas a literatura. De acordo com a tese de Pirenne e Curtius, o espírito romano não caiu junto de seu poder político, mas continuou através da nova civilização que surgiu. Ao observarmos o mundo romano, do qual somos herdeiros, observamos aquilo que

20 Dinastia que governou os francos do século V ao VIII d.C. Os francos dominaram a região da antiga Gália, que englobava a atual França, Bélgica, Suíça e uma parte da Alemanha. Tinham como centro do seu império o Mediterrâneo e estabeleceu o cristianismo como religião do Estado depois do batismo de seu principal monarca, Clóvis, em 496 d.C. Após a conquista do Mediterrâneo pelos árabes, esta dinastia perdeu força e foi substituída por uma linhagem de cultura mais germânica, a dos Carolíngios (PIRENNE, 2010).

21 “A ciência do bem falar em assuntos civis.” (CASSIODORO *apud* CURTIUS, 1957, p. 475).

Carpeaux (2011, p. 95) define, de uma maneira bem severa, como “força alheia ao espírito”, cujo cerne não está no caráter especulativo, como no povo grego, mas nas suas ações como um povo militar e campesino, que se deixou vencer pela filosofia grega²² e a tornou concreta em suas leis e literatura.

Além destes aspectos, há outro de profunda relevância ao estudo dos textos latinos: o espírito de universalidade, o espriar sua cultura pelos povos de diferentes matizes, mas unidos pelo princípio de autoridade. Este princípio foi continuado pela Igreja Romana no período medieval. A Igreja se adequou bem ao império, pois sua própria mensagem, o Evangelho, em si é universal. O império para ela foi um plano da Providência Divina para a difusão da boa-nova entre todos os povos (PIRENNE, 2010).

Por isso, é evidente que o mundo latino não se alterou na sua substância por causa da invasão dos bárbaros e a elevação de uma nova religião. O que houve foi tão somente uma transformação política de uma unidade imperial para uma forma descentralizada de governo, em que havia diversos reinos independentes, que, pelo menos em forma de respeito simbólico, respondiam politicamente a um soberano distante, o imperador de Constantinopla, e espiritualmente ao pontífice romano. Portanto, o árbitro universal das questões ainda estava nas mãos dos antigos soberanos políticos, e aos reis germânicos cabia tão somente a administração do quinhão que lhe cabe do antigo território da “Roma Ocidental”. O antigo sistema dos federados²³ permanece sob uma forma política diferente em seus acidentes, mas semelhante ao regime anterior na essência:

Pois o imperador não desapareceu de direito. Nada cedeu em soberania. A velha ficção dos federados continua. E os novos afortunados reconhecem a sua primazia.

[...] Constantinopla permanece a capital desse conjunto. Os reis visigodos, ostrogodos e vândalos a adotam como árbitro de suas querelas. O imperador subsiste de direito por meio de uma espécie de presença mística. (PIRENNE, 2010, p. 31-32).

Os invasores estrangeiros, não adaptados à cultura latina, já tinham, mesmo antes, verdadeiro fascínio por todo aquele universo romano e queriam participar dele a fim de elevar sua própria dignidade²⁴.

Um dos aspectos desta cultura que permaneceu foi o sistema de ensino baseado nas *sete artes liberais*. Nesta época, estas artes liberais adquiriram o nome *Trivium e Quadrivium*. A mais importante delas para o período é a Gramática, que englobava não só as lições sobre a

22 “Graecia capta ferum victorem cepit et artis intulit agresti Latio [A Grécia vencida subjugou seu vencedor e introduziu as artes no rude Lácio]” (Flac., *oper.*, II, 1, 156, tradução nossa).

23 Chefes tribais germânicos que adentravam o império e ganhavam do imperador o privilégio de morar no interior de suas fronteiras, além de trazer seus comandados para ocupar a região estabelecida, contanto que servissem como generais nas batalhas contra outros bárbaros.

24 Pirenne (2010, p. 21) destaca que tudo o que os chefes germânicos invasores desejavam “estabelecer-se ali e desfrutar (do império). Seus reis aspiravam às dignidades romanas”.

correção da língua, mas também o estudo da literatura, em cujas bases Quintiliano estabeleceu sua obra *De Institutione Oratoria*. Posteriormente, no século V, Cassiodoro, calcando seu projeto no ensino da literatura em conformidade com os valores cristãos, aproveitando as bases de Quintiliano, tornou-se um dos mais citados sobre educação do período. É importante percebermos como a tradição latina foi respeitada pelos medievais e como se enriqueceu pelos acréscimos que recebeu. Esse arranjo formou a Civilização Ocidental, em seu corpo e espírito.

Referências

BÍBLIA. N.T. Epístola de Paulo aos romanos. *In: Novo Testamento trilingue*: grego, português e inglês. Editor Luiz Alberto Teixeira Sayão. São Paulo: Vida Nova, 1998, cap. 1, vers. 20.

BÍBLIA. N.T. O evangelho segundo João. *In: Novo Testamento trilingue*: grego, português e inglês. Editor Luiz Alberto Teixeira Sayão. São Paulo: Vida Nova, 1998, cap. 1, vers. 1-3.

BOUCHET, Rubén Calderón. **Pax Romana**: Ensayo para una interpretación del poder político en Roma. Buenos Aires: Libreria Huemul. 1984.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

COSTA, Ricardo da. A vida no texto, o texto na vida, o texto da vida: Régine Pernoud e sua *bela Idade Média*. Prefácio. *In: PERNOUD, Régine. Idade Média: O que não nos contaram*. Tradução de Maurício Bret de Menezes. São Paulo: Linotipo Digital, 2016.

COSTA, Ricardo da. **O mito da Idade Média**. Vídeo em 3 partes da palestra proferida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Bom Jesus de Itabapoana, RJ), 2013. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/video/o-mito-da-idade-media>. Acesso em: 02 out. 2020.

CURTIUS, Ernst. **Literatura Europeia e Idade Média Latina**. Tradução de Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

FLACCUS, Quintus Horatius. **Opera Omnia**: Satira, Epistulae, Lexicon Horatianum. Berlim: Calvary. 1886, p. 513. *Obra Digitalizada*. Disponível em: <https://archive.org/details/qhoratiusflacc02hora/page/512/mode/2up>. Acesso em: 18 jun. 2021.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: A formação do homem grego. Tradução Arthur M. Parreira. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LÍVIO, Tito. **Ab urbe condita**. Libr. I, 55. 2016. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_uKIBAAAAMAAJ/page/n195/mode/2up. Acesso em: 20 set. 2020.

PIRENNE, Henri. **Maomé e Carlos Magno**: o impacto do Islã sobre a civilização europeia. Tradução de Regina Schöpke e Mauro Baladi. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

PLATÃO. **A República**. Introd., tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 14. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

QUINTILIANO, Marcus Fabius. **De Institutione Oratoria**. Paris: Bibliotheca Classica latina. 1823. *Obra Digitalizada*. Disponível em: <https://archive.org/details/marcusfabiusqui02quingoog/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 17 jun. 2021.

SÉNECA, Lúcio Aneu. **Cartas a Lucílio**. Tradução de J. A. Segurado e Campos. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

II ESTUDOS FILOLÓGICOS

Arcaísmos no português popular do nordeste brasileiro à luz da filologia portuguesa

Josenir Alcântara de Oliveira
Universidade Federal do Ceará – UFC

Mayara Arruda Martins
Universidade Federal do Ceará – UFC

Demartone Oliveira Botelho
Universidade Federal do Ceará – UFC

Introdução

É notório que todas as línguas em uso apresentam mudanças no espaço (diatópica), ao longo do tempo (diacrônica), no âmbito social (diastrática) e de acordo com a situação (diafásica). Por isso, para a compreensão e a descrição dessas mudanças, é mister o conhecimento das circunstâncias das quais elas emergiram, pois tudo o que as civilizações têm criado é fruto da combinação de fatores políticos, sociais, econômicos, religiosos, ideológicos, educacionais, dentre outros, os quais compõem, em conjunto, o amplo contexto que explica e justifica o estado presente dos fenômenos linguísticos.

Nessa perspectiva, os arcaísmos no português popular do interior do nordeste brasileiro, *per se*, trazem, de modo implícito, a mudança linguística no espaço e ao longo do tempo, partindo do latim, passando pelo galego-português, e chegando ao português popular, falado no interior do nordeste brasileiro.

Subjacente a esse trajeto, está a convicção de seus autores de que, para se conhecer o que uma coisa é no presente, é necessário se conhecer o que fez com que ela fosse o que é. Eis, portanto, a justificativa deste estudo.

Como o *terminus a quo* e o *terminus ad quem* são, respectivamente, o latim e o português popular, falado no interior do nordeste brasileiro, a Filologia, que contempla o aspecto diacrônico, servirá de guia teórico-prático neste estudo, com o auxílio dos métodos histórico-comparativo, geografia linguística e linguística espacial. Aqui, Filologia é entendida, segundo Bassetto (2001, p. 37) como “em sentido estrito, a ciência do significado dos textos; e em sentido mais amplo, [...] a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura com base em sua língua ou em sua literatura”.

Por ser cerne deste estudo, é imperativo que se explicita, desde já, o que se entende por arcaísmo. Em virtude de não haver uma univocidade conceitual em torno do termo “arcaísmo”, os autores deste estudo teceram um conceito *ad hoc* a esse termo, que servirá de crivo para a catalogação dos arcaísmos fonéticos no intervalo temporal e no espaço geográfico já mencionados: qualquer unidade lexical ainda em uso, a qual já não é mais reconhecida como pertencente à norma padrão, no âmbito fonético-morfológico e no âmbito léxico-semântico.

Destarte, o objetivo pontual deste estudo é focar as conservações linguísticas, arcaísmos, no âmbito da fonética, advindas do latim à língua portuguesa popular do interior do nordeste brasileiro.

1 Metodologia

Para atingir seu objetivo, supramencionado, esta pesquisa fez uso de revisão bibliográfica e entrevista de campo com falantes nativos da região sul do Estado do Ceará, em particular, do Cariri. Selecionaram-se, primeiramente, obras filológicas e linguísticas que fundamentassem o tema em tela, recorrendo-se, para isso, a Ascoli, Vidos, Teyssier, Ilari, Coutinho, Gonçalves e Basso, Cavalcante *et al.*, Bakhtin, dentre outros. Somaram-se a esses autores uns outros que embasassem uma perspectiva sociológica que desse conta do universo cultural do nosso sertanejo, como são exemplos Farias, Ramos, Durkheim.

No que concerne à catalogação dos arcaísmos, valeu-se de letras de músicas, cordéis e livros de poetas populares da região nordestina, como ilustram Assaré, Gonzaga, Maria Tebana e Manuel do Riachão e Orthof, comparando, sempre que possível, cantigas e escritos do período galaico-português ou do português arcaico, exemplificados por Afonso X, o Sábio, Maria do Céu e Pero Vaz de Caminha.

Sobre a pesquisa de campo, os entrevistados foram brevemente indagados sobre vocábulos que supusessem ser de uso restrito à sua região de origem, ou do nordestino interiorano em geral.

Catalogadas as unidades lexicais, estabeleceram-se os seguintes critérios para a incorporação dessas unidades a este estudo:

- i) Ser uma unidade lexical de uso frequente no interior nordestino, atestado em músicas, cordéis e livros de poetas populares da região nordestina, endossado pela entrevista de campo (Mangabeira/CE, região sul, Cariri);
- ii) Ser inexistente nos dicionários de uso comum, de língua portuguesa, hodiernos, exceto nomes próprios, toponímicos e outros que se compuseram em estágios iniciais da língua;
- iii) Ser existente nos dicionários de uso comum, de língua portuguesa, hodiernos, com indicação de arcaísmo ou antigo;
- iv) Estar presente exclusivamente como latinismo nos dicionários etimológicos consultados, como Nascentes (1966), Nunes (1921), Viterbo (1865), dentre outros, o que não impede outras propostas etimológicas;

A partir desses critérios, foram selecionadas 11 unidades lexicais, cada uma com suas respectivas abonações – sempre que possível – e correspondências etimológicas entre o latim clássico (Lc), latim popular (Lp), galego-português (Gp), galego moderno (Gm), português

arcaico (Pa), português moderno (Pm) e português popular do interior do nordeste brasileiro (Pn), identificando-se os metaplasmos envolvidos.

O presente estudo inicia-se com apontamentos dos principais eventos históricos na porção ocidental da Península Ibérica; passa-se para uma relação dessa história externa com as teorias que fundamentam este estudo; com isso, relacionam-se os dois pontos anteriores, destacando-se alguns eventos históricos da evolução da língua portuguesa, desde o latim popular da região do *terminus a quo* até o português popular da região do *terminus ad quem*; realiza-se uma breve discussão sociológica sobre o sertanejo e seu acesso à educação formal, fazendo uma interface com a linguagem da cultura em exame; por fim, apresentam-se análises e comentários das unidades lexicais catalogadas, em seu aspecto etimológico – inclusive, recorrendo-se à forma hipotética, quando a clareza assim o exigir –, identificando-se os fenômenos fonéticos, em torno da relação entre o *terminus a quo* e o *terminus ad quem*.

2 Breve contextualização histórica

No III a. C., a composição do substrato da Península Ibérica era, predominantemente, celtas, iberos – mais tarde, fundidos em celtiberos –, fenícios, gregos, cartagineses e vascos.

Em 218 a. C., na segunda guerra púnica, Aníbal sitiou Sagunto, cidade de origem grega, o que provocou a chegada dos romanos.

Em 106 a. C., os romanos conquistam a Capital peninsular, Cádiz, dando início à empresa militar, que se transformou em um processo de colonização e assentamento, chamado de romanização.

Em 19 a. C., os romanos conquistam a Costa cantábrica, região atualmente correspondente à Galícia, às Astúrias, a Santander e a uma parte do País Basco.

Em 409, ocorreu a queda do Império Romano, quando a Península Ibérica sofreu invasão de tribos germânicas – suevos, vândalos, alanos e visigodos. Com o domínio visigótico, a unidade romana rompeu-se totalmente. Os visigodos romanizaram-se fundindo-se com a população românica, adotando o cristianismo como religião e assimilando o latim vulgar.

Em 711, chegam ao fim os reinos germânicos, na Península Ibérica, quando Rodrigo, o último rei godo, lutou contra a invasão árabe, sendo a língua da região o latim vulgar na sua feição hispano-românica.

No século VIII, durante o domínio dos povos árabes – chamados também de mouros -, a língua árabe foi a língua oficial, mas o latim, já bastante diferenciado, continuou a ser a língua de uso popular.

No início do século XI, a reconquista cristã, organizada no Norte, vai paulatinamente expulsando os árabes para o Sul.

Em 1139, Portugal constituiu-se politicamente quando Afonso I – Afonso Henriques, filho do conde Henrique de Borgonha – se tornou independente do seu primo Afonso VII, rei de Castela e de Leão, na Batalha de Ourique, fixando a Capital em Coimbra.

No início do século XIII, com o avanço para o Sul, o galego-português, que ia sendo adotado por moçárabes, por todos os elementos alógenos integrantes do repovoamento, por árabes remanescentes, serve de meio de expressão dos primeiros textos, como: 1. cantigas de amigo (poemas de amor, por vezes com traços populares, em que a fala é feminina); 2. cantigas de amor (poemas mais eruditos, de frequente inspiração provençal, nos quais é o homem que fala); 3. cantigas de escárnio e de mal dizer (poemas satíricos, por vezes grosseiros).

Até 1250, os sucessores de Afonso Henriques continuam a expulsão dos árabes, em direção ao Sul, quando Afonso III a completou, finalmente, nos Algarves.

Em meados do século XIV, houve uma maior influência dos falares do sul, notadamente da região de Lisboa, o que introduziu significativas diferenças entre o galego e o português até a ruptura da unidade galego-portuguesa.

Entre os séculos XV e XVII, desligado da língua galega, é digno de nota que o português desse período vivenciou um período de bilinguismo com o espanhol, por parte da elite social e intelectual. Foi assim que, por exemplo, Gil Vicente (1470-1540) escreveu algumas obras ora em português, ora em espanhol, ora em ambas as línguas, como, aliás, também fizeram Sá de Miranda (1481-1558), Luís de Camões (1524-1580), dentre outros. Tal fato parece se dever, em parte, ao prestígio sociocultural da língua espanhola perante a língua portuguesa, em parte, à falta de estabelecimento e uniformização desta.

Nos meados do século XVI, a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, e a *Grammatica da Língua Portuguesa* (1539 -1540), de João de Barros, servem de marco para o início do português moderno, à luz do humanismo.

Diante dessa sucinta cronologia da língua portuguesa na Península Ibérica, não se pode deixar de destacar o fato de que, por ocasião da chegada dos portugueses ao Brasil, a língua portuguesa ainda não estava fixada gramatical e lexicalmente. Além disso, não é de menor relevância observar-se que as pouquíssimas pessoas, que sabiam ler e escrever naquela época, pertenciam à elite sociopolítica, como Pero Vaz de Caminha, que, tendo nascido no Porto, era filho de um Cavaleiro do Duque de Bragança e que foi escrivão e tesoureiro da Casa da Moeda, além de vereador. Teyssier (2014, p. 41), por sinal, atesta que essa região de Porto, ainda hoje, conserva traços fonéticos próximos aos do galego moderno, ambos mais próximos da unidade galaico-portuguesa do que as regiões mais ao sul, como Lisboa.

Daí, parece plausível pensar-se na hipótese de que a maioria da tripulação, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, por não saber nem ler nem escrever, fazia uso apenas da linguagem popular.

3 Fundamentação teórica

A época da colonização do nordeste brasileiro foi justamente o período que marcou a transição fonética do português e seu devido distanciamento do galego. As populações do nordeste, contudo, não receberam educação formal, quando recebiam algum tipo de educação. Por consequência disso, a linguagem oral foi o que evidentemente preservou a construção fonético-lexical desses falares interioranos.

De forma parecida, após a separação do Reino de Portugal, a população da Galícia também não teve muito acesso à educação. Ademais, com a imposição do Castelhana como idioma oficial em todo o Reino da Espanha, o galego perdeu sua força como literatura escrita, a partir do século XVI, passando a se manter, também, somente pela linguagem oral.

O que se percebe é que ambas as manifestações linguísticas modernas, do interior do nordeste brasileiro e do galego moderno, tiveram um ponto de origem linguístico-cultural significativamente comum ao longo do tempo. Além disso, a escolaridade, quando ocorria, propiciava o acesso a variantes que não de seu uso corriqueiro, isto é, o povo galego entrava em contato com a língua castelhana, enquanto o brasileiro interiorano nordestino entrava em contato com o português europeu, com o qual já apresentava notórios traços de divergência.

Para se levar a cabo o objeto deste estudo, na perspectiva filológica, é indispensável o uso de alguns métodos, dentre os quais se conta, inicialmente, com o Histórico-Comparativo, elaborado por Bopp, para analisar e cotejar os fenômenos linguísticos ocorridos entre um *terminus a quo* e o seu *terminus ad quem*. Dessarte, por ser o objetivo deste estudo o de recuperar, no plano fonético, algumas formas arcaicas do português popular do interior do nordeste brasileiro, comparando-as com as formas do português padrão, do galego moderno, do galaico-português, o método histórico-comparativo é de suma importância (ILARI, 1999, p. 20-21).

Além do método histórico-comparativo, o método da Geografia Linguística será, também, basilar para este estudo, sobretudo, a Teoria dos Estratos de Ascoli presente desde o *Proemio* de seus *Saggi Ladini* (ASCOLI, 1873). Pautando-se nessas teorias, compreende-se o porquê de os dialetos romances que se formaram na Península Ibérica não terem nem se germanizado nem se arabizado. Como apresentado no contexto histórico, os visigodos aderiram a diversas características culturais dos romanos, inclusive, à língua latina. Isso fez com

que eles desenvolvessem sua própria forma de falar o latim, aproximando-a de seus hábitos linguísticos nativos. Tal fato imprimiu as primeiras transformações dialetais do latim popular da região, convertendo-o num “romance ibérico”.

Quando os califados árabes invadiram a Península Ibérica e ainda que os católicos ibéricos tenham sido permitidos por aqueles viverem sua fé, o preconceito étnico e religioso contra os árabes muçulmanos impediu a arabização dos nativos peninsulares. Daí, Teyssier (2014, p. 19) atesta que: “Boa parte das palavras de origem árabe atestadas pelos dicionários já não pertencem à língua viva de hoje e são sentidas como arcaísmos. [...] A arabização do léxico do português foi, pois, em outros tempos, maior que hoje”.

Tratando do fenômeno da dialetalização, Coutinho (1972, p. 28) define que “em sua origem, toda língua é um dialeto, que, por circunstâncias várias, consegue predominar”. Unindo esta tese àquela de que cada povo (aqui, os que se afixaram no ocidente ibérico) apropriar-se-ia do latim a partir do próprio vocabulário, da compreensão sonora, da organização das frases e dos textos, da compreensão de mundo, de seus valores, de sua mitologia e história, enfim, de tudo que se apresente em diversos níveis da comunicação, é possível inferir que cada comunidade linguística produziria novas formas dialetais, denominadas romances, que dariam origem às línguas neolatinas hoje vigentes. Nesse sentido, ainda acrescenta Coutinho (1972, p. 28) que “Língua e dialeto são, pois, termos relativos. O italiano, o francês, o espanhol, o português, etc., que, tomados separadamente, constituem verdadeiras línguas, com relação ao latim, não passam de simples dialetos.”.

Não obstante, dentre todas as variantes neolatinas, este estudo visa somente àquelas da porção ocidental da península ibérica, em particular do português, que dará origem ao português falado no nordeste do Brasil. Pretende-se, então, compreender melhor como e por que teriam as unidades lexicais da região do *terminus ad quem* se preservado após tanto tempo e em uma região tão distante do Lácio. Portanto, é visada uma compreensão dialetológica, além de, única e propriamente, linguístico-histórica.

Bartoli (*apud* VIDOS, 1996, p. 81) define, em sua Linguística Espacial, que “quando, de duas fases cronológicas de uma palavra, uma se encontra numa área isolada ou distante das correntes de tráfico e difícil acesso, esta costuma ser a mais antiga”.

Isso significa que áreas mais isoladas, como a Galícia ou o interior do nordeste brasileiro, tenderiam a apresentar vocabulários mais arcaicos, justamente pela dificuldade de acesso e tráfico. Portanto, os vocábulos presentes no interior do nordeste brasileiro tenderiam a preservar formas mais arcaicas e, muitas vezes, próximas do que já estariam conservadas pelo galego-português em relação ao latim popular – sobretudo, o tardio.

O quarto princípio da Linguística Espacial indica que os territórios colonizados mais tarde costumam conservar uma fase mais antiga do idioma do que o centro colonizador (BARTOLI, *apud* VIDOS, 1996, p. 83). Com isso, reforça-se que os vocábulos presentes na região do *terminus ad quem* provenham de conservações latinas ou, no mínimo, mais próximas destas.

O quinto princípio da Linguística Espacial, de Bartoli, diz que, de duas fases lexicais, a desaparecida – ou a menos vital – costuma ser a mais antiga (BARTOLI *apud* VIDOS, 1996, p. 83). Assim, formas não mais usadas pelo português europeu ou pelo português brasileiro (costeiro), em geral, ainda são atestadas pelo português do interior do nordeste. É o caso de “*eu dixei*”, que se manifesta desde o período do galego-português, encontrada na cantiga de escárnio de Afonso X presente neste estudo.

4 Evolução histórico-fonética da língua portuguesa popular do nordeste brasileiro

Como atestado na contextualização histórica, a língua portuguesa, tal como se conhece hoje, deriva, em primeiro ponto, do latim popular falado na porção ocidental da península ibérica. Portanto, para se compreender os processos de formação dessa língua, é necessário que se apresentem os processos evolutivos dela, diacronicamente. Uma vez feito isso, se especifica para a região dessa língua objetivada nesta pesquisa.

Assim, Gonçalves e Basso (2010, p. 36-37) entendem o latim popular como forjador dos primeiros dialetos romances, uma vez que fosse mais dinâmico e simplificado do que o latim clássico. Em primeiro momento, houve modificações gerais em todos esses dialetos romances, como: a palatalização das velares [k] e [g] antes de vogais anteriores; a perda do apêndice labial nas labioalveolares: as consoantes latinas [kw] e [gw]; a africacão da labial sonora [b]; o desenvolvimento de consoante palatal a partir de [j]; a passagem de [w] à consoante bilabial sonora; o desaparecimento da aspirada [h]; a sonorização das consoantes surdas intervocálicas; e a queda das consoantes finais.

Gonçalves e Basso (2010, p. 79-81) ainda entendem que, até finais do século XII, o romance falado na região da Galiza vai tomando traços particulares perante as outras línguas romances, sobretudo ibéricas. Destacam, então, os principais: os grupos consonantais cl-, pl- e fl- passam a ch, então pronunciado[tʃ]; o -l- intervocálico cai na maioria dos casos; e o -n- intervocálico cai na maioria dos casos.

Na formação do Galego-Português, Teyssier (2014, p. 22-26) entende que o sistema vocálico desse idioma já era bem similar ao português moderno. Havia-se conservado as sete vogais tônicas do latim popular: [a], [e], [ɛ], [o], [ɔ], [i], [u]. No tocante às consoantes, o sistema

apresentava uma série de africanas que se opunham significativamente: [ts], [dz], [tʃ], [dʒ], [s], [z], [ʃ] e [ʒ]. Além disso, os róticos se definiam somente como vibrantes: branda [r] e forte [r̄]. Deve-se pontuar que o sistema gráfico deste período é bastante estável, com um fonema correspondendo, geralmente, a um só grafema. A exemplo disso, “cen” [tsẽ] se distinguia de “sen” [sẽ]; “cozer” [codzer] se distinguia de “coser” [coser]; e “fero” [fero] se distinguia de “ferro” [fero]. Ainda Gonçalves e Basso (2010, p. 85) atestam que a nasalização das vogais nesse período deu origem ao til, considerado como o grafema –n– como um diacrítico sobre a vogal que originalmente precedia. Em certos casos, por ter se estabelecido um hiato devido à perda da consoante, foi necessária a epêntese de algum fonema: ora o palatal [ɲ], representado pelo grafema –nh–; ora a semivogal [j], de grafema –i–.

Já no período do português clássico, compreendido entre os séculos XV e XVI, Gonçalves e Basso (2010, p. 99-100) demonstram as seguintes modificações: síncope do -d- na segunda pessoa do plural; eliminação dos hiatos (muitos criados no período do galego-português) por monotongação, ditongação ou epêntese. Ainda que já se manifestasse, nesse período, indícios da simplificação das sibilantes para [ts], [dz], [s] e [z], foi somente no século XVII que se reduziu o sistema para [s] e [z].

Em relação ao período da diáspora colonial portuguesa, sobretudo nas proximidades do século XVII e dele em diante, Gonçalves e Basso (2010, p. 109-110) compreendem as seguintes modificações:

1. o ditongo /ow/ sofreu monotongação para /o/, além de alternar-se, às vezes, com /oj/, como em touro – toro, louro – loiro; essas mudanças também ocorreram por volta do século XVII;
2. ainda no século XVII, a africada [tʃ] simplificou-se em [ʃ]; tal modificação aplica-se a casos como macho, chave;
3. passando ao século XVIII, encontramos a pronúncia “chianta” de /s/ e /z/ em finais de sílaba e de palavras, como em dois [ˈdoiʃ], mesmo [ˈmeʒmu], paz [ˈpaʃ].

Essa última modificação, contudo, segundo os autores, ocorre de maneira generalizada no Brasil, exceto na região do Nordeste.

Em sua primeira fase diferenciadora ao português lusitano, compreendida entre 1700 e 1800, o português brasileiro já demonstrava os seguintes fenômenos distintivos, segundo Gonçalves e Basso (2010, p. 137-141): a metafonia da vogal [e] para [i]; a palatalização de [l] em [ʎ], bem como a mudança deste [j]; a queda de [r] no final de palavras; a monotongação de [ej] para [e]; a queda do [l] final. Mais à frente, entre 1800 a 1950, ainda há: a monotongação de [aj] antes de [ʃ]; abreviações (aférese) como: “tá” por “está”, “pra” por “para”, “seu” por “senhor”, etc.; a epêntese de [i] antes de /s/ final.

5 Aspectos sócio-históricos em interface com a linguagem popular nordestina

Observando, também, a realidade social do sertanejo, notáveis e inúmeros são os estudos sociológicos, antropológicos, estatísticos e de diversas ciências que demonstram o quanto, histórica e logisticamente, esse povo foi segregado de outras porções da população brasileira, especialmente a costeira. A precariedade e a subsistência sempre foram marcas arquetípicas desse grupo mais afastado, considerado, muitas vezes, como inferior entre os constituintes em outras regiões da nação brasileira.

Sobre esse aspecto sócio-histórico do isolamento do interior nordestino, Farias (1997, p. 19) explicita que:

No século XVI, ficou o Ceará quase esquecido por Portugal, devido principalmente à falta de atrativos econômicos. Prova é que o donatário da capitania do “Siará Grande” nunca veio colonizar suas posses. [...] Apenas no século XVII que Portugal decidiu colonizar o litoral cearense por razões estratégico-militares: o Ceará serviria de base para a conquista do litoral Norte e para a defesa da região.

Ainda que Farias se atente mais ao Ceará, por analogia, podem-se aplicar esses mesmos parâmetros a todo o interior nordestino. O sertão nordestino, por diversas razões geográficas, bem como de confronto com alguns povos originários da região, pré-invasão portuguesa, nunca foi uma área muito visada pelos colonizadores portugueses. Isso, inclusive, interferia na grande empresa colonial: extrair matérias-primas para provimento econômico do, então, Império Português. Não se justificava, à ótica lusitana da época, investir numa região que, além de ter diversos empecilhos para povoamento, não poderia compensar com o crescimento econômico imperial lusitano.

Contudo, talvez seja Graciliano Ramos que, em sua obra *Vidas Secas*, aponte com maior precisão não só a realidade do sertanejo, sem muito acesso à “civilização”, desamparado pelo Estado, mas também a experiência dolorida, subjetivamente, dessa miséria institucional e estrutural. No capítulo “Festa” do referido livro, lê-se (RAMOS, 1986, p. 83-84):

Tinham percebido que havia muitas pessoas no mundo. Ocupavam-se em descobrir uma enorme quantidade de objetos. Comunicaram baixinho um ao outro as tantas maravilhas juntas. O menino mais novo teve uma dúvida e apresentou-a timidamente ao irmão. Seria que aquilo tinha sido feito por gente? O menino mais velho hesitou, espiou as lojas, as toldas iluminadas, as moças bem vestidas. Encolheu os ombros. Talvez aquilo tivesse sido feito por gente. Nova dificuldade chegou-lhe ao espírito, soprou-a no ouvido do irmão. Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. O menino mais novo interrogou-o com os olhos. Sim, com certeza as preciosidades que

se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes. Puseram-se a discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. Não tinham sido feitas por gente. E os indivíduos que mexiam nelas cometiam imprudência. Vistas de longe, eram bonitas. Admirados e medrosos, falavam baixo para não desencadear as forças estranhas que elas porventura encerrassem.

Como expresso por Graciliano Ramos acima, as realidades vividas pelo sertanejo foram muito distintas das urbes maiores do Brasil. O caráter isolacionista dessas populações; a instável e precária educação instituída nas comunidades rurais; as secas recorrentes e a fome persistente, enfim, tudo isso forjava a disparidade sócio-histórica entre o sertanejo e as populações costeiras e das capitais. A norma padrão do português, assim, era uma variante desvinculada da realidade sertaneja e de seus falares. Como já apontado por Teyssier (2014), o Brasil se tornou conservador em muitos aspectos da língua portuguesa em relação às tendências inovadoras lusitanas. Igualmente, a linguagem popular e oral do nordestino interiorano constituiu sua própria conservação, quando comparada com as demais variantes do Brasil.

Muitos desses conservadorismos são próprios da relação desses povos nordestinos com a educação, ou melhor, com a falta dela. Considerando o modelo de educação presente no ambiente em questão, que atendia aos moldes reprodutivistas e positivistas, é entendível que, muitas vezes, o aprendizado se dava por simples incorporações de comportamentos e manutenção de costumes. É o que atesta Émile Durkheim em sua obra *Educação e sociologia* (DURKHEIM, 2011, p. 53-54):

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.

Ainda no supracitado romance de Graciliano Ramos, é apresentada uma breve amostra sobre a educação dos personagens, vinculados ao referido modelo de educação. Lê-se (RAMOS, 1986, p. 73): “Impossível dizer porque sinhá Vitória levava o guarda-chuva com a biqueira para cima e o castão para baixo. Ela própria não saberia explicar-se, mas sempre vira as outras matutas procederem assim e adotava o costume”.

Não é de se estranhar que o mesmo fato acontecesse com a língua: sem saber o porquê, essas populações se guiavam por tradições. Assim, reproduzir a maneira de os antepassados falarem era a manutenção espontânea dos *mores* (“costumes”, em latim) que se manifestavam nas culturas e nas manifestações dialetais diversas do povo nordestino interiorano.

Esse conservadorismo dialetal do nordeste interiorano vem sofrendo, ao longo do tempo, um desprestígio cultural progressivo, o qual se manifesta na indevida noção de “errado”, a qual não contempla os aspectos sócio-histórico e cultural de um povo. Em outras palavras, ocorre uma força cultural planificadora, emergente dos centros de prestígio socioeconômico.

Dialogando essa noção sociológica com a interface linguística, Bakhtin (1997, p. 279) observa que:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana.

De acordo com Cavalcante *et al.* (2019), esses enunciados orais ou escritos são os textos que permitem a comunicação e o sentido, considerando a interação e o contexto em que ela ocorre. Portanto, é compreensível que, ainda que se desviando de uma “norma padrão” do que seria a língua portuguesa, os falares orais dos povos do interior do nordeste do Brasil não contradizem, parodiando Bakhtin (1997), a unidade nacional do Brasil nem a comunidade dos falantes de língua portuguesa, ao contrário, atestam a vivacidade dessa língua, realizada de forma específica, na região de análise deste estudo, podendo, por isso, ser fonte de várias temáticas de análises linguísticas, históricas, culturais e políticas.

6 Metaplasmos entre o *terminus a quo* e o *terminus ad quem*

Como visto na introdução, em todas as fases de qualquer língua não planejada há mudanças diatópicas, diacrônicas, diastráticas e diafásicas. Sobre essa variação linguística, não falta a consciência de Cícero (106-43 a. C.) (*apud* MARTINS, 2006, p. 8), que trata, em uma carta ao seu amigo Paetus (*Ad Fam.*, IX, 21), da diferença entre o latim clássico e o uso da língua latina, ainda que culta, na sua modalidade oral: “Quid tibi ego in epistulis uideor? Nonne plebeio sermone agere tecum ... Epistolas uero cotidianis verbis texere solemus. ‘Que pareço eu a ti nas cartas? Não pareço tratar contigo na língua do povo... de fato, costumamos tecer as cartas com as palavras do dia a dia’”.

De modo mais patente, no *Appendix Probi* (IV d. C), leem-se diversas formas de “Não [use ou fale] X, mas [use ou fale] Y”, “corrigindo” as manifestações lexicais divergentes do latim clássico, que eram amplamente usadas no latim popular.

No plano fonético, cada mudança tem um termo técnico correspondente, chamado metaplasmo. Assim, passa-se a apresentar os metaplasmos que cruzam com o objetivo deste estudo:

Metaplasmos de adição:

Prótese: acréscimo de um ou mais fonemas no início do vocábulo, como em: lat. stare ['stare] > port. ['estar]; lat. ['spiritu] > ['espiritu];

Aglutinação: acréscimo do artigo ao início do vocábulo, como em: lat. minaciã [mi'nakjɐ] > port. [ɐmi'asɐ];

Metaplasmos de transformação:

Palatalização: transformação de um ou mais fonemas em uma palatal, como em: lat. palĕa ['palɛɐ] > ['paljɐ] > port. ['paʎɛ]; port. (SP) pista ['pistɐ] > port. (CE) ['piʃtɐ];

Metafonia: transformação do timbre de uma vogal, ocorrendo nas seguintes séries: “[ɛ], [e], [i]” > [tɛo'riɐ]/[teo'riɐ]/[tiu'riɐ]; “[ɔ], [o], [u]” > [kɔ'leʒju]/[ko'leʒju]/[ku'leʒju];

Vocalização: transformação de um fonema consonantal em um vocálico: lat. pectum ['pɛktũm] > port. peito ['pejtu]; lat. lacte ['lakte] > port. ['lajti];

Devido à complexidade temática, este estudo não tem a pretensão de invocar todos os metaplasmos entre o *terminus a quo* e o *terminus ad quem*, propostos aqui, mas apenas catalogar alguns que ilustram os arcaísmos no português popular do nordeste brasileiro.

7 Identificação dos arcaísmos entre o latim e português popular do nordeste brasileiro

Na perseguição do tema em tela, deparou-se com os seguintes verbetes (Vb.) de conservação de arcaísmos:

Metaplasmos de adição

Prótese:

Em *História da Língua Portuguesa*, Silva Neto (1986, p. 650-670) arrola muitos arcaísmos, que sofreram prótese, como os seguintes: *abastar, algũa, alimpar, alumea, avoar*.

Desses exemplos, apenas a forma “*algũa*” reflete um arcaísmo fonético, muito usado até por falantes escolarizados, enquanto os demais, um arcaísmo fonético-semântico.

O prefixo *a-*, nas demais formas, procede ora do lat. *a(b)*, que traduz a ideia de afastamento, ora do lat. *a(d)*, com a ideia de aproximação e, a partir daí, *a* de intensidade. *Abastar*, *alimpar* e *alumea* (correspondente ao port. md. *alumia*, forma flexionada do *alumi*) são verbos prefixados pelo lat. *a(d)*, devendo, por isso, serem entendidos com um intensificador.

Quando não denota intensidade, a interpretação do arcaísmo *avoar* depende do contexto de movimento, pois *a-*, quando vem do prefixo latino *a(b)-*, indica afastamento, e quando vem do prefixo latino *a(d)-*, perpassa a ideia de aproximação, alcançando o valor semântico de intensidade. Os exemplos seguintes ilustram essas duas ideias, vazadas pelo prefixo *-a*:

Vb. 1. “abastar”

A tese de Silva Neto (1986, p. 650-670) também se conjuga com a proposta etimológica de Corominas (1984, p. 537), que atesta que “abastar” é protético de “bastar”, tendo o sentido de “ser bastante”, “ser suficiente”. Portanto, coaduna com a noção semântica trazida pelo português popular nordestino, que entende “abastar” como “ser muito suficiente”, “ter mais que o necessário”.

Vb. 2. “alimpar”

Viberto (1865, p. 61) explicita que já à sua época, século XIX, o vocábulo “alimpamento”, significando “limpeza, ato de limpar” era considerado arcaico. Ora, se, como argumenta Silva Neto (1986, p. 650-670), o prefixo *-a-* é marca de “intensidade”, entende-se que a unidade lexical conservada nas comunidades interioranas, “alimpar” é, pois, um arcaísmo. Abaixo, segue um trecho de um cordel ilustrando o sentido do léxico:

– Tebana, eu vou lhe dizê
O que é “mal-empregado”:
É a moça bonita
Casá c’um rapaz safado;
É um vaqueiro ruim
Num cavalo bom de gado;
Palitô de pano fino
Num corpo mal-amanhado;
É um cabra preguiçoso
Abri um grande roçado:
Abre, planta e não alimpa,
Perde o legume plantado...

Disso tudo é que se diz,
Ô meu Deus! Mal-empregado!!!
(Maria Tebana e Manuel do Riachão, *apud* MOTA, 2002, p. 137-139).

Note-se que aqui “alimpar”, de fato, significa “limpar mesmo”, “limpar intensamente”. Em breve interpretação: o vaqueiro trazido no trecho é dito preguiçoso; assim, como ele não limpa corretamente, não “alimpa”, “perde o legume plantado”.

Vb. 3. “alumear”, “alumiar”

Confirmando a tese de Silva Neto (1986, p. 650-670), Nascentes (1966, p. 34) informa que Meyer-Lübke hipotetizou a forma **allumiare*”, no próprio latim. Esta hipótese é, sem dúvidas, pertinente a este trabalho, uma vez que confirme o verbete em questão.

Verifica-se seu uso ainda no português arcaico do século XVII, na obra *Vida e Morte de Madre Helena da Cruz* (1658), de Maria do Céu. Lê-se: “Que esta Praça Diuina assim como alumea aos peccadores, premeya aos Justos, a huns abrindo os olhos, a outros enchendo o coração.”. Aqui, pode-se perceber que “alumea” relaciona-se com o sentido de “purificar”, “limpar mesmo” ou “limpar intensamente”, os “pecadores”.

Ainda, cita-se um cordel de Athayde (1947, p. 24):

Theodora- Senhor, o sol
não tem noite
Ao contrário sempre dia,
quando sae de uma parte
outra parte alumia
quando ele vem p’ra cá,
a noite lá principia.

Em breve interpretação: quando chega a noite em uma porção do globo, é porque o sol brilha intensamente, “alumia”, já outra parte.

Vb. 4. “avocar”

Torrinha (s/d) traz as seguintes entradas lexicais para o verbo “volo” (voar) em latim:

1. Voar (fal. das aves).
2. Correr tam de-prensa como a ave voa; voar, correr, vir rápidamentee.
3. Voar (fal. de dardos, flechas, navios, etc.).
4. Tomar voo, voar (fal. da alma).
5. Voar, fugir; decorrer, passar; escapar.
6. **Volantēs**, f. pl.: as aves. (s.v)

Ora, já em latim o verbo para “voar” manifestava a intensidade de, mesmo para o humano, fazer algo tão intensamente “como o voar de uma ave”. Por o *a* protético interferir no cerne semântico de “voar” (veja-se o comentado em 7.1.1), confirmando-lhe o caráter de intensidade, advindo desde sua forma latina, ilustra-se com um texto por Patativa do Assaré (1998, p. 189) e por outro de autoria nossa, a fim de se explicitarem diferentes nuances semântico-etimológicas:

[...]
A pessoa quando tá
Bem doente, quase morta,
A morte ta com certeza
Bem no pé da sua porta;
Já ta pegada na tranca,
E no momento que arranca,
O espírito avoa veloz
De dentro desta prisão,
Que Eva e seu marido Adão
Dêxou de herança pra nós.
[...]

Crio um periquito australiano no meu apartamento. De tão manso e apegado a mim, ele vive solto. Certo dia, eu deixara, por esquecimento, a janela aberta. Voltando do trabalho, vi um gavião perseguindo o periquito australiano. Não pensei duas vezes: atirei o tênis contra o gavião, que avoou (< a(b)- “afastamento”) pela janela. Estendi o dedo estalando os lábios em forma de beijo, para o qual o meu querido periquito australiano avoou (< a(d)- “aproximação”), ainda ofegante, mas confiantemente sossegado.

É desnecessário comentar que, sobre a forma *avoar*, não é pertinente falar-se de erro, sem considerar o contexto sociocultural e a intenção etimológico-semântica do falante.

Aglutinação:

Embora muito pouco produtivo, pode-se entender o nome próprio (Vb.5) *Alagoas* como um exemplo de arcaísmo fonético-morfológico. Esse entendimento é avivado pelos seguintes exemplos extraídos da Carta de Pero Vaz de Caminha:

- anoute segujmte ventou tanto sueste cõ chuuazeiros [...].
- [...] per sonselho dos pilotos mandou ocapitam levantar amcoras [...].

Esse fenômeno fonético deve-se ao artigo ser um monossílabo átono, apoiando-se, por isso, na tonicidade do vocábulo que o segue, o que, aliás, ainda acontece com o português hodierno, no âmbito da oralidade.

Metaplasmos de Transformação:

Palatalização:

Tomando-se as tabelas dos sistemas consonantais do latim clássico e do latim popular, de Ilari (1999, p. 77-78), verifica-se que, até então, não havia palatais, exceto a semivogal /j/.

Tal verificação permite que se deduza que a palatalização surge a partir do galego-português, o que é confirmado por Teyssier (2014, p. 24), que apresenta os seguintes fonemas palatais: /tʃ/, /ʃ/, /dʒ/, /ʒ/, /ʎ/, /ɲ/, além da manutenção da semivogal /j/.

I. lat. [gɛ] e [gi] > gal.-port. [ʃɛ] e [ʃi] > port. md. [ʒɛ] e [ʒi]

Tabela 1. Vb.6. “xente”, “oxi”

Lc. [gɛ] e [gi]	(PLAUTUS, “Mercator”: ato II, cena ii) “Vbinamst is homo gentium?”
Gp. [ʃɛ] e [ʃi]	(CERZEO) “da terra e das g entes que i som”
Gm. [ʃɛ] e [ʃi]	(Xén. 20: 8) “Abimélec [...] chamou a toda a súa x ente [...]”.
Pm. [ʒɛ] e [ʒi]	(Gên. 20: 8) “Abimélec [...] mandou reunir toda a g ente [...]”
Pn. [ʃɛ] e [ʃi]	(ORTHOF) “Ai, xente! Um luar se balançava [...] Ó xente... que perco o siso!”

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Tabela 2. Vb.7. “virge”, “vixe”

Lc. [gɛ] e [gi]	(PLAUTUS, “Cistellaria”: cena I, ato iii) “isque hic compressit virginem, adulescentulus”
Gp. [ʃɛ] e [ʃi]	(AFONSO X) “vir g em, e por en sobiste”
Gm. [ʃɛ] e [ʃi]	(Mat. 1: 23) “Mirade: a vir x e concibirá e dará a luz un fillo, e poñeranlle de nome Emmanuel”
Pm. [ʒɛ] e [ʒi]	(Mat. 1: 23) “Eis que a Vir g em conceberá e dará à luz um filho, que se chamará Emanuel”
Pn. [ʒɛ] e [ʒi] / [ʃɛ] e [ʃi]	(ASSARÉ, p.95) “Da Vir g e Nossa Senhora”

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

II. lat. x [ks] > gal.-port. [ʃ] > port. md. [s]

Tabela 3. Vb.8. “dixe”

Lc. [ks]	(PLAUTUS, “Mercator”: cena I, ato i) “sed amori accedunt etiam haec, quae dixi minus:”
Gp. [ʃ]	(AFONSO X) “e dix’eu por ela cousa guisada”
Gm. [ʃ]	(Gên. 1: 26) “Despois dixo Deus:”
Pm. [s]	(Gên. 1: 26) “Então Deus disse:”
Pn. [ʃ]	(PATATIVA, p.31) “E me dixei: seu Sutinga”

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Tabela 4. Vb.9. “avexado”, “avexar”

Lc. [ks]	(PLAUTUS, “Mercator”: ato I, cena i) “quid verbis opus est? emi, atque advexi heri.”
Gm. [ʃ]	“Someter [alguém] a continuos abusos ou malos tratos.”
Pn. [ʃ]	(GONZAGA <i>apud</i> RAMALHO, 1998, p. 33) “Ramo s’imbora qu’eu to avexado!”

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Segundo o dicionário *Aurélio da Língua Portuguesa* (1986), “vexar” significa “causar tormento a; atormentar, molestar, maltratar”. Ainda que este dicionário reconheça a forma “avexar” como variante regional do nordeste brasileiro, é necessário observar a sua origem no verbo latino “vexo”. Nesse sentido, De Vaan (2008, s.v.) apresenta as raízes de “vexo” (agitar) e “veho” (carregar) como cognatos emergentes da raiz i-eur. “*weig-”, da qual também emana o lat. “via” (caminho).

Ora, nas comunidades sertanejas, estar “avexado” é estar “apressado”, o que, necessariamente, envolve a agitação (lat. vexo “agitar”) do espírito, quando alguém vai apressadamente por um caminho (lat. via “caminho”) a um lugar. Essa agitação do espírito impele (lat. veho “impelir”) o sujeito para chegar logo ao seu destino. Inclusive, some-se a essa unidade lexical (“vexo”) a prótese do prefixo a-, atestada em *Prótese*, o que dá a essa unidade o valor semântico de “apressar”.

Metafonia:

A metafonia é um fenômeno flutuante entre as diversas fases de uma língua. Isto é, ela é um metaplasmo também decorrente da evolução histórica do idioma, e é especialmente relacionada com seu entorno fonético, à medida que esses outros fonemas se modificam.

Tabela 5. Vb.10. “home”, “homi”

Lc. [e]	(PLAUTUS, “Mercator”: ato I, cena ii) “Hominem ego iracundiozem quam te novi neminem.”
Gp. [e~i]	(AFONSO X) “Direi-vos eu d’um ric’home”
Gm. [e]	(XÉN. 1: 26) “Fagámo-lo home á nosa imaxe e á nosa semellanza”
Pm. [ẽ]	(GÊN. 1: 26) “Fazamos o homem à nossa imagem e semelhança”
Pn. [i]	(ASSARÉ, p. 187) “É praque ele era um home”

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No que concerne ao grafema “h”, é digno o posicionamento de Souza (2002, p. 100), para quem “Com exceção, a palavra ‘homem’ foi registrada por Caminha com o ‘h’ inicial, tal como ficou na tradição escrita do português: home (homem)”. Ora, é sabido que já desde o galego-português, o grafema “h” já era mudo, tendo sua presença justificada por motivos etimológicos. Os registros escritos sugerem a pronúncia [’õme]. Assim, é de se supor, mais uma vez, que o isolamento dos povos do interior do nordeste brasileiro fez com que a pronúncia, herdada desde Pero Vaz de Caminha e demais emigrantes portugueses que vieram na empresa colonial portuguesa, continuasse, apenas com a metafonia da última vogal, [e] > [i].

Vocalização:

É sabido que a vocalização foi um metaplasmo significativo nos idiomas neolatinos, especialmente na língua portuguesa. Vocábulos como “oito” (< “octo”), “muito” (< “multu”), “conceito” (< “conceptu”) ou “reino” (< “regno”) são só alguns exemplos de consoantes que se vocalizaram em [j] ou [w]. Contudo, em alguns casos, sobretudo na língua portuguesa do Brasil, o ditongo sofreu monotongação, som a síncope da semivogal. É o caso de “louro” [’lowru] > “loro” [’loru]; “couro” [’kowru] > “coro” [’koru]; “touro” [’towru] > “toro” [’toro]. Contudo, na contramão desse movimento vivido no litoral brasileiro, o interior do nordeste, em seu isolamento, conservou alguns dos antigos ditongos, como ilustram os arcaísmos das seguintes unidades lexicais.

Tabela 6. Vb.11. “fruito”

lat. [k]	(PLAUTUS, “Mercator”: ato V, cena i) “omnis fructus iam illis decidit”
gal.-port. [i]	(CSM, 80: 20) “o fruito de ti, a la fé;”
gal. md. [j]	(Xén. 1: 20) “árbores que desen froitos”
port. md. [s]	(Gên. 1: 20) “árvores que deem fruto”
port. pop. nord. [j]	(ASSARÉ, p.187) “logo que comêro o fruito”

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os exemplos elencados supra, por hipótese alguma, abarcam todos os metaplasmos pertinentes ao tratamento dos arcaísmos do português popular falado no nordeste brasileiro interiorano.

Considerações finais

Na esteira de todo o exame lexical dos arcaísmos conservados no português popular, falado no interior do nordeste brasileiro, é inequívoca a herança do legado romano, apresentado neste estudo. Essa herança inicia com a colonização da Lusitânia e Galícia; passa pela regência sueva e visigótica; continua no domínio dos califados mouros; alcança a formação efetiva do Reino de Portugal; espalha-se com a diáspora ultramarina; e chega até a colonização do Brasil. Foi desse caudaloso trajeto histórico-cultural que emergiu o espírito nordestino. Desse espírito cultural, ainda há muito o que se compreender; ainda há muito o que se pesquisar, pois a riqueza linguístico-cultural da região nordestina vai muito além dos breves exemplos aqui apresentados.

Essa riqueza temática é perceptível no seu espraiamento epistemológico, que é marcado pela interdisciplinaridade entre filologia, linguística, antropologia cultural, sociologia, historiografia, literatura, para não se falar das várias subáreas dessas ciências.

Para o êxito deste breve estudo, que nunca teve a pretensão de esgotar um tema tão rico e complexo como este, o suporte teórico invocado foi decisivo para se vislumbrar a conservação dos arcaísmos elencados. Assim, não se teria compreendido a importância dos substratos, do superstrato e dos adstratos e a condição de isolamento social para a formação linguístico-cultural da região em tela.

Diante de tudo que se enfocou no presente trabalho, depreende-se que a região do interior do nordeste brasileiro é uma área frutífera para os estudos da filologia portuguesa, da história da língua portuguesa e da linguística histórica. Não obstante, esta pesquisa não se encerra aqui, antes, é somente um breve e promissor início de futuros trabalhos em torno desta temática, que tem um grande leque a ser explorado.

Referências

AFONSO X. Achei Sanch' [E]anes encavalgada. **Cantigas Medievais Galego-Portuguesa**. Disponível em: <https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=459&pv=sim>. Acesso em: 24 abr. 2021.

AFONSO X. De graça chãa e d' amor de Déus. **Cantigas de Santa Maria**. Disponível em: <http://www.cantigasdesantamaria.com/csm/80>. Acesso em: 05 maio 2021.

AFONSO X. Deus te salve, Gloriosa. **Cantigas Medievais Galego-Portuguesa**. Disponível em: <https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=468&tr=4&pv=sim>. Acesso em: 05 maio 2021.

ASCOLI, Gaziadio Isaia. **Archivo Glottologico Italiano**. Ermanno Loescher: Torino, 1873.

ASSARÉ, Patativa. **Cante lá que eu canto cá: Filosofia de um trovador nordestino**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ATHAYDE, João Martins de. **História da donzela Theodora**. Recife. 1947.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal** [tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. 2' cd. São Paulo Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior).

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica**. São Paulo: EdUSP, 2001.

Bíblia. Galego. **A Bíblia: as edicións do adro**. Vigo: Sociedade de Estudos, Publicacións e Traballos (SEPT), 2001.

Bíblia. Português. **Bíblia sagrada: Edição Pastoral Catequética**. São Paulo: Editora Ave Maria, 2005.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Transcrição diplomática extraída de A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Lisboa, Com. Exec. Com. V Cent. Nasc. Pedro Álvares Cabral, 1968.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; CORTEZ, Suzana Leite; PINTO, Rosalice Botelho Wakim Souza; PINHEIRO, Clemílton Lopes. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/27884>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CERZEO, Nuno Anes. Agora me quer'eu já espedir. **Cantigas Medievais Galego-Portuguesa**. Disponível em: <https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=108&tr=4&pv=sim>. Acesso em: 05 maio 2021.

COROMINAS, Joan. **Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana**. Madrid: Gredos, 1984. 4. vols.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: 1972, Livraria Acadêmica.

DE VAAN, Michiel. **Etymological Dictionary of Latin and the other Italic Languages**. Boston: Leiden, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração cambeba**. Fortaleza: Tropical, 1997.

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu; BASSO, Renato Miguel. **História da língua**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. São Paulo: Ática, 1999.

MARIA DO CÉU. **Relação da Vida e Morte da Serva de Deus a Venerável Madre Elenna da Crus** (transcrição do Códice 87 da Biblioteca Nacional precedida de um estudo histórico, por Filomena Belo). Lisboa: Quimera, 1993.

MARTINS, Maria Cristina. A Língua Latina: sua origem, variedades e desdobramentos. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 36, p. 18-32, set./dez. 2006.

MOTA, Leonardo. **Cantadores poesia e linguagem do sertão cearense**. 7. ed. Rio/São Paulo/Fortaleza: ABC Editora, 2002.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1966.

NUNES, José Joaquim. **Crestomatia Arcaica**. 2. ed. Lisboa: Sociedade Editora, 1921.

ORTHOF, Sylvia. **Cordel Adolescente, Ó Xente**. São Paulo: Quinteto, 1996.

PLAUTUS, Titus Maccius. Cistellaria. **The Latin Library**. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/plautus/cistellaria.shtml>. Acesso em: 06 maio 2021.

PLAUTUS, Titus Maccius. Mercator. **The Latin Library**. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/plautus/cistellaria.shtml>. Acesso em: 06 maio 2021.

RAMALHO, Elba Braga. Aspectos do falar nordestino em Samarica Parteira. **Rev. de Letras**, n. 20, n. 1/2. jan./dez. 1998. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl20Art05.pdf>. Acesso em: 03 maio 2021.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 1986. p. 83-84.

SILVA NETO, Serafim da. **História da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença: INL, 1986.

SOUZA, Nazarete de. **Estudo de alguns aspectos da ortografia da Carta de Pero Vaz de Caminha**. Campinas: São Paulo, 2002.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 2. ed. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins, 2014.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário latino-português**. [s. ed.] Porto: Gráficos Reunidos, [s. d.].

VEXAR. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

VIDOS, Benedek Elemér. **Manual de linguística românica**. Tradução José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

VITERBO, Francisco Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. Segunda Ed. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865.

O português (não) veio do latim: um problema filológico

Adílio Junior de Souza

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Introdução²⁵

Qual é a real origem da língua portuguesa? Eis uma pergunta da qual se disse muito, porém ainda causa certa estranheza no meio acadêmico. Há duas tradições: uma que prega que o português teve sua origem no latim vulgar. Outra que diz que não. O português teria se originado de línguas antigas faladas na península ibérica antes da invasão dos romanos (tais como a língua galega), ou em palavras mais fortes, o português veio da língua grega.

Seja de um modo ou de outro, será necessário mobilizar uma série de leituras que possam corroborar com esta ou aquela tradição. Na esteira da primeira perspectiva, mais amplamente aceita, situam-se romanistas tais como: Friedrich Diez (1794-1876), August Schleicher (1821-1868), Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936) e Franz Bopp (1791-1867), num retorno ao passado, e Bruno Bassetto (1935-) e Rodolfo Ilari (1943-), mais recentemente. Estes e aqueles autores partilham da aceitação de que as línguas românicas podem ser comparadas através do método histórico-comparativo ao latim vulgar, de acordo com os pressupostos da *Linguística Histórico-Comparativa*, aliado aos estudos da *Filologia Românica*.

Entre os autores tidos como clássicos, citam-se as obras, por exemplo, de Diez (1863), Vasconcellos (1911), Said Ali (1921), Sousa da Silveira (1960), Coutinho (1981), Silva Neto (2004), Teyssier (2014), Ilari (2018) e Bassetto (2005), que advogam que o português é uma das línguas neolatinas, juntamente com o *espanhol*, o *italiano*, o *francês*, etc. Nesse sentido, a língua portuguesa é formada a partir da evolução linguística do latim vulgar, que se desenvolveu na península ibérica. Esta posição é defendida na obra *A língua portuguesa é filha da latina, ou refutação da memória em que o senhor patriarca eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*, escrita por Francisco António de Campos (conhecido por *Barão de Villa Nova de Foscôa*), em 1843.

Campos (1843) entrou numa querela com D. Francisco de São Luiz Saraiva (chamado de *Cardeal Saraiva*), pois este último havia escrito a *Memória em que se pretende mostrar, que a Língua Portuguesa não he filha da Latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos Lusitanos*, em 1837, em que negou a filiação do português ao latim – sem se referir à variedade vulgar. A perspectiva de Saraiva segue a mesma linha de pensamento do gramático *Duarte Nunes de Leão* (1530-1608), que pregoava uma distinta origem do idioma lusitano, argumentando ser uma língua tão perfeita quanto a latina, porém não dela originada.

25 Este estudo é resultado da palestra de encerramento do XIII Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos (XIII SINEFIL), evento realizado de forma remota pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), entre os dias 7 e 8 de abril de 2021. Uma primeira versão foi publicada nos anais do referido simpósio, via revista *Philologus*.

Mais modernamente, citam-se Marcos Bagno (1961-) e Xoán Lagares (1971-), que defendem que o idioma lusitano veio do galego e não do latim vulgar. Em argumentos recentes, Bagno (2011) e Lagares (2008) buscam rastrear a origem do idioma dos portugueses, realizando uma incursão historiográfica em escritos antigos, valendo-se de uma crítica ao termo híbrido *galego-português*, tido como uma incoerência histórico-linguística, isto é, um anacronismo. Certamente que tal posição encontrará neste e noutros estudos um posicionamento contrário.

Neste estudo, busca-se, entre outras metas: compreender os conceitos de *língua morta* e *língua viva* de acordo com o postulado teórico de Coutinho (1981); visitar o tema a partir das obras de Saraiva (1837) e Campos (1843), assim como em estudos recentes; por fim, problematizar acerca da *origem da língua portuguesa*, numa comparação entre duas perspectivas teóricas. Trata-se, portanto, de um estudo bibliográfico e descritivo, em que são revisitadas duas lições do séc. XIX a partir de edições fac-símiles disponibilizadas na Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Além disso, faz-se uma breve revisão da literatura com outras fontes.

1 Línguas vivas, mortas e extintas

Em *Pontos de gramática histórica*, Coutinho (1981, p. 27) assim esclarece sobre a tipologia das línguas quanto ao uso:

VIVAS, as que estão servindo de instrumento diário de comunicação entre os indivíduos de uma nação, como o *português*, o *francês*, etc.

MORTAS, as que já não são faladas, mas deixaram documentos escritos, como o *latim* e o *grego* literários.

EXTINTAS, as que desapareceram, sem deixar memória documental, como o *indo-europeu*.

Por essa categorização, que é amplamente aceita no meio acadêmico, o latim é uma *língua morta*. Não obstante, isso não é um tema apascentado, basta citar, entre outros trabalhos, a discussão feita por Mendes, Medeiros e Oliveira (2017) e Souza (2017). Para os autores, assim como para Cristófar-Silva (2002), o latim é, sem dúvida, uma língua morta, que foi utilizada por um determinado povo, mas que hoje não serve mais como veículo de comunicação diária ou quaisquer outras atividades comunicativas, a despeito de seu uso nos ritos religiosos ou uso particularizado na ciência. Para Souza (2017), o latim utilizado no Vaticano, por exemplo, é um idioma profundamente artificializado, tendo em vista a criação de neologismos que visam preencher lacunas no sistema. O latim que aparece nas magias da franquia do *Harry Potter* não pode ser considerado uma língua viva, mas apenas um conjunto de formas ou criações lexicais, isto é, neologismos (SOUZA, 2017).

Sobre a difusão do latim pelo vasto império romano, cabe salientar que, sendo o *sermo urbanus* (isto é, o latim clássico ou literário), nos termos de Coutinho (1981), Williams (2001), Elia (2004) e Bassetto (2005), não foi a variedade da língua que deu origem aos idiomas românicos, haja vista ser um idioma inalterado, estilisticamente já estabelecido, não mutável.

Por outro lado, o *sermo vulgaris* (quer dizer, o latim vulgar ou corrente), por ser a modalidade empregada pelas camadas populares, falada por aqueles que estavam despreocupados com uso gramatical, era suscetível às mudanças linguísticas. Além disso, foi esta variedade do latim que se dialetou na România (COUTINHO, 1981; ELIA, 2004; BASSETTO, 2005).

Com o advento dos estudos da *Filologia Românica* (ou *Linguística Românica*), temas tais como o processo de fragmentação da România, o surgimento dos romances, a dialeção do latim, as línguas românicas e sua conseqüente transformação em línguas neolatinas, foram melhor compreendidos (ILARI, 2018). Graças a esta área, aceita-se que o latim que deu origem aos idiomas românicos não poderia ser outro senão a variedade vulgar, e não a clássica. De acordo com Ilari (2018), a comparação entre línguas vivas foi o que permitiu a verificação da origem de um léxico comum: o latim vulgar. Vejam-se os seguintes exemplos:

Tabela 1. Amostras do *Appendix Probi*

	Latim clássico	Latim vulgar	português
1.	angulus	anglus	ângulo
2.	auris	oricla	orelha
3.	oculus	oclus	olho
4.	autor	autor	autor
5.	socrus	socra	sogra
6.	rivus	rius	rio
7.	viridis	virdis	verde
8.	formica	furmica	formiga
9.	articulus	articlus	artigo
10.	speculum	speclum	espelho
11.	senatus	sinatus	senado

Fonte: *Appendix Probi* (apud SILVA NETO, 2004, p. 221-225).

Como se pode notar nessas amostras, a maior parte das formas do português tem origem no latim vulgar – ressaltando-se que passaram por processos de alterações fonéticas, as quais se entende por *metaplasmos* –, enquanto outras formas clássicas, tais como, *formica* e *sentatus*, em menor número, chegaram ao idioma luso, deixando vestígios de sua origem.

Exemplos como *bucca* (lat. vulg.) e *os* (lat. clás.) – *boca* (port.) ou *bella* (lat. vulg.) e *pulchra* (lat. clás.) – *bela* (port.) – são casos em que se nota o abismo que havia entre as formas populares e a língua literária. Silva Neto (2004) e Coutinho (1981) são taxativos: as formas vulgares tiveram maior aceitação pelas camadas populares que faziam uso de um latim menos rígido, que admitia reduções morfológicas e alterações fonéticas e sintáticas de toda ordem.

Sobre esse assunto, Nascentes (1954) esclarece que, através da Filologia Românica, é possível estudar tanto uma forma latina até se chegar às formas nas línguas românicas, ou o inverso, quer dizer, das formas românicas se chegar à forma latina original. Além disso, como assevera Faraco (2006), por meio do método histórico-comparativo também se pode verificar as variações e mudanças linguísticas que o latim vulgar passou. Aliado a isso, há ainda a possibilidade do estudo das consequências das invasões bárbaras, da força do contato linguístico (substratos, superstratos e adstratos) sobre o latim e como isso afetou o léxico dos idiomas neolatinos.

2 A origem do português: uma revisão filológica

Nesta seção, resumidamente, duas perspectivas serão destacadas: de um lado a que se admite a filiação do português ao latim vulgar e outra que pressupõe outra origem.

Em sua *Memória*, Saraiva (1837) faz várias ponderações, alegando que outras nações foram invadidas pelo império romano (e outros impérios), mas que isso não foi determinante para a imposição de uma nova língua no território conquistado, entre os quais cita: “O Egipto, por exemplo, foi successivamente subjogado pelos Persas, Gregos, Romanos, e Arabes” (SARAIVA, 1837, p. 05). Em seguida acrescenta que o mesmo se pode dizer: “ácerca dos Hebreos. Elles forão igualmente conquistados pelos Gregos, e ficárão sujeitos ao seu imperio pelo mesmo espaço de tempo” (SARAIVA, 1837, p. 07) e, mesmo assim, não adotaram a língua grega, conservando seu próprio idioma através dos séculos.

Para o autor, essas são explicações que asseguram sua posição: a de que a língua portuguesa não seria filha da latina porque não haveria, segundo ele, explicações razoáveis para que isso fosse aceito. Para o autor, os portugueses jamais adotaram o latim como língua vulgar, antes permaneceram com sua língua de origem. Do mesmo modo como os árabes que invadiram a península ibérica e, mesmo com o contato com povos de línguas diferentes, não adotam nenhuma delas, nem mesmo a latina. Por fim, afirma: “[...] hum povo, huma nação inteira, não póde mudar de huma para outra linguagem, maiormente se ellas tiverem differente genio, indole, e character, sem que primeiro se faça hum total e substancial transtorno e transformação em suas idéas e sentimentos.” (SARAIVA, 1837, p. 18).

Nas palavras do autor, o povo português não admitiu tal mudança, rechaçando a cultura romana, permanecendo com a sua própria língua. Sem sombra de dúvidas, que essas reflexões causam estranhamento, ainda mais quando se observa a história da formação do reino português, bem como a herança linguística que se tem provas nos inúmeros documentos em que a língua portuguesa revela uma relação de parentesco linguístico com o latim (TEYSSIER, 2014). A história da língua portuguesa mostra o quão foi importante o latim para a constituição do léxico português, bem como para a sintaxe, morfologia e semântica (BASSETTO, 2005). Remover o latim dessa história é desconstruí-la e apagá-la completamente.

Saraiva (1837) aponta que são poucas as palavras propriamente latinas que se podem perceber no português, e que sua presença foi motivada pela infiltração no léxico através da ação dos “escriptores”. De acordo com seus argumentos:

Todos sabem quanto os nossos primeiros escriptores, maiormente os do sec. XV. e XVI., trabalhárão em formar, enriquecer, e polir o idioma patrio, á custa (digamos assim) da lingua Latina, tomando della tudo quanto lhes foi possivel, e talvez mais do que permittia o differente processo e caracter dos dous idiomas. Se fosse necessario dar provas de huma cousa tão manifesta, bastaria lançar os olhos ás obras, que se escrevêrão em Portuguez, ou se traduzirão do Latim, principalmente des de o reinado de elRei D. João I. em diante. (SARAIVA, 1837, p. 31).

Desse modo, para o autor, bastaria retirar as palavras dos escritores para que se retirassem as marcas do latim no idioma luso. Em outras palavras, a herança latina seria puramente lexical. E afirma também:

Vê-se pois por tudo o que temos substanciado nos precedentes paragrafos, que não são tantos, como vulgarmente se presume, os vocabulos Portuguezes, que em rigor se possão ter como derivados do Latim. Mas nós dissemos, além disso, e agora repetimos, que muitos desses mesmos, que em realidade nos vierão d’aquelle idioma, não servem para provar a supposta filiação, e disto daremos brevemente o principal fundamento. (SARAIVA, 1837, p. 31).

É inegável que houve uma *relatinização* do português por parte dos prosadores na literatura no séc. XV, pela falta de certos vocábulos ou pelo desejo de refinamento da sintaxe, porém isso não significa dizer que as palavras já não pertencessem ao latim em sua origem. O que se buscou, de acordo com Carneira (2009), foi a reincorporação de formas latinizadas, muitas vezes, mais próximas às formas clássicas do que as vulgares já presentes na língua. Tudo isso ocorreu em virtude de o latim ser o modelo de língua ideal. No processo de *gramatização* das línguas, foi o *sermo urbanus* o protótipo (AUROUX, 2009).

Saraiva (1837) informa, ainda, que a maior parte das palavras portuguesas vieram de línguas primitivas anteriores à conquista romana da península ibérica, porém ele não chega a citar quais foram elas com maior precisão, exceto quando destaca a origem grega de grande

parte do vocabulário luso. Segundo o autor, como se pode constatar, o fato de haver certas palavras latinas não implicaria uma filiação direta, pois de mesmo modo, para ele, apesar da presença de palavras árabes, por exemplo, não se pode dizer que o português veio desse outro idioma.

Noutra posição mais recente, como já foi apontado aqui antes, Bagno (2011, p. 35) declara:

O que aprendemos e ensinamos no Brasil e em Portugal até hoje nas aulas de história da língua portuguesa é uma falácia histórico-geográfica: 'o português vem do latim'. Nada disso: o português vem do galego. O galego é que é, sim, uma língua derivada da variedade de latim vulgar que se criou no noroeste da Península Ibérica.

De acordo com o linguista, o termo *galego-português* deveria ser abolido, porque não faz *jus* à história da língua dos lusitanos. O que se compreende por esse termo, na verdade, seria uma falha cronológica, pois a Galiza e o dialeto que lá se formou vem antes do reino português e, nesse sentido, a separação posterior entre galego e português, com a constituição do reino lusitano, teve motivações políticas: “A questão política vai ser determinante para designar as línguas” (BAGNO, 2011, p. 35). O autor conclui assim: “O português, portanto, não ‘veio do latim’. A língua que tem esse nome, português, é na verdade a continuação histórica, com outro nome, da língua românica que se desenvolveu na região desde sempre chamada Galécia-Galícia-Galiza, ou seja, do galego.” (BAGNO, 2011, p. 37).

A mesma posição é partilhada por Lagares (2008), que apoiando-se nos argumentos do gramático *Duarte Nunes de Leão* (séc. XVII), já admitia que o português havia se apropriado integralmente do galego, sendo dele constituído. E a razão para a Galiza não ter o mesmo “peso” de Portugal é que nesta última nação havia reis e naquela não. Lagares (2008) acrescenta que a história da formação do português mostra a filiação dela com o galego, mas que isso foi apagado, talvez inconscientemente, por aqueles que almejavam trazer para o idioma lusitano o *status* que o latim detinha. Nos termos do autor: “A diferença fundamental com o galego-português – de extraordinárias consequências políticas e lingüísticas – residiria no fato de que no nosso caso o ‘dialeto’ a partir do qual se constitui a ‘língua’ ficou fora das fronteiras nacionais, como variedade não oficial de um outro Estado.” (LAGARES, 2008, p. 69).

A separação geográfica entre Portugal e a Galiza, bem como a separação linguística que se estabeleceu entre os séculos seguintes à formação do reino português a partir do séc. XIII, fez com que se abrisse um abismo linguístico entre as línguas, no início ligadas por uma mesma origem. Como aponta Areán-Garcia (2011), a origem comum entre os idiomas não é contestada na literatura. A diferença entre as variedades surge de uma motivação político, cultural, geográfica e histórica. Informa a autora: “A partir do século XIV, a separação política e

cultural do rio Minho se intensificou e ficou marcada por duas variedades distintas: o português e o galego”, inicialmente, unos (AREÁN-GARCIA, 2011, p. 12). E assim conclui:

Enquanto o português veio a ser a expressão de um povo em expansão política, territorial, econômica e cultural, o galego, em contrapartida, se transformou em expressão coloquial de um povo reprimido diante do domínio castelhano, sofrendo influências deste e de outras línguas trazidas pela peregrinação a Santiago de Compostela, tais como, o catalão, provençal e francês, dentre outras no seu desenvolvimento. (AREÁN, GARCIA, 2011, p. 13).

As posições de Lagares e Bagno são próximas à linha do que apontou Saraiva e vão contra o que se postula até então: para eles, o português não procede do latim. Seja como for, esses autores buscaram mostrar, por meio de uma perspectiva historiográfica, uma hipótese que nega o que se produziu até então. Em uma crítica sobre a posição retórica defendida por Bagno em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, Anjos e Oliveira (2018) apontam, em uma análise historiográfica, uma mudança de posicionamento do linguista ao longo de suas produções acadêmicas. Segundo os autores, antes, Bagno seguia a tradução, ou seja, uma posição de *continuidade* com a tradição, mas agora, sua posição é *descontinuidade*. E isso se reflete na dita gramática e no artigo que serviu de mote para o presente estudo.

Ainda sobre a origem do português, Vidos (1996, p. 236) esclarece:

[...] o português, nascido do galego-português (na Lusitânia Setentrional), com a independência política se converteu numa língua românica, enquanto o galego (falado na antiga Província de Galiza e no extremo noroeste da Espanha), sem independência política, permaneceu como dialeto espanhol, apesar de ter formado em sua fase mais antiga uma unidade com o português e de quase não se distinguir a língua dos trovadores galegos [...].

Em consonância ao que propôs Vidos, Botelho (2010, p. 2472) reafirma que, na península ibérica, logo após um momento de

[...] caos linguístico, estabelece-se uma língua românica de natureza lusitana – uma protolíngua galaico-portuguesa – por volta do Séc. IX, que, em consequência da fundação de Portugal no início do Séc. XII, é tomada como língua portuguesa (português arcaico – galego-português); depois, toma a forma de português moderno por volta do Séc. XVI, que se estende até os dias atuais.

Nesse sentido, o galego não originou o português, mas sim junto dele se formou. A filiação com o latim vulgar é, portanto, mantida, com a indicação de uma relação entre uma língua, de um lado, e um dialeto, do outro. Os argumentos de Vidos e Botelho sintetizam muito bem o problema que é fazer a separação linguística entre os dois. É importante frisar que entre o latim vulgar e o português há um espaço de séculos, o que inclui um processo longo de alterações de toda sorte.

Em uma posição diferente, Campos (1843) retoma a mesma compreensão de vários romanistas antes mencionados, que se apoiam nos estudos filológicos-linguísticos, que admitem a filiação latina. Dada a robustez dos documentos em latim clássico e aos *corpora* do latim vulgar (mesmo em menor quantidade), é possível depreender as formas latinas que originaram as formas vernáculas. Em uma ligeira comparação como que se fez na seção anterior, se pode perceber as similaridades entre o latim vulgar e o português. Além disso, não se pode negar o processo de romanização da península ibérica, bem como a força que esse processo exerceu sobre a cultura, religião e formação social (BASSETTO, 2005).

Campos (1843) problematiza, entre outros pontos da *Memória*, a falta de argumentos sólidos para sustentarem a negação da filiação. Para ele, o fato de as sucessivas invasões de regiões tais como o Egito por outros povos de línguas diferentes, como o grego, por exemplo, não ter sido suficiente para impor um julgo linguístico sobre o egípcio, não seria igualmente válido para o que ocorreu na península ibérica, onde o império romano se sobrepôs sobre outros povos e, com isso, sua língua.

Em uma de suas primeiras críticas, informa o autor: “[...] quaesquer que sejam os esforços dos escriptores, para darem á lingua toda a perfeição de que é susceptivel, seus trabalhos não poderão ser coroados de feliz sucesso se for desconhecida a sua origem, de que dependem em grande parte seu genio e sua estrutura.” (CAMPOS, 1843, p. 03).

O tom da linguagem do texto é cortês, mas o autor não esconde sua posição contrária aos argumentos levantados por Saraiva. Daí em diante, há uma lista extensa de comentários desfavoráveis ao que postulou este último. Inicialmente, alega que na península ibérica duas línguas passaram a conviver, a *céltica* e a *latina*. O latim suplantou a céltica e dela restou somente influências lexicais.

Outro ponto de sua crítica diz respeito ao léxico do português, que, para ele, é de base latina, acima de quaisquer outros vestígios, “porque o latim ficou prevalecendo sobre todos os dialectos peninsulares, como teremos ocasião de ver.” (CAMPOS, 1843, p. 04). Há, por ventura, resquícios da língua celta, como força de *estrato linguístico*.

Além disso, Campos critica a posição de Saraiva, quando este argumenta que o latim nunca foi a língua vulgar da região da península ibérica. Para o autor, não só o latim era a variedade vulgar como também a própria cultura e religião eram romanas. Afirma, ainda, que as demais línguas vizinhas, o catalão e valenciano são igualmente filhas do latim. Nos termos de Ilari (2018) e Coutinho (1981), os povos das regiões conquistadas pelo império romanizaram-se e, assim, abraçaram o cristianismo e a língua dos romanos.

A respeito do que se disse sobre outros casos de invasões que outras nações sofreram ser o mesmo caso da conquista romana da península ibérica, assim argumenta o autor, negativamente:

O exemplo dos hebreos, que dominados por gregos e romanos, conservaram sempre a sua língua, não é mais concludente. Os hebreos eram um povo não só oprimido, mas desprezado; a sua única consolação, no vexame de seus opressores, era a religião de seus pais; o ódio que professavam a seus tyranos lhes vedava adoptarem a sua língua, abandonando a de seus livros sagrados. (CAMPOS, 1843, p. 10).

Ora, a não aceitação do julgo grego ou romano por parte dos hebreus tem mais a ver com uma posição religioso-cultural do que com um processo puramente linguístico. Muitas nações adotaram o latim (e tudo quanto fosse romano) por interesses de variadas naturezas, inclusive o religioso (tendo o império romano adotado o cristianismo, as regiões conquistadas foram forçadas, pela força do momento que viviam, a seguir os mesmos princípios e ritos) e, especialmente, linguístico (uma vez que a comunicação entre as pessoas com outras de várias partes do império tinha de ser em *sermo vulgaris* (BASSETTO, 2005).

Sobre as línguas românicas, é preciso ressaltar que são aquelas que preservam vestígios do latim, na morfologia, no léxico, na sintaxe ou na semântica (COUTINHO; 1981; VIDOS, 1996). E, de acordo com Silva Neto (2004), o latim vulgar deve ser entendido como o *substrato* principal da constituição dessas línguas. Em suas palavras: “Do substrato das línguas românicas deve dizer-se, simplesmente, que foi o *latim*, o verdadeiro *latim*, isto é, língua *viva e corrente*” (SILVA NETO, 2004, p. 34), enfim, as línguas românicas vieram do latim vulgar.

Seguindo pressuposto levantado, com segurança, se pode afirmar que: “o latim vulgar esteve submetido incessantemente a alterações. Foi desse latim vulgar, evoluído gradualmente, de onde começaram a formar-se as línguas que hoje denominamos românicas ou neolatinas (MIRANDA POZA, 2019, p. 29). Em outras palavras, desse latim “procedem os diversos idiomas chamados românicos, romances ou neolatinos” (SAID ALI, 1921, p. 01).

É preciso levar em consideração o que diz o célebre filólogo: “As línguas neolatinas não se derivam diretamente do latim, mas entre aquelas e este houve os vários *romances*, - assim se chamavam as modificações regionais do latim -, dos quais saíram então as línguas românicas.” (COUTINHO, 1981, p. 43).

Não há, como se sabe, uma data exata entre o fim do latim vulgar e começo da formação dos *romances*. Contudo, é certo que houve um processo de continuidade de um falar comum nas regiões conquistadas por Roma. Desde a queda do império romano no séc. V d. C. e as sucessivas invasões por povos bárbaros, os romances que daí resultaram, através dos inúmeros contatos linguísticos, favoreceram a formação de dialetos, que depois se constituíram em línguas nacionais (ILARI, 2018; BOTELHO, 2010).

Além dos já citados idiomas formados num período que vai do séc. IV ou V até IX ou XI d. C. (*português, italiano, espanhol e francês*), há outros: *sardo, romeno, dalmático, reto-romano, provençal e catalão*, segundo Coutinho (1981) e Botelho (2010) e, mais outros dois, *ladino e franco-provençal*, de acordo com Vasconcellos (1911). Diez (1863), por sua vez, inclui também o *valáquio* entre os idiomas formados do latim vulgar. Note-se que somente Sousa da Silveira (1960) menciona o *galego* como língua neolatina. Para os demais, porém, ele é tido como um dialeto restrito à Galiza que pouco influenciou na constituição do espanhol, *apesar* do contato linguístico mantido com ele. “Tôdas estas línguas e dialetos originaram-se do latim; não do latim literário, que em muitos pontos era linguagem artificial, e sim do latim vulgar, isto é, da linguagem viva, do latim falado.” (SAID ALI, 1921, p. 17).

Encerra-se essa seção com um questionamento nas palavras de Campos (1843, p. 79): “[...] penso que ninguém duvidará que a língua portugueza é filha da latina; e como poderia deixar de o ser, se, em grande parte, a nossa legislação, nossos costumes, nossas ceremonias religiosas e até nossos prejuizos nos vem dos latinos?”.

Em suma, a filiação latina não pode ser negada ou distorcida e para a comprovação disso, basta observar a história da língua a partir dos autores clássicos e modernos, mas, mais especificamente, o que está posto na literatura sobre o tema. Contra os fatos, não há contradito.

Considerações finais

Este capítulo não teve a pretensão de esgotar o tema, muito menos fazer uma crítica aos autores e seus postulados teóricos, mas sim a de fazer uma reflexão sobre duas hipóteses, de certa maneira, conflitantes. Entre as duas propostas discutidas, a de que o latim vulgar deu origem aos idiomas românicos é a que mais fielmente se apoia nas descobertas da Filologia Românica, bem como é que mais argumentos sólidos podem ser considerados, pela abundância dos estudos.

Há ciência de que o português não poderia ter se formado diretamente do *sermo urbanus* de Cícero e Virgílio, porque nesse caso, haveria um lapso temporal de muitos séculos. Além disso, a língua de Virgílio é da literatura, a de Cícero, a da retórica e da literatura. É uma língua morta, que vivia apenas na estilização e floreios dos discursos.

Por outro lado, o *sermo vulgaris*, a língua em movimento, que através de seus usos fluía como um rio, sujeito às pressões e forças desses usos, mudava e ia se alterando com o passar do tempo. Foi do latim vulgar que vieram os romances e estes geraram as línguas românicas, suas marcas são fartas, em todos os níveis da estrutura linguística. Enfim, negar isso tudo é querer contar outra história da língua portuguesa.

Referências

ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos; OLIVEIRA, Meryane Sousa. Por que o português não veio do latim? Uma análise historiográfica da gramática pedagógica do português brasileiro. **Revista do GEL**, v. 15, n. 2, p. 61-84, 2018. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/2126>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AREÁN-GRACIA, Nilsa. A divisão do galego-português em português e galego. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 17, n. 49, p. 7-15, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.usp.br/gmhp/publ/AreA7.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

BAGNO, Marcos. O português não procede do latim – uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego. (À busca do tesouro: 40 anos do Instituto da Língua Galega). **Grial**: revista galega de cultura, Espanha, n. 191, tomo XLIX, p. 34-39, jul./ago./set. 2011.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**: história externa das línguas. v. I. São Paulo: EdUSP, 2005.

BOTELHO, José Mário. Causas e consequências da dialeção do latim. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro: CiFEFiL, v. XIV, n. 4, p. 2460-2470, 2010. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2471-2481.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

CARDEIRA, Esperança. Revisitando a periodização do português: o português médio. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, v. 3, n. 2, p. 103-120, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11508>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CAMPOS, Francisco António. **A lingua portugueza é filha da latina, ou refutação da memoria em que o senhor patriarcha eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação**. Lisboa: Typ. M. J. Coelho, 1843. Disponível em: <https://purl.pt/43>. Acesso em: 10 nov. 2020.

COUTINHO, Ismael. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

CRISTÓFARO-SILVA, Thais. Morte de língua ou mudança linguística? – Uma revisão bibliográfica. **Revista do Museu Antropológico**, Goiás, v. 5-6, n. 1, p. 55-73, jan./dez. 2002.

DIEZ, Friedrich. **Introduction of the grammar of the romance languages**. Tradução de C. B. Cayley. B. A. Londres: Williams and Norgate, 1863.

ELIA, Silvio. **Preparação à linguística românica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2006.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. São Paulo: Contexto, 2018.

LAGARES, Xoán Carlos. Sobre a noção de galego-português. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê**: Patrimônio cultural e latinidade, Rio de Janeiro, ano 35, p. 61-82, Rio de Janeiro: UFF, 2008.

MENDES, Camilla da Silva; MEDEIROS, Nathalia Reis; OLIVEIRA, Thiago Soares de. A categorização linguística do latim na atualidade: uma questão controversa. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro: CiFEFiL, v. XXI, n. 3, p. 16-29, 2017. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxi_cnlf/cnlf/cnlf03/001.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MIRANDA POZA, José Alberto. **Apontamentos de linguística histórica**: ensaios de filologia românica e filologia clássica. Recife: Editora da UFPE, 2019.

NASCENTES, Antenor. **Elementos de filologia românica**. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1954.

SAID ALI, Manuel. **Grammatica historica da lingua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

SARAIVA, Francisco de São Luiz. Memoria em que se pretende mostrar, que a lingua portugueza não he filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos. **Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa, Classe de sciencias moraes e bellas letras**. t. XXII, part. 1, p. 1-43, Lisboa, 1837. Disponível em: <https://purl.pt/197>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA NETO, Serafim da. **História do latim vulgar**. Apresentação de Rosalvo do Valle. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

SOUZA, Adílio Junior de. O latim do Vaticano: língua morta ou artificial? *In*: SOUZA, Adílio Junior de. **Estudos clássicos em debate**. Pará de Minas: VirtualBooks Editora, 2017. p. 10-23.

SOUZA, Adílio Junior de. O português (não) veio do latim: um problema filológico. *In*: Anais do XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGUÍSTICOS, 2021. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 27, n. 79 Supl., p. 1070-1084, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO27/79supl/78.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUSA DA SILVEIRA, Álvaro Ferdinando. **Lições de português**. Revisão crítica, em consulta com o autor, pelo professor Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Lições de philologia portuguesa dadas na Bibliotheca Nacional de Lisboa**. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1911.

VIDOS, Benedek Elemér. **Manual de linguística românica**. Tradução de José Pereira da Silva; revisão técnica de Evanildo Bechara e Marlit Cavalcante Bechara. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

WILLIAMS, Edwin Bucher. **Do latim ao português**: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. Traduzido por Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2001.

Sobre o organizador

Adílio Junior de Souza

Doutor e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling/UFPB); é especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Africana de Língua Portuguesa e graduado em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Atualmente, ingressou no estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com o projeto “Tópicos avançados de Linguística Românica: o uso do latim como fonte para a Linguística Histórica”, supervisionado pelo professor Dr. Alberto Miranda Poza. É professor temporário de Língua Latina e História da Língua Portuguesa no curso de Letras da Unidade Descentralizada de Missão Velha – CE (UDMV/URCA). Foi bolsista Capes durante o mestrado em Linguística no Proling/UFPB (2014/2015). Participa do Grupo de Pesquisa Teorias Linguísticas de Base – TLB (UFPB/CNPq/2021-vigente), do Núcleo de Pesquisa em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola (UFPE/CNPq/2019-vigente) e do Núcleo de Pesquisas em Ensino de Línguas e Formação Docente (UVA/CNPq/2020-vigente). Coordenou o Projeto Estudos Clássicos (Urca/2016-2018). Desenvolve pesquisas em Linguística, Filologia e Língua Latina. É autor/coautor de artigos e capítulos em periódicos e em livros na área da Linguística, Literatura e Filologia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5545-6441>

E-mail: adilio.souza@urca.br

Sobre os autores

Cícero Émerson do Nascimento Cardoso

Doutorando em Letras – Tradição e Modernidade, com concentração em Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestre em Letras – Literatura e Cultura, com concentração em Literatura Comparada, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Africana de Língua Portuguesa, pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Graduado em Letras, pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Membro do Núcleo de Pesquisa em Estudos Linguísticos e Literários (NETLLI); Professor da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará e da Universidade Regional do Cariri (Campus Missão Velha). Além de ter textos em prosa e poesia em diversas antologias e revistas, publicou as obras literárias: *Breve estudo sobre corações endurecidos* (2011), *Romanceiro do norte juazeiro* (2014), *A revolta de Antonina* (2015), *O casarão sem janelas* (2018) e *O baile das assimetrias* (2021). É um dos organizadores dos livros: *Antologia Poética – Escritores do Cariri* (2019), *Poemates Rosarvm* (2019), *Linguística & Literatura: Inter-relações – Vol. I e Vol. II* (2019), *Linguística, Literatura e Educação: teorias, práticas e ensino – Vol. I e Vol. II* (2020) e *Linguística e Literatura em Foco: Produções Acadêmicas* (2020).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6590-6442>

E-mail: emersoncardoso.cardoso@hotmail.com

Demartone Oliveira Botelho

Graduando em Letras Português pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PID) pela mesma universidade, na disciplina de Filologia Românica I.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9093-0874>

E-mail: demartoneob@gmail.com

Josenir Alcântara de Oliveira

Leciona Língua Latina e Filologia Românica, na UFC; Graduação: Letras (Português/Inglês) e Especialização: Literatura Brasileira, ambas na UECE; e Mestrado: em Filologia Românica e Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa, ambos pela USP. Algumas publicações: “A homonímia e a polissemia” no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de J. P. Machado. *Ensaio Reunidos*, Teresina, v. 1, p. 77-94, 2005; “O homem e a mulher à luz da etimologia”, *Revista Expressão*, Teresina, v. 1, n. 1, p. 22-25, 1994; “A múltipla etimologização implícita nas metamorphoses de Ovídio”, *Pombalina.uc.pt. Digitalis.uc.pt.*, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 137-143, 2015.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0229-276X>

E-mail: docjao@bol.com.br

Yuri Kalel de Sena Sampaio

Pós-graduado em Língua Latina e Filologia Românica pelo Instituto Prominas (2020) com o projeto de tradução do Livro I das *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha. Pesquisa a literatura latina medieval, sua importância para a tradição histórica romana e formação da sociedade ocidental. Tem como objetivo traduzir fontes históricas do período, abrir o debate público à apreciação da mentalidade cristã-latina e eliminar algumas distorções criadas sobre ela. Graduou-se em Letras Português-Literatura pela UFC em 2010, concluindo também, no mesmo ano, todas as disciplinas de Latim e Grego. É professor efetivo de Língua Portuguesa, Literatura e Redação da rede pública do Estado do Ceará, atuando no Ensino Médio. Tem experiência no ensino de Língua Portuguesa, Latim e suas literaturas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2844-301X>

E-mail: sampaio.yuri@gmail.com

Mayara Arruda Martins

Doutoranda e mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Letras – Português pela mesma instituição. Pesquisadora do grupo de pesquisa Protexoto, atua na área de Linguística Textual, desenvolvendo pesquisas com foco na referenciação, na metadiscursividade e na argumentação, e suas interfaces com a etnometodologia e com a antropologia. Atualmente, é discente de doutorado (PPGLin – UFC) e bolsista do CNPq, investigando a relação entre aspectos interacionais, sociais, culturais e discursivos e o fenômeno da referenciação, especialmente a dêixis.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5673-0780>

E-mail: mayaramartins@alu.ufc.br

Vanessa Silva Almeida

Professora de Literatura do Instituto Federal do Ceará – IFCE. Atualmente, é doutoranda em Literatura pela Universidade Federal do Ceará – UFC, desenvolvendo sua pesquisa acerca da tragédia grega, especificamente sobre o teatro de Eurípides. É mestre em Estudos da Tradução e graduada em Letras Português – Inglês pela mesma universidade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7789-6704>

E-mail: vanessa.almeida@ifce.edu.br

Publique seu e-book com a gente!

Letraria 



Letraria ®